

ÔCORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

REPORTAGEM

À corrida para Angola

DOSSIÊ

Fazer a paz com a água e a terra

DESCOBRIR A EUROPA

Uma Boémia checa

Comité Editorial

Co-presidentes

John Kaputin, Secretário-Geral
Secretariado do Grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico
www.acp.int
Stefano Manservigi, Director Geral da DG Desenvolvimento
Comissão Europeia
ec.europa.eu/development/

Equipa editorial

Director e Editor-chefe
Hegel Goutier

Jornalistas

Marie-Martine Buckens (Editor-chefe adjunto)
Debra Percival

Editor assistente e produção

Joshua Massarenti

Colaboraram nesta edição

Jeronimo Bélo, Elisabetta Degli Esposti Merli, Sandra Federici, Malcolm Flanagan,
Marlene Holzner, Musambayi Katumanga, Andrea Marchesini Reggiani e Joshua Massarenti

Relações Públicas e Coordenação de arte

Relações Públicas
Andrea Marchesini Reggiani (Director de Relações Públicas e responsável pelas
ONGs e especialistas)

Coordenação de arte

Sandra Federici

Paginação, Maqueta

Orazio Metello Orsini, Arketipa; Lai-momo - Roberta Contarini, Filippo Mantione

Distribuição

Viva Xpress Logistics (www.vxl.net.be)

Gerente de contrato

Claudia Rechten
Gerda Van Biervliet



Capa

Espectáculo de luzes nocturno na nova sede da China em África,
Luanda, Angola 2009. © Debra Percival

Contracapa

Avanço do deserto perto de Tombwa, província de Namibe, Angola.
© Massimo Pronio

Contacto

O Correio
45, Rue de Trèves
1040 Bruxelas
Bélgica (UE)
info@acp-eucourier.info
www.acp-eucourier.info
Tel: +32 2 2345061
Fax: +32 2 2801406

www.acp-eucourier.info

Visite o nosso sítio Web!
Onde pode encontrar os artigos,
la revista em pdf
e outras informações

Publicação bimestral em português, inglês, francês e espanhol.

Para mais informação em como subscrever,

Consulte o site www.acp-eucourier.info ou contacte directamente info@acp-eucourier.info

Editor responsável

Hegel Goutier

Parceiros

Gopa-Cartermill - Grand Angle - Lai-momo

A opinião expressa é dos autores e não representa o ponto de vista oficial da Comissão Europeia nem dos países ACP.

Os parceiros e a equipa editorial transferem toda a responsabilidade dos artigos escritos para os colaboradores externos.

Parceiro privilegiado



O Espace Senghor é um centro que assegura a promoção de artistas oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico e o intercâmbio cultural entre comunidades, através de uma grande variedade de programas, indo das artes cénicas, música e cinema até à organização de conferências. É um lugar de encontro de belgas, imigrantes de origens diversas e funcionários europeus.

Espace Senghor
Centre culturel d'Etterbeek
Bruxelas, Bélgica
espace.senghor@chello.be
www.senghor.be



O CORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

Índice

O CORREIO, Nº 10 NOVA EDIÇÃO (N.E.)

EDITORIAL	3	REPORTAGEM	
EM DIRECTO		<i>Angola. 2002: Ano Um</i>	
Hashi Hagí, uma mulher para além das divisões de clãs	4	Um crescimento rápido após uma guerra prolongada	35
PERSPECTIVA	6	Acção de diversificação	37
DOSSIER		A ajuda da CE vai desde operações de emergência ao reforço de capacidades	38
<i>ACP. Propriedade das terras. Situação sofrível. Propriedade da água. Catastrófica.</i>		Participação das comunidades na gestão da água	40
A água em África: Dissolução de um bem vital	12	A oposição contesta o poder do governo na Assembleia Nacional	41
África. Apesar de tudo, não há camponês sem terra	14	Os Angolanos têm de estar mais cientes dos seus direitos, afirmam as ONG	43
Caraíbas, situação mais equitável	17	País do Imbondeiro	44
Pacífico. Finalmente a adaptação	18	Angola reencontra o seu lugar na História	46
África do Sul, Namíbia, Zimbabué. Nuances nos conflitos sobre a terra	19	DESCOBERTA DA EUROPA	
As grandes obras da União Africana	20	<i>Uma Boémia checa</i>	
INTERACÇÕES		A Boémia, no cruzamento entre o Oriente e o Ocidente	48
É necessário mudar a política da UE para os deficientes para atingir os objectivos da luta contra a pobreza	21	Lágrimas de cristal	49
Interligar a Europa e a África	23	Cooperação. Um vento fresco vindo da Europa central	50
Os “Estados Unidos de África” de Mouammar Kadhafi	24	Praga, boémia e independente	52
A Zâmbia, primeiro país beneficiário do novo instrumento orçamental da UE – o “Contrato ODM”	25	Uma ONG filha da “revolução de veludo”	53
As Ilhas Salomão assumem a direcção do Grupo ACP	25	Martina, filha da Europa	53
Filantropia e pobreza	26	Desfrutar de uma incrível riqueza	54
EM FOCO		CRIATIVIDADE	
Primerio Plano. Um dia na vida de Cheik Oumar Sissoko	28	A África do Sul a preto e branco	55
COMÉRCIO		A vitalidade da criação africana contemporânea	56
APE. “Precisamos de um mínimo de protecção”	30	Fespaco 40.º Aniversário. Numa óptica de abertura e de excelência	57
Aumento das exportações das Caraíbas em resposta ao desafio do APE	30	Maxy. Queen of Sands and African ethos	58
“Fairtrade” abre caminho aos produtores de bananas nas Ilhas de Barlavento	31	PARA JOVENS LEITORES	
NOSSA TERRA		Jovens Embaixadores da UE em África	59
A medicina tradicional ganha terreno	32	CORREIO DO LEITOR/AGENDA	60



1955

Jürgen Schadeberg

Jürgen Schadeberg, *Sophiatown (We wont move)*, 1955, impresso em 2006. Por cortesia de Galleria L'Ariete artecontemporanea, Bologna

África. Fascinação em demasia



A África parece ter sido mais bem conhecida – conhecida melhor – num passado longínquo. O repórter e explorador que foi Heródoto tinha-a abordado com a distância requerida do jornalista ou do cientista. Já nos falava de pigmeus no século V antes de Cristo. Mesmo se é um dos seus contemporâneos, Sócrates, embora só tenha visitado o Egipto, é o mais conhecido pela sua transmissão do saber da África para a Europa via a Grécia, graças à *Apologia de Sócrates, Critão e Fédon* do seu discípulo Platão.

Heródoto defende e ilustra, entre outras coisas, que os deuses gregos vêm do Egipto e do território dos Etíopes, que abrangia toda a parte leste de África que ele explorou. Partiu daí para nos explicar a arrogância infundada dos Gregos - transmitida à Europa -, em relação às outras civilizações. É o que ele explica na sua única obra: *Histórias*. “*Heródoto de Halicarnasse apresenta aqui as suas pesquisas para que as obras dos homens e os seus factos não caiam no esquecimento e, também, com o intuito de descobrir por que razão os Gregos e os Bárbaros (n.d.r.: Ásia) se combatem uns aos outros.*” Em cada conflito, procurava saber “quem cometeu a primeira injustiça” e conhecer as causas originais.

Quem deu a conhecer o espírito de Heródoto foi um outro repórter, o Polaco Ryszard Kapusciński*, que só pôde publicar as suas obras principais, e entre as quais aquelas que este continente lhe inspirou, *Négus* ou *Ebène*, após a queda do muro de Berlim. Kapusciński pensa que a África “ajudou o Novo Mundo a ultrapassar o Antigo, fornecendo-lhe a sua mão-de-obra... e edificando a sua riqueza e potência. Depois, após se ter esvaziado... durante gerações inteiras, o continente, despovoado e exangue, tornou-se numa presa fácil dos colonos europeus”. Aponta ainda, como para

focar melhor uma ameaça latente, a fascinação dos homens pela aura de mistério que envolve a África e que “devia ocultar..., um ponto avermelhado escondido nas suas entranhas...”. Como um homem político ou perito interpelado sobre a sua acção em África, pode começar por responder com devoção: “Adoro a África...”, quando tais prolegómenos pareceriam supérfluos para Israel ou os Estados Unidos.

É interessante esta visão cruzada de Heródoto – Kapusciński. Numerosos são aqueles que consideram hoje que os novos Estados-Membros da UE, provenientes da Europa de Leste, sentem-se menos envolvidos em África porque não a conhecem! As reportagens que *O Correio* tem feito recentemente sobre a Transilvânia ou a Eslovénia, e sobre Praga neste número, revelam ao contrário uma visão profunda, perspicaz do continente africano.

No outro sentido. O cinema africano por exemplo, como o mostrou o recente Fespaco, vê-se e vê cada vez mais o mundo sem procurar perceber a visão do outro nem de se mostrar folclórico para ele. Os progressos realizados por Angola e pela sua política de cooperação, menos afectada pelos tempos de outrora, mostram a veracidade deste afastamento. E também, como o revela o nosso dossiê, o facto que África escapa ao espectro do camponês sem terra graças ao recurso - mesmo mitigado -, após a colonização, aos seus próprios princípios tradicionais de propriedade da terra. A fascinação, tanto num sentido como no outro, é às vezes excessiva.

* Ryszard Kapusciński, “Viajes con Heródoto”, Plon, Paris, 2006; “Travels with Herodotus”, Random House, New York, 2007.

Hegel Goutier
Director e Chefe de Redacção

Marie-Martine Buckens

Hashi Hagi, uma **MULHER** para além das divisões de clãs

Encontro com o Prémio Nobel Alternativo de 2008, recompensa pelo combate de uma mulher num país dominado por “senhores da guerra”.

São 18 horas, 9 de Dezembro de 2008. Praça do Luxemburgo em Bruxelas. Num restaurante frente às torres de vidro do Parlamento Europeu, Asha Hagi esforça-se por acabar o prato de salada. Na véspera esteve em Estocolmo para receber das mãos dos deputados suecos o prémio “Right Livelihood”, mais conhecido por “Prémio Nobel Alternativo”. Um prémio que lhe foi atribuído “pelas suas acções, que permitiram às mulheres participar no processo de paz e de reconstrução no seu país”. Acções que apesar da fadiga e da emoção ela vai apresentar daqui a uma hora aos deputados europeus.

O país de Asha Hagi? A Somália. País em pleno caos, abandonado pela comunidade internacional e pelas ONG, desde 2000 que a Somália tenta sair da guerra civil. O combate de Asha Hagi para restaurar a paz e a democracia no seu país já

vem de 1992. Nessa altura fundou o movimento Save Somali Women and Children (SSWC) (Salvar as Mulheres e as Crianças da Somália). “Foi a primeira organização somaliana a ultrapassar a barreira dos clãs”, diz ela e prossegue: “ao fazê-lo, estávamos muito avançadas, porque as mulheres, como a maior parte da população, são educadas na lealdade ao clã; e os primeiros anos foram muito duros e perigosos”. E Asha Hagi, que continua Presidente do SSWC, acrescenta: “Uma das primeiras coisas que tivemos de fazer, se queríamos que as mulheres se tornassem embaixadoras da paz, foi dissuadi-las de apoiar a guerra! É verdade, as mulheres contribuíram muito para a guerra, ocupando-se de todos os aspectos logísticos. Mas não tinham consciência que eram elas as primeiras vítimas. Perderam marido, irmãos e filhos. E houve mulheres assassinadas, violadas e torturadas.”

> O sexto clã

Após mais de dez anos de guerra civil, a esperança renasce. Em 2000 realiza-se em Jibuti uma conferência para a paz e reconciliação na Somália. “Fui convidada para participar no simpósio de preparação desta conferência. Só três mulheres foram convidadas, três mulheres em sessenta participantes somalianos.” Um simpósio que decide que a conferência para a paz seria convocada com base na organização de clãs. “O que significava a exclusão de facto das mulheres”. Asha Hagi decide bater-se. Obtém do Presidente de Jibuti 100 lugares para a sua delegação. “Como a participação na conferência se baseava na organização de clãs [que conta cinco clãs principais, NDR], decidimos criar o nosso próprio clã para estarmos em pé de igualdade com os outros.” Nasceu assim o sexto clã.

Em 2004, a Conferência de Reconciliação Nacional em Mbagathi (Quênia) abre um novo ciclo de negociações que conduz à assinatura de um acordo de paz. “Foi assinado por oito pessoas. Eu fui uma delas.” A Conferência de Mbagathi permitiu igualmente progressos, como a introdução de quotas para as mulheres e a criação de um Ministério encarregado das questões ligadas às mulheres e aos assuntos familiares. Mas no final de 2006 a situação agravou-se.

> Nunca desistir

Hashi Hagi era então membro do Parlamento Federal de transição. Foi excluída pelos senhores da guerra, apoiados pelas tropas etíopes que invadiram Mogadixo, capital do país. Ameaçada, foge do país. “Vivo em Nairobi desde finais de 2006. Como sabem sou mãe, uma mulher. Tenho uma família que devo proteger.” Porque esta economista, titular de um Mestrado, educa três filhos, de 15, 11 e 8 anos. “Estiveram todos presentes em Estocolmo, ontem. Era importante para que eles se sentissem orgulhosos porque tudo o que a mãe fez nos últimos anos, dias e horas valeu a pena.”

Asha Hagi não esconde a fadiga e até mesmo o medo. “Em 2002, uma activista somaliana foi assassinada em Nairobi. Em 2005, outra activista da paz foi morta em Mogadixo. O meu filho disse-me nessa altura: estas pessoas faziam o mesmo que tu: quem será a terceira? Respondi: só Deus sabe.” E Asha prossegue: “Uma noite, chamei o meu marido e os meus filhos e disse-lhes que era demasiado duro, que pensava desistir. A minha filha saiu do quarto, trouxe os vários prémios que eu já tinha ganho e disse-me: olha para estes prémios, não te foram atribuídos sem os mereceres; simbolizam coisas importantes que fizeste; o meu conselho é que nunca desistas.”

São quase 19 horas. Esperamo-la no Parlamento Europeu. Que dirá ela aos deputados europeus e aos outros responsáveis das instituições europeias com quem se vai encontrar amanhã? “Que a UE deve continuar a apoiar e a reforçar o apoio às negociações de Jibuti pela paz e reconciliação na Somália, única esperança que temos de momento. Lanço igualmente um apelo para a criação de uma verdadeira parceria com a sociedade civil somaliana. As nossas conquistas são frágeis.” ■

Palavras-chave

Asha Hagi; Prémio “Right Livelihood”; Prémio Nobel Alternativo; Somália; sexto clã; SSWC.



© The Right Livelihood

PRIVILEGIAR AS INICIATIVAS LOCAIS E CONCRETAS

Em 1980, Jakob von Uexküll, jornalista e filatelista profissional, contacta os responsáveis da Fundação do prestigioso Prémio Nobel. A sua ideia: alargar o prémio a duas outras categorias, uma consagrada à ecologia, a outra às condições de vida das populações pobres. Propõe-se contribuir financeiramente. Com efeito, considerava que as categorias do Prémio Nobel (Física, Química, Medicina, Literatura e Paz) tinham um alcance muito limitado e estavam demasiado centradas nos interesses dos países industrializados para poderem dar resposta aos desafios actuais da Humanidade. A resposta que Jakob von Uexküll recebeu da Fundação Nobel foi negativa. No mesmo ano, decide lançar o seu prémio independente, o Prémio “Right Livelihood”. Desde então, todos os anos recompensa pessoas ou associações que “trabalham e investigam soluções práticas e exemplares para os desafios mais prementes do nosso mundo actual”. O júri, que muda todos os anos, é composto de personalidades eminentes pertencentes ao mundo associativo, político, científico ou privado. Desde 1985, o prémio é apresentado no Parlamento sueco na véspera da entrega dos prémios Nobel. No valor de 250.000 euros, o prémio é partilhado entre os galardoados, habitualmente quatro. Este ano foram quatro mulheres recompensadas.

CONCILIAR DIVERSIDADE e democracia, o grande desafio

A existência de minorias, sejam étnicas, religiosas ou culturais, é uma realidade comum aos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da União Europeia (UE). É verdade que por vezes são fontes de conflitos, mas serão por isso um obstáculo à democracia? Não, consideram os deputados da Assembleia Paritária ACP-UE, que exortam a uma resolução em que o direito das minorias seja colocado no centro de todos os programas de desenvolvimento.

OS DESAFIOS

O relatório identifica cinco desafios a enfrentar para permitir uma integração democrática da diversidade:

Exclusão e desigualdade. O relatório avalia em 900 milhões o número de pessoas que pertencem a grupos cuja participação é objecto de alguma forma de exclusão.

Migração. Existe o risco de este fenómeno se ampliar nos países em desenvolvimento devido às políticas de imigração restritivas nos países industrializados, à crise alimentar e às alterações climáticas.

Construção nacional. A história da Europa, explicam os deputados, mostra que foi preciso muito tempo para assegurar uma identidade colectiva e um sentimento de solidariedade. Portanto, o mesmo é verdade para Estados cujas fronteiras foram criadas artificialmente pelo colonialismo. Daí a importância de uma integração à escala regional ou mesmo continental.

Recursos naturais. O relatório salienta o risco de conflito entre duas concepções antagónicas do acesso à terra: o que é atribuído aos povos indígenas e o do Estado que abriga estas populações.

Liberdade cultural. O desafio, salienta o relatório, está em conceber uma liberdade cultural assente em opções individuais e não na preservação das normas tradicionais (como o não acesso das mulheres aos recursos económicos e às instâncias políticas ou a mutilação sexual).

"Se existe uma verdadeira lição a tirar da difícil experiência das últimas décadas em matéria de arte de governar, é claramente que não é possível a construção nacional com vocação de homogeneização." Esta citação de Carwford Young, Professor da Universidade de Wisconsin, aparece em epígrafe no relatório elaborado pela deputada sul-africana Ruth Magau e pelo polaco Filip Kaczmarek. Este relatório, adoptado em 12 de Fevereiro de 2009 em Bruxelas pela Comissão dos Assuntos Políticos, foi apresentado à Assembleia Paritária na sua sessão em Praga, em 9 de Abril.

A diversidade em si

mesma, salienta o relatório, não constitui um problema para a democracia. Mas acrescentam que "pode surgir um conflito quando os dirigentes instrumentalizam a diversidade e fazem das minorias bodes expiatórios políticos. O desafio reside em encontrar opções que reforcem e facilitem a interacção pacífica entre o Estado e a sociedade". A resolução adoptada aponta algumas destas opções. Entre elas, dar prioridade a projectos contra a exclusão. A resolução insiste igualmente no papel das

organizações regionais na promoção do princípio da não discriminação. No plano educativo, os deputados são formais: é preciso garantir a educação multicultural no quadro de um sistema unificado e não permitir instituições separadas baseadas nas comunidades.

M.M.B. ■

Homem deslocado internamente no posto de polícia de Tigoni resguarda os seus bens num autocarro quando se prepara para regressar à sua terra, no Quênia. Fevereiro de 2008. Milhares de pessoas, aproximadamente seis mil, acamparam à volta do posto de polícia.

© Allan Gichigi/IRIN

Hegel Goutier

PENSAMENTOS NACIONAIS de uma zimbabuense no FESPACO

Charity Maruta é uma cineasta zimbabuense que criou o International Video Fair para distribuir filmes no continente sobre cidadãos africanos. Entrevistámo-la no início de Março como estreada no Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão de Uagadugu (FESPACO), onde era convidada da organização cultural e artística belga, "Africalia". Falou de problemas de angariação de fundos para produzir filmes em África e abordou a situação no seu próprio país.

O que faz no Zimbabué?

Comecei por trabalhar na produção de filmes, depois decidi, há 12 anos, criar o International Video Fair Trust (IVFT) para arranjar filmes sobre pessoas com baixos rendimentos, para as pessoas. Em África, tive que fazer um pouco de tudo: fundar a organização, criar, produzir, dirigir e promover os filmes.

É uma ONG ou uma empresa privada?

É um consórcio fundado por governos internacionais. Os nossos principais doadores são a cooperação sueca, que deu um apoio de cerca de 1 milhão de dólares distribuído por três anos, o que nos permitiu realizar filmes sobre o VIH para os países da África Austral. A Embaixada norueguesa foi fantástica, a ajuda canadiana também. A "Africalia" também cooperou na distribuição e promoção do cinema africano. O Reino Unido e os Americanos também nos deram dinheiro. Há agora um conselho de administração de cinco membros, cada um com atribuições específicas: um consultor de desenvolvimento, um jornalista, um conselheiro de boa governação, um advogado e eu própria. O principal problema é a promoção e distribuição dos filmes: produzimo-los, mas quem os vê? Como a rede de distribuição já está constituída, posso voltar à realização de filmes.

Sobre o quê?

Eu tenho experiência na realização de documentários. Finalmente, gostaria de realizar longas metragens. Tenho uma proposta, mas não é fácil encontrar o dinheiro necessário. Procurei mobilizar 150.000 euros da CE do orçamento destinado a filmes ACP para um filme de longa metragem, mas não foi possível aceitá-lo porque não consegui angariar o resto do dinheiro necessário. O texto do filme, "Echoing Silences" trata da luta pela libertação (em África). Gira à volta do trauma que afecta qualquer país que entra em guerra. Nunca é uma boa ideia entrar em guerra, mas, naturalmente, quando se entra, tenta-se justificar a crueldade de matar pessoas. Trata-se de um trauma que não foi tratado de forma consciente. Será que as pessoas sofrem mais agora, que vivem em bairros, do que antes, quando granjeavam o apoio da colectividade? O filme trata de um jovem que, no final da década de 70 [uma época importante para os movimentos de libertação africana], é estudante universitário na Rodésia (hoje Zimbabué). Tem 23 anos e regressa ao país para encontrar uma família rodesiana saindo do lugar



Mulheres e crianças no Hospital Santo Alberto (a 200 km a norte de Harare, Zimbabué) em terapia farmacológica, graças ao apoio da ONG italiana Cesvi (www.cesvi.org). © Cesvi

ZIMBABWE RED CROSS ST. ALBERTS HOSPITAL KIOSK



Entrada principal do Hospital Santo Alberto, onde a Cesvi lançou, em 2001, o seu programa "Fermiamo l'Aids sul nascere" – um programa destinado a evitar a transmissão do VIH/SIDA de mulheres grávidas a crianças nascituras. © Cesvi

onde viveu durante anos. Decidiu aderir à luta em Moçambique. Os outros companheiros de luta pela liberdade vêm de um meio rural, ao passo que ele, que é instruído, tem livros e deseja ensinar outros a ler e escrever, é duplamente torturado. Mas o comandante do campo militar sente-se ameaçado por ele por não ter instrução. Naturalmente, os dois tornaram-se inimigos naturais.

Eu penso que o povo africano, esteja ou não em guerra, está traumatizado porque vive em condições extremas. Há falta de água, de alojamentos e de bom ensino. Encontramos pessoas que não têm conhecimento do seu lugar no mundo do trabalho. Ando à procura de um produtor internacional que goste da história e me permita realizar o orçamento (1,5 milhão de dólares). O guião está pronto em francês e inglês, mas fica na gaveta enquanto não arranjar o dinheiro necessário.

Presentemente, a sociedade civil do Zimbabué é dinâmica?

É muito dinâmica. Penso que nos tornámos cada vez mais fortes. Cada tipo de organização da sociedade civil está a examinar todas as situações no país e a documentá-las, incluindo os "Médicos para os Direitos Humanos", por exemplo. A nossa luta de libertação é a luta de libertação mais documentada de sempre. Mas a rede não é só no Zimbabué. Fora, as pessoas

examinam as questões do ponto de vista do direito internacional.

A imprensa internacional destaca o abismo entre a oposição e os apoiantes do Governo...

Devido ao que passámos, não temos a menor saudade desse tempo. Olhamos para a situação com os olhos arregalados. A minha própria opinião é que somos um povo. A meu ver, Robert Mugabe é o pai de Morgan Tsvangirai. É um assunto pai/filho e precisamos dessa troca de opiniões. Na cultura africana, não nos devemos opor às pessoas mais velhas: é uma questão de respeito. Dizem-nos o que fazer e fazemo-lo. Com a minha mãe, passa-se o mesmo. Tive que me opor um pouco, mas de forma construtiva: você é minha mãe, mas há um limite a não ultrapassar. No Zimbabué, penso que o que se passa é que a nova geração ousa desafiar a geração mais idosa. Podemos e devemos dar a nossa opinião, mas devemos também ouvir um pouco a geração mais idosa. O que queremos dizer é que, embora sejamos jovens, temos uma palavra a dizer. As coisas estão más em casa, mas há uma grande infra-estrutura e porque estamos a trabalhar muito, encontramos empregos na região (vizinhos do Zimbabué). Gerimos o sector hoteleiro na África do Sul e as corporações preferem-nos porque somos altamente qualificados e profissionais. As mulheres comerciantes transfron-

teiriças mantiveram a economia zimbabuense viva nos últimos dez anos. Elas podem trabalhar na rua, mas podem ter uma linda casa com três assoalhados num terreno de meio acre devido ao nosso trabalho árduo ético.

Qual é a sua opinião sobre a imagem da imprensa ocidental relativa ao Zimbabué?

Muito do que se diz é verdade, mas devido à forma como a imprensa internacional compila as notícias hora a hora, nunca se obtém um contexto global da história – apenas retalhos. Veja a situação da cólera no Zimbabué, por exemplo. Sim, há cólera no país, não houve governo durante mais de um ano e as nossas infra-estruturas estão a sofrer. Mas um canal internacional de notícias relatou recentemente um caso de um bebé adormecido num relvado. O bebé não estava doente – a mãe estava a trabalhar num campo ali ao pé. No entanto, como a peça era relativa à cólera, associaram-na com um caso de águas fecais. Eram imagens sem relação uma com a outra. Tínhamos um nível de vida muito elevado com potencial para nos tornarmos na "Suíça de África". Antes, para muitos, Robert Mugabe era um herói. Chegou a altura de outra pessoa o substituir porque ele não é o único zimbabuense brilhante.

Para mais informações, consultar o sítio web: www.videofair.org.zw

REDISTRIBUIÇÃO DE CARTAS no Parlamento Europeu

Em Junho, 492 milhões de eleitores dos 27 Estados da União Europeia vão às urnas para eleger os seus representantes no Parlamento Europeu. É altura para refrescar as listas das Comissões Parlamentares. Será este o caso, em especial, da Comissão para as Questões do Desenvolvimento, em que a combativa Glenys Kinnock, igualmente co-presidente da Assembleia Paritária ACP-UE desde 2002, parte para a reforma.

Conhecida pela sua franqueza e respeitada pelos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Glenys Kinnock não é a única – na Assembleia Parlamentar Paritária (APP) – a abandonar a cena política europeia por razões de idade: o mesmo acontecerá com a italiana Luisa Morgantini, o alemão Jurgen Schroeder, o britânico John Bowis e o dinamarquês Olle

Schmidt. Esta é a única certeza. Será preciso aguardar o mês de Setembro para conhecer a composição das diferentes delegações, quando o novo Parlamento Europeu criar as suas Comissões e nomear os 79 membros europeus da APP. No que diz respeito aos 79 membros ACP da Assembleia Paritária, mudam em função do seu calendário eleitoral nacional e não têm portanto a certeza de continuar durante

os cinco anos de investidura do Parlamento Europeu. Com excepção no entanto dos parlamentares ACP membros da Mesa da APP e das três Comissões permanentes (Assuntos Políticos, Económicos, Sociais e do Ambiente), que muda de dois em dois anos. A próxima rotação terá lugar em Novembro de 2009, durante a 18.ª sessão da APP que se realizará em Angola. **M.M.B.** ■

Musambayi Katumanga*

Colapso em termos cívicos no QUÉNIA

Um menino a brincar com pistolas de lama no bairro de lata Mathare, Nairobi. O Mathare Valley é um dos cinco maiores bairros de lata de Nairobi, no Quénia, e um dos mais perigosos.
© Manoocher Daghati/IRIN

No final de Dezembro de 2007, as eleições presidenciais no Quénia foram marcadas por confrontos sangrentos durante os quais viriam a morrer 1500 pessoas e outras 300.000 seriam deslocadas. Alguns meios de comunicação social, agitando o espectro do genocídio ruandês, não hesitaram em falar de ódio étnico, enquanto outros se concentraram nas consequências políticas e económicas da crise. Vejamos as razões profundas que agitaram este país africano e traumatizaram uma comunidade internacional desde há muito satisfeita com a estabilidade política no Quénia.

O Quênia submergiu no caos que levou sociedades a desmoronarem-se com violência e as instituições internas de segurança do Estado foram forçadas até aos limites de declaração do “vencedor” das eleições realizadas em 27 de Dezembro de 2007. Para compreender a decapitação do Estado que levou a este drama, temos de recordar aquilo que Leonard Binder descreve como a crise do Estado-Nação, a que muitos Estados africanos, incluindo o Quênia, não conseguiram dar resposta e em vez disso acalentaram desde a independência. Podem distinguir-se cinco formas desta crise. A primeira é a crise das instituições. No caso do Quênia, manifesta-se pela existência de níveis reduzidos de infra-estruturas sociais e económicas profundas no Estado. O efeito disto observa-se na incapacidade do Estado para se libertar do capital improdutivo e criar ao mesmo tempo a sustentabilidade daquilo a que intelectuais como Thandika Mkandawire chamam “economias de térmitas”. O resultado é que muitas comunida-

des estão retidas nos seus espaços étnicos. A crise das instituições também se manifesta na reduzida capacidade do Estado para dominar instrumentos de violência a fim de fazer respeitar a lei e a ordem. Vastas zonas do Estado queniano, em especial, foram abandonadas ao controlo de grupos de milícias organizados. A segunda é a crise da distribuição e afectação dos recursos pelos vários grupos sociais. Um dos recursos mais críticos numa sociedade predominantemente agrária como o Quênia é a terra, que sempre esteve no centro dos conflitos neste país. A crise da terra tem origem na alienação violenta de terra que criou a situação sem terra que ainda prevalece. A terceira é a crise de participação patenteada na incapacidade do Estado em criar o capital democrático necessário para facilitar o benefício dos direitos socioeconómicos e políticos essenciais para a participação dos cidadãos. No Quênia esta situação agudizou-se com a incapacidade da elite política para estabelecer consensos e com os níveis elevados de tendências para a desinstitucionalização. Note-se que em

Dezembro de 2007 havia no total mais de 250 “formações” que se apelidavam a si próprias de partidos políticos. Quarta, é a crise de identidade, que se manifesta na incapacidade do Estado para desenvolver um sentimento forte de pertença à nação, atendendo ao sentimento generalizado de marginalização. Este factor continuou a animar uma certa esquizofrenia política. Embora a elite do Estado tenha pretendido criar a base da nacionalidade, a nível prático não hesitou em utilizar o seu poder para distribuir liberalidades com base em considerações étnicas. Tudo isto foi facilitado pela utilização de estruturas como os cartões de identidade nacionais que realçam a etnicidade e a região de origem. No final acabaram por reforçar uma situação em que tanto o Estado como a identidade étnica contestam o acesso e o controlo da lealdade dos cidadãos. A quinta forma da crise é a incapacidade do Estado para desenvolver formas alternativas de gestão e de resolução de conflitos. ■

* Especialista em Ciências Políticas da Universidade de Nairobi.

Joshua Massarenti

QUÊNIA: “O falhanço da GRANDE COLIGAÇÃO”

Para pôr fim à violência que mergulhou o Quênia em sangue durante as eleições presidenciais de 27 de Dezembro de 2007, o Presidente cessante e vencedor contestado Mwai Kibaki e o seu opositor Raila Odinga assinaram, em 28 de Fevereiro de 2008, um acordo de partilha de poder que atribuía ao líder do Movimento Democrático Laranja (ODM) o direito ao cargo de Primeiro-Ministro. Foi a certidão de nascimento da Grande Coligação. Um ano mais tarde, o analista político queniano Musambayi Katumanga descreve um quadro bastante mais negro.

Um ano após a violência política, qual é a sua opinião sobre a Grande Coligação?

A Grande Coligação falhou o teste da liderança. As tentativas de construção do Estado aparentemente acabaram devido à paralisação da direcção caracterizada pela fraca vontade política e coragem perante as responsabilidades e pela pouca competência instrumental. Não conseguiu ultrapassar as tarefas fundamentais das agendas pós-eleições mediadas por Kofi Annan: uma nova lei constitucional, a questão agrária, a facilitação da reconciliação nacional, o tratamento da impunidade e a corrupção.

Quais são os principais desafios futuros para Raila Odinga e para Mwai Kibaki?

Os principais desafios para Kibaki e Odinga giram em torno da necessidade de resolver a actual crise do Estado. Têm de reestruturar o Estado para impedir que caia sob as “actividades pífidas” de políticos e de actores não estatais; têm de levar a cabo uma reforma do sector da segurança para acabar com a impunidade; e têm de elaborar respostas institucionais, políticas e programáticas para a marginalização, a pobreza e os conflitos de terras. Os dois líderes também têm de instituir um novo quadro político para dar resposta a um sentimento generalizado de exclusão e de ‘patrimonialismo’ através de uma nova constituição. Esta deve dar relevo a um sistema de equilíbrio e de separação de poderes, ao bicameralismo e à descentralização de poderes.

A democracia queniana continua ameaçada por choques étnicos?

A ‘democracia’ queniana está sob a ameaça dos interesses pessoais da elite dirigente. Eles continuam a saquear o capital crítico do Estado pela instrumentalização da etnicidade e da violência numa tentativa de conservar o poder. Por sua vez, isto implica a etnicização das instituições do Estado, a consolidação do regime e a exclusão, a privatização da violência pública e a apropriação da violência privada. ■

ACP

Propriedade das terras. Situação sofrível.

Propriedade da água. CATASTRÓFICA.

Dossier elaborado por Hegel Goutier

A evolução da propriedade fundiária nos países ACP não é tão grave como se poderia imaginar, apesar dos conflitos da terra aqui ou ali. A África, por exemplo, escapa geralmente ao espectro do campesino sem terras, salvo raras exceções, caso de migrantes ou deslocados, como no Sudão ou em países da África Austral que viveram os horrores do apartheid. O dossiê revela-nos que o regime de propriedade da terra na África Subsariana baseia-se numa concepção hoje moderna com a nova

tendência para melhor reconhecer o valor do trabalho após o cataclismo financeiro mundial. Porque neste continente, o que de facto pertence ao homem da terra é unicamente o fruto do seu trabalho. O Pacífico está a curar-se do traumatismo provocado pelo açambarcamento pela colonização do solo considerado sagrado.

Nas Caraíbas, o choque era outro. Os filhos dos escravos vindos de África só puderam verdadeiramente possuir terras com a autonomia e a independência. As situações evoluirão em

sentido positivo no que diz respeito ao acesso pelo maior número à propriedade fundiária. Em contrapartida, não há optimismo nenhum quanto à apropriação de um outro bem tão fundamental, senão mais, para a vida que é a água. Sobretudo em África, onde, por mais paradoxal que pareça, não há propriamente falta de água, há é miséria, injunções vindas de algures e a falta de concertações regionais que impedem a sua fruição normal.

H.G. ■

A ÁGUA EM ÁFRICA.

Dissolução de um bem vital.

Conversa com Riccardo Petrella

O seu “Manifesto da Água” esteve na base da fundação, em 1997, do Comité Internacional para um Contrato Mundial da Água. É o criador da Universidade do Bem Comum, encontrando-se em Itália a “Faculdade da água” e na Bélgica a “Faculdade da alteridade”. Professor convidado da Universidade de Louvain, Bélgica, Doutor Honoris Causa por várias universidades, ex-director do Centro Europeu de Coordenação de Investigação em Ciências Sociais (Viena, Áustria), ex-presidente do Aqueduc des Pouilles (Itália), Fundador do Grupo de Lisboa.

Professor Petrella, disse que é necessário fazer a paz com a água, agindo nos dois sentidos. Qual é a guerra travada pela água ou com a água nos países pobres como os ACP?

É necessário libertar a água existente e torná-la acessível às populações. Em África, existem mais de 400 milhões de pessoas sem acesso à água. Não é que a África subsariana tenha falta de água, pelo contrário, até existe em grandes quantidades. Mas porque, juntamente com a Índia, possui o maior número de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza.

É necessário lutar contra a exploração das riquezas hídricas de África apenas em função dos interesses dos mais potentes. O Lago Vitória, por exemplo, era uma jóia da natureza, um património extraordinário que gerou muita riqueza com a cultura das percas do Nilo. Mas os africanos que necessitavam do dinheiro do lago foram empobrecidos e morrem à fome. Em

contrapartida, toda a riqueza é distribuída para outros sítios, para os accionistas que exploram o lago, o qual está a ser assassinado do ponto de vista biológico. É a segunda dimensão da guerra ou da paz pela água.

Não será mais uma responsabilidade dos poderes locais do que dos accionistas?

Sem dúvida, mas em qualquer análise científica rigorosa, é preciso primeiro procurar as causas primárias e existem muitas outras causas complementares. A causa primária do problema da água e do modo como a água foi utilizada está ligada ao comportamento das potências ex-coloniais. A seguir, vem muitas vezes a responsabilidade das classes dirigentes locais que se encontram numa posição de subordinação, de submissão, de dependência em relação às ex-potências coloniais. As classes dirigentes africanas são também, por vezes, responsáveis

Rio Nilo no Sudão.
© Jacques Desclotres, MODIS Land
Rapid Response Team-NASA GSFC

pelo facto de a África permanecer numa crise profunda de acesso aos bens da natureza, apesar de possuírem riquezas que lhes permitem não viver na exclusão.

Outra questão: Em que é que incidiu a ajuda internacional com as milhares de organizações não-governamentais motivadas por pessoas cheias de bons princípios e intenções? Cada pequena organização vai construir o seu pequeno poço, a sua pequena canalização, a sua pequena irrigação; podemos contar dezenas de milhares de projectos dos quais supostamente a África foi a feliz contemplada. A sua situação não melhorou por isso. O que será que vai acontecer no futuro? Daqui a trinta, cinquenta anos, o rio Níger irá desaparecer. Existem 8 países à sua volta. O Nilo vai sempre permanecer uma fonte de conflitos. O Congo, quem fala dele como uma fonte de bem-estar? Existe a Iniciativa Água da União Europeia mas o GIEC (Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima) acaba de referir que os sistemas aquáticos africanos estão enfraquecidos e a situação irá piorar cada vez mais. Se considerar as previsões para 2050, os dois maiores eventos extremos que irão influenciar a evolução da água no mundo, e em África principalmente, são por um lado a seca e por outro as inundações. Nos últimos vinte anos, Londres investiu cerca de mil milhões para se proteger contra as inundações, mas não existem inundações em Londres. Onde estão os milhares gastos para proteger a África e as cidades africanas contra as inundações?

A riqueza do mundo era, em 2007, antes da crise, de cerca de 72.000 mil milhões de dólares, ou seja, o PIB mundial. Nos Países Baixos, era de 777 mil milhões para 12 milhões de habitantes, na África do Sul, o país mais rico de África era de 283 mil milhões de dólares, um terço dos Países Baixos.

O que faz falta, uma governança mundial?

A aposta fundamental da solução da crise é que tínhamos inventado um modo de vida que é predador da vida, que matou a vida. A esperança de uma mudança era grande, há 3 ou 4 meses com a crise financeira, mas essa esperança começa a enfraquecer consideravelmente. Vamos ver o que irá acontecer em Copenhaga, em Dezembro deste ano, onde deve ser negociado o acordo pós-Quito. Nenhum Estado africano conseguirá resolver o problema da alimentação se a questão da agricultura não for revista.

Os Estados africanos pertencem aos países cujo acesso à água depende de territórios vizinhos. Têm de colaborar entre eles. Os Estados Unidos também estão dependentes da água que se encontra noutros sítios, mas é óbvio que irão buscar água recorrendo à dessalinização da água

do mar. Facto interessante, os Estados Unidos e o Canadá assinaram cerca de 38 tratados de cooperação sobre as suas bacias comuns desde há uma centena de anos. Em África onde cinquenta e três bacias são regionais, houve 19 tratados transnacionais. É tempo de dar lugar ao direito internacional, ao direito cooperativo, ao direito transnacional, às instituições transnacionais, aos programas de desenvolvimento em comum. Estabelecer um acordo sobre os recursos significa estabelecer um acordo sobre os objectivos, ou seja, sobre a valorização em comum de um recurso que irá beneficiar toda a gente em vez de utilizar recursos militares, económicos e humanos para travar guerras locais.

5Antes em África, existia o contexto da aldeia mas não podemos idealizar, existiam privilégios. Mas também é verdade que o facto de partilhar recursos hídricos era um acto colectivo. Agora, impusemos à África o princípio da condicionalidade pelo qual foi dito ao Quênia, ao Senegal, a todos os outros Estados de África quando lhes é concedido um empréstimo pelo Banco Mundial que devem pôr de lado a burocracia corrupta e abrir a gestão dos seus serviços hídricos à concorrência internacional. Fomos nós que impusemos isto, as grandes empresas francesas, as grandes britânicas, as duas principais potências coloniais em África com Portugal e Espanha. Será que os africanos são mais corruptos do que os outros? Sabemos muito bem que se há corruptos é porque houve corruptores. Os corruptores somos nós e não eles. Se queremos que haja condições para que a África tome o seu destino nas suas mãos, é tempo de a Europa se afastar um pouco. A segunda forma de ajudar a África consiste em mudar o nosso desenvolvimento, a nossa agricultura, a nossa política da água, a nossa política de transporte, a nossa política energética.

Então o Estado é importante. A “republicização” da água, dos serviços hídricos é fundamental. E aí, discurso com outras pessoas – para fazer



Riccardo Petrella
2009. © Hegel Goutier

a paz com a água – com M. Gorbachev, para um protocolo mundial sobre a água. Não podemos pensar apenas na responsabilidade dos Africanos, é a da comunidade mundial que está em causa. É por essa razão que estamos igualmente gratos ao Parlamento Europeu graças ao qual a Europa se deu conta que não estamos face a uma crise momentânea. A água consta pouco a pouco da agenda política mundial. É preciso organizar a vida através da água, in solido, por solidariedade e não por esmola. In solido, sou responsável, é um conceito jurídico. Não sou necessariamente optimista, apesar de ser profundamente voluntarista. Faço parte daquela categoria de pessoas que tenta agir para que o futuro não esteja já escrito, que ainda seja livre. Creio firmemente na capacidade do político, na nobreza do político. Ele deve escrever as grandes orientações da política da água em função do que ela representa enquanto bem comum e para a vida. **H.G. ■**

Palavras-chave

Riccardo Petrella; Manifesto da Água; Universidade de Louvain; África; Nilo; Congo; GIEC; Estados Unidos: pós-Quito; Hegel Goutier.

Alain Guy Moukolo Monny, alias, Almo The Best, Camarões. Este desenho animado foi realizado para ilustrar o kit didáctico “Schizzi d’acqua” (www.amref.it). Cortesia de AMREF



ÁFRICA

Homem a tirar água de um poço pouco profundo, cavado à mão, para irrigar a sua cultura de beterraba que cresce numa parcela de terreno aluvial fértil entre edifícios no Rio Níger, no centro de Bamaco, Mali. Fevereiro de 2008.

© Tugela Ridley/IRIN

Em baixo
Agricultor a regar as suas culturas,
Senegal, Agosto de 2006. © Pierre Holtz/IRIN

Apesar **DE TUDO** não há camponês **SEM TERRA**



Na África subsariana, a ocupação da terra evoluiu sob a colonização do colectivo para o privado com uma sobreposição de práticas tradicionais e de legislação formal que perdurou após as independências.

A partir dos anos 80, ocorreram os ajustamentos estruturais, sendo necessária a privatização dos bens fundiários. Tudo isto levou ao aparecimento de tensões ou de conflitos locais ou regionais, sendo que alguns ainda estão para eclodir. A crise alimentar e a crise económica actual levam a privilegiar opções que permitam uma melhor harmonia entre a tradição e a legislação moderna.

Na África, a exploração do solo passou de um modelo de mobilidade do cultivador de um terreno para o outro a um modelo de sedentarização. Paralelamente, a ocupação da terra, com variações de uma região para a outra, evoluiu do colectivo para o privado. A África abrangida pela propriedade colectiva foi a do sul do Sahara, onde as influências muçulmanas não tiveram um grande impacto.

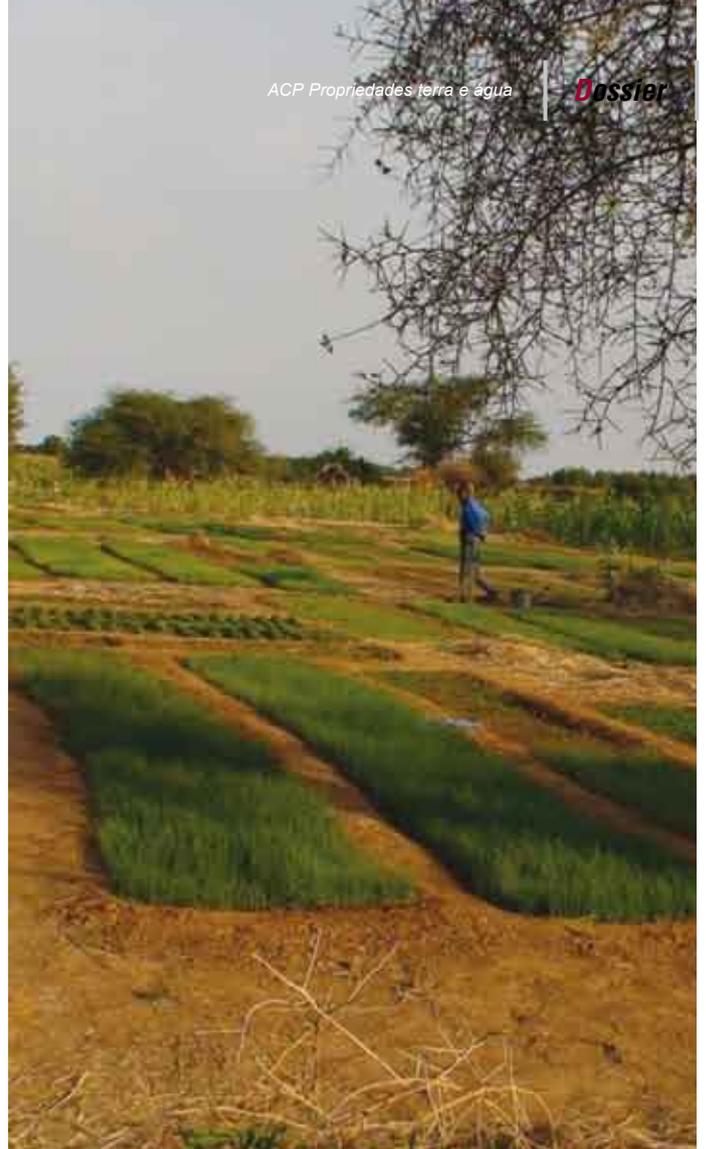
A posse de terras na África subsariana baseia-se numa concepção filosófica e cosmogónica. A terra não pertence a ninguém. Provérbio marfinense: “Não é a terra que pertence ao homem, mas o homem que pertence à terra.” No entanto, na prática, existiram e continuam a existir vários sistemas. Dito isto, a concepção africana não rejeita a propriedade plena e completa da árvore que o cultivador plantou, na medida em que é o fruto do seu trabalho ou do trabalho dos seus antepassados.

A aquisição de terra no mundo africano podia efectuar-se com base na residência na comunidade. O indivíduo obtinha a terra junto do Chefe. Mas trata-se apenas de um usufruto. Era a situação mais comum.

Em algumas regiões, nomeadamente na África austral, as linhagens, descendentes de um antepassado comum que se teria apropriado ou recebido terras, administram-nas em proveito dos seus membros. Este sistema cujas origens são longínquas é, por exemplo, o sistema das populações do Noroeste da Zâmbia através da matrilinearidade, das margens do lago Tanganika onde a patrilinearidade é comum, ou da região do Tigre na Etiópia onde os homens e as mulheres da mesma linhagem dispõem de um direito igual. Contudo, desapareceu com o regime do apartheid na África do Sul e nos regimes semelhantes na Namíbia ou no Zimbabué.

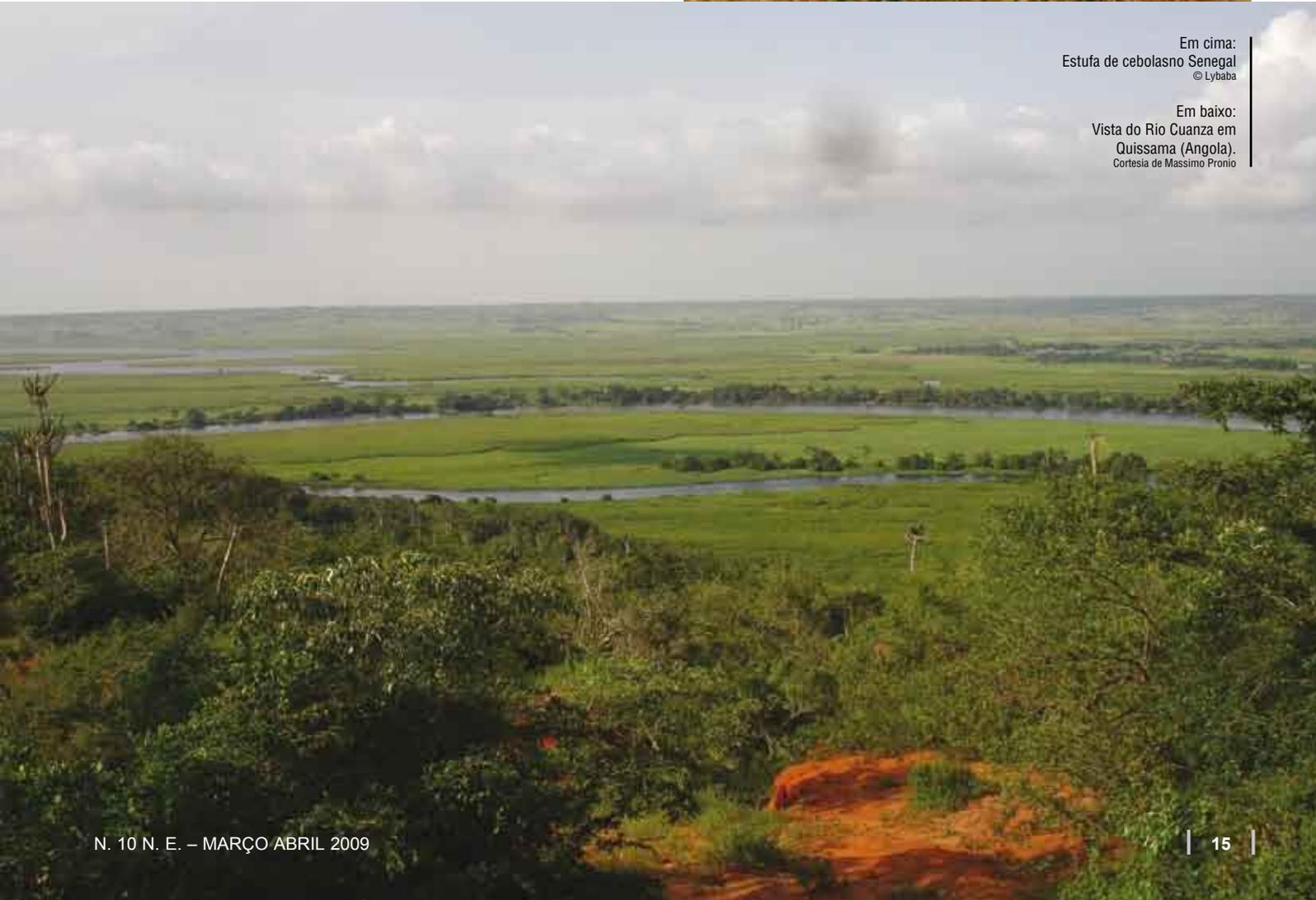
Ao lado destes sistemas, existem aqueles onde os “chefes de terra” ou “donos de terra”, sob a obediência de um soberano, beneficiam de extensas prerrogativas relativamente à gestão fundiária. É a situação típica de estrutura semi-feudal do actual Burquina Faso que existia antes da colonização no império Mossi. Os servos obtinham terras que os seus filhos (filhos varões apesar de ser um sistema matrilinear) podiam herdar. E, finalmente, existe o sistema feudal com os landlords (locadores), nobres, aristocratas, generais e chefes religiosos que receberam terras do imperador, concedendo arrendamentos a tomadores em troca de taxas diversas que abrangiam muitas vezes metade das colheitas (exemplos do Uganda ou do Sul e do Oeste da Etiópia a partir do final do século XIX).

Com a colonização, ocorreu, sob diversas formas, uma confiscação fundiária brutal em proveito de indivíduos, os colonos europeus. Esta apropriação aconteceu sob a força de leis duvidosas que não eliminavam as normas tradicionais mas também não as integravam. Foi principalmente o caso na África austral e oriental (Zâmbia, Zimbabué, Malavi, Quênia). Mas na maior parte dos países, ao lado do fundiário



Em cima:
Estufa de cebolasno Senegal
© Lybaba

Em baixo:
Vista do Rio Cuanza em
Quissama (Angola).
Cortesia de Massimo Pronio



nas mãos dos colonos, a terra continuava a ser totalmente gerida segundo as leis consuetudinárias.

No final do século XIX, a colonização deu-se conta tardiamente que não existe propriedade privada da terra na África subsariana. O sistema colonial impôs então o registo das propriedades, quase em todo o lado. Este registo revelou-se irrealista ou inconcebível numa larga escala apesar das leis de adaptação aprovadas após as independências. A UN Habitat considera que em 1998, apenas 1 % das terras da África subsariana estavam registadas. Muitas vezes, os próprios governos não têm uma ideia precisa da situação actual. Mas a pressão externa relativamente à comercialização da terra crescia cada vez mais e, em muitos dos novos Estados independentes, foi bem acolhida por poderes autocráticos que erigiram grandes propriedades estatais.

Durante muito tempo, instituições como o Banco Mundial apresentaram injunções aos Estados africanos para que concedessem terras aos particulares e às empresas. Deviam imperativamente proceder ao registo dos bens fundiários, o qual se tornará uma condição sine qua non dos planos de ajustamento estruturais. O que não tomava em consideração alguns efeitos perversos. A apropriação das terras pelo Estado levou a um afastamento das autoridades tradicionais. O processo de registo teve de enfrentar a reticência dos ocupantes legítimos em pagar despesas avultadas ou ao evitar preocupações administrativas para registar terras das quais já tinham o usufruto. Para além de que temiam por vezes certas jiga-jogas para lhas tirarem. Sem esquecer que tudo isto era contrário à sua concepção do solo sagrado.

Apesar do registo ter garantido o direito por vezes mal definido de pequenos ocupantes, foi também muitas vezes o início de uma privatização em maior escala em proveito de déspotas e de grandes empresas. O mal-estar actual em Madagáscar, após a concessão de um vasto território a uma empresa asiática, é um exemplo edificante.

> Um flagelo do qual a África ainda está a salvo

Hoje em dia, vários países de África implementam pouco a pouco adaptações legislativas que conduzem a uma mistura entre concepção africana da posse do solo e concepção europeia tomando com base a noção romana de propriedade absoluta de uma coisa.

Tendo as derivas autocráticas acabado, a maior parte dos países de África já evoluem num sistema misto no qual a gestão tradicional

das terras é acompanhada de algumas medidas administrativas de registo, frequentemente implementadas para cumprir com as injunções externas. Apesar das suas fraquezas, estas soluções intermediárias até funcionam bem e fazem com que a África, excepto alguns casos raros na África austral, seja o único continente que não conheça o que chamamos um campo-nês sem terra. Um flagelo do qual ainda está a salvo. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Alain Testart; Kéba Mbaye; terra; posse; propriedade; fundiário; África; “dono da árvore”; “chefe da árvore”; registo; apartheid; colonização.

Página 17: Haiti, 2008.
© Mark Roger

UMA CONCEPÇÃO MUITO MODERNA EM TEMPOS DE CRISE

Investigadores como Alain Testart ou Kéba Mbaye (Revista Ethiopique) demonstram que a concepção africana segundo a qual a terra não pertence a ninguém é partilhada com outras culturas e religiões, a começar pelo Levítico na Bíblia. A diferença é que em África, apenas o valor trabalho justifica a aquisição de bens.

Um conceito preconizado nestes tempos de crise financeira por grandes economistas como Jacques Attali.

SENEGAL, UMA BOA MISTURA DE TRADIÇÃO E DE LEGISLAÇÃO

O Senegal. Lei de 17 de Junho de 1964 considerada como uma revolução silenciosa. Que se traduziu nada mais, nada menos do que por uma nacionalização de 90 % das terras. Enquanto que nos países vizinhos a passagem das terras não cultivadas sob a tutela do Estado levantou movimentos de indignação que levaram frequentemente ao abandono das reformas. A palavra “nacionalização” nunca foi pronunciada pelo governo senegalês. A “prudência” do governo senegalês da altura: uma mudança utilizando os costumes como pontos de referência. O agrupamento sob o controlo do Estado de todas as terras geridas no passado pelo costume, mas a sua distribuição continuaria a seguir um esquema consuetudinário. Tornando-se o Estado uma espécie de grande dono da terra, este podia geri-lo de acordo com as previsões do Plano ministerial. Ninguém, teoricamente, perdeu neste emparcelamento os seus direitos consuetudinários ao usufruir dos seus bens fundiários.

AS MULHERES PRIVADAS DE TERRAS

Os homens confiscam as terras. Apesar de as mulheres representarem mais de metade da população da terra e produzirem cerca de dois terços dos bens alimentares dos países pobres, apenas possuem 2 % da propriedade fundiária do planeta. É o que denuncia a FAO (Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura). Esta situação é causada, segundo Francis Cheneval, no seu Relatório para o PNUD “Empowering the poor through property rights”, pelas discriminações legais contra as mulheres em termos de propriedade, pela predominância do patriarcado e pela mistura provocada pela colonização entre o disposto na tradição e no direito formal.

Juntamente com outros parceiros, a UN Habitat elaborou critérios para avaliar os instrumentos implementados pelos governos para favorecer a apropriação das terras pelas mulheres. O exemplo da Etiópia onde os registos e as certificações de terra foram implementados desde 1999 é significativo. Uma das medidas positivas é a certificação em nome do marido e da mulher em muitos países.

CARAÍBAS, situação mais equitável.

De um modo geral, nas Caraíbas, a posse fundiária foi implementada em territórios virgens após o desaparecimento quase por completo dos Ameríndios, algumas décadas após a chegada de Cristóvão Colombo. Foram observados três esquemas de evolução, os quais conduziram respectivamente à situação actual nas Caraíbas anglófonas, na República Dominicana e no Haiti.

Nos países anglófonos, desde muito cedo foi implementada a “Common Law” britânica. A Coroa atribuiu concessões de duração ilimitada (freehold) ou a prazo (leasehold) a colonos, as quais supostamente deveriam ser para usufruto e se tornaram na realidade propriedades absolutas. Os bens fundiários estavam concentrados nas mãos de uma minoria e vastas áreas permaneciam propriedade da Coroa ou do país.

À excepção da Trindade e da Jamaica, estes países não tinham muitas terras disponíveis. Após a independência que ocorreu em meados do século XX, surgiram dois movimentos conexos, um remembramento que permitiu a um maior número (sobretudo camponeses pobres) ter acesso, a título gracioso ou a baixos custos, à propriedade da terra, ou seja, um aumento do número de parcelas e paralelamente um agrupamento das terras em grandes propriedades, destinado nomeadamente à indústria do açúcar.

Em Trindade e Tobago, existiam, por volta do ano de 1880, 300 plantações de açúcar. Em 1980, a indústria era dominada por uma única sociedade Caroni Sugar Company, controlada em 51 % pelo Estado. Nessa altura, foram recenseadas 35.000 quintas numa superfície total de 130.000 hectares com uma média de 6 hectares enquanto que as 40 propriedades maiores registavam uma média de 400 hectares. Este país sempre teve um sistema equitável em matéria de propriedade fundiária. Na Jamaica, vastas propriedades foram confiscadas após a 2ª Guerra mundial às companhias de bauxite. Em 1966, foi implementada uma reforma agrária de grande dimensão com vista a promover a agricultura. Catorze por cento das terras aráveis foram redistribuídas. No final da década de 80, 90 % das quintas ocupavam uma superfície máxima de 4 hectares e eram detidas por

155.000 agricultores enquanto que o número reduzido de grandes propriedades atingia uma média de 784 hectares.

A República Dominicana é o país com maior disparidade e o único da região em que existem camponeses sem terra. Por um lado os minifúndios e do outro os latifúndios. A “latifundização” ocorreu principalmente com o ditador Trujillo após 1948, para criar dois impérios do açúcar. Em 1980, 2 % das quintas ocupavam 55 % das terras cultiváveis. Uma redistribuição das terras nos anos 80 em proveito de cerca de 75.000 famílias permitiu diminuir ligeiramente a diferença entre pequenas e grandes propriedades.

Relativamente ao Haiti, a sua história faz com que seja uma excepção. As terras dos antigos colonos passaram a ser controladas pelo Estado após a guerra de independência que terminou

em 1803 e foram entregues na maioria dos casos a título de usufruto extensível aos herdeiros. Regularmente, o Estado transforma estes usufrutos em plena propriedade. Cerca de 60 % dos camponeses são proprietários das suas terras. 20 % alugam-nas ao Estado ou a proprietários ausentes. Outros são rendeiros (das “duas metades”) que entregam metade da colheita aos proprietários. Algumas cooperativas de camponeses detêm igualmente uma pequena parte das terras.

H.G. ■

* Rafael Trujillo, ditador desde 1930 até ao seu assassinato em 1961.

Palavras-chave

Hegel Goutier; Caraíbas; posse; propriedade; terra; Haiti; República Dominicana; Jamaica; Trindade; latifúndio; minifúndio.



PACÍFICO.

Finalmente a adaptação

A concepção tradicional do regime de propriedade da terra nas ilhas do Pacífico é tão cosmogónica como em África. A terra e a tribo constituem uma mesma entidade que forma um triângulo que tem como outros pólos o homem e Deus. A transformação gerada pela apropriação das terras no tempo da colonização forçada (1850-1914), com deslocamentos em massa das suas populações, foi traumatizante. A independência da maior parte dos países ocorreu tardiamente, no final do século passado. Hoje, a região procura criar mecanismos que permitam atenuar os estragos.

Entre os países ACP da região da Ásia-Pacífico mais envolvidos actualmente na reforma fundiária encontram-se as Ilhas Salomão, a Papua-Nova Guiné, o Vanuatu e Timor-Leste. As mudanças ocorridas ainda recentemente, isto é, a migração de populações, o crescimento demográfico e as concessões atribuídas a empresas estrangeiras, como as sociedades de exploração florestal nas Ilhas Salomão, em desrespeito do direito consuetudinário, revelaram um mal novo: a insegurança fundiária.

A solução adoptada consistiu em conciliar as

regras orais do direito consuetudinário com as instruções escritas dos órgãos oficiais reconhecendo formalmente os regimes fundiários consuetudinários. Até há pouco tempo, isso não era necessário porque todos conheciam os seus direitos e deveres na comunidade. Foram tomadas medidas para facilitar as transacções, como o arrendamento de terras a estrangeiros por uma comunidade, quer directamente (no Vanuatu), quer indirectamente através do Estado (nas Fiji, Papua-Nova Guiné e Ilhas Salomão).

Acrescente-se a esta situação uma assistência aos grupos consuetudinários para defesa dos seus interesses e prevenção da duplicidade de arrendatários e de certas faltas de controlo. Os mecanismos de adaptação executados na região prevêm, nomeadamente, a garantia de acesso à terra pelas mulheres.

Além disso, em certos países, sobretudo na Melanésia, os governos sentem dificuldades no acesso à terra para os seus projectos de desenvolvimento, porque esta é propriedade comum de tribos. As reformas, ao abrigo das quais é permitido o registo, facilitam as transacções.

As Ilhas Fiji são um caso paradigmático. Neste país coexistem actualmente como formas de propriedade da terra o «taukei», que é a propriedade comum entre fijianos de origem. Em termos de desenvolvimento da economia fundiária, este sistema era, até recentemente, penalizado pelos bancos que lhes vedavam o acesso aos fundos de desenvolvimento, alegando que só podiam conceder empréstimos a pessoas singulares ou colectivas e não a uma colectividade. As pessoas de origem indiana, ou outras, cujos familiares migrantes tinham recebido bens a título individual, tinham esse direito. Em 1995, especialistas da Universidade de Melbourne consideravam que a estabilidade social, económica e política do país continuaria ameaçada enquanto persistisse esta disparidade. As evoluções recentes deram-lhes muitas vezes razão. Esta correcção está em curso. **H.G. ■**

* Ver nomeadamente: Michel Leplat, "Le fait colonial dans l'Océanie insulaire (1850-1914)", Junho de 2007.

Palavras-chave

Hegel Goutier; propriedade; terra; taukei; Fiji; Papua-Nova Guiné; Ilhas Salomão; Vanuatu; Timor-Leste.

A profundidade da principal Ilha Tuvalu no atol de Funafuti, 2007.
© Hegel Goutier

Barco no Rio Cuanza, em Angola, país com fronteiras com a África Austral, cuja guerra civil dificultou imenso a gestão da propriedade fundiária.
© Massimo Pronio

ÁFRICA DO SUL, NAMÍBIA, ZIMBABUÉ

Nuances nos conflitos sobre a terra

Apesar de a África não ter nenhum camponês sem terra, a desertificação, a diminuição das superfícies bem irrigadas e outras causas fazem pairar no ar ameaças de conflito. O Darfur, os atritos entre a Costa do Marfim e o Burquina, os confrontos entre sedentários e nômadas no Mali, na Mauritània, a tensão em Madagáscar na sequência da cedência de uma vasta superfície de terra a uma empresa estrangeira. E a África austral.

Enquanto o governo do Zimbabué lançou há alguns anos uma dinâmica de expropriação das terras dos antigos colonos com vista, na sua opinião, a corrigir as apropriações das terras durante a época colonial apenas pelos colonos, os seus vizinhos da África austral estão a proceder de outro modo. Com uma certa prudência, tentando conciliar a justiça social e a segurança económica, a Namíbia e a África do Sul, que conheceram uma apropriação idêntica no passado, conseguiram até agora impedir que se produza um choque semelhante.

África do Sul. Entre 1960 e 1980, o regime do apartheid fez com que três milhões e meio de negros ficassem despojados dos seus bens fundiários. 80 % das terras cultiváveis pertenciam no final do apartheid, em 1994, a somente 60.000 brancos. O governo de Nelson Mandela assumiu um compromisso duplo: distribuir 30 % dessas terras a agricultores negros num prazo de 4 anos e não expropriar os agricul-

tores brancos. Estes eram chamados a vender ao Estado uma parte das suas terras por preços razoáveis. Apesar de um grande número de entre eles terem concedido a título gracioso uma parte dos seus bens fundiários a concidadãos negros, providenciando-lhes muitas vezes uma assistência técnica e de o governo ter comprado a outros grandes superfícies, o objectivo fixado ainda está longe de ser atingido.

Após os últimos movimentos de generosidade por parte dos proprietários brancos mais conciliantes, os seus congéneres não entendiam mais vender os seus bens abaixo dos preços praticados no mercado. O prazo limite para atingir os 30 % foi regularmente adiado e encontra-se actualmente fixado a 20 anos (em 2015). Em 2007, apenas 4 % das terras cultiváveis tinham sido entregues aos negros.

Não é de estranhar que de vez em quando a situação esteja tensa, nomeadamente na província de Limpopo onde camponeses negros se dedicam por intermitência à ocupação «segundo

o modo zimbabueano» de terrenos agrícolas. Namíbia. Aquando da independência em 1990, 74 % dos terrenos aráveis eram detidos por 5000 agricultores brancos. O governo procedeu como na África do Sul, comprando-lhes os seus bens fundiários. Para os sossegar, a constituição da nova república proibiu a expropriação, excepto para o bem público. O governo resistiu a todas as pressões dos sindicatos que lhe eram no entanto próximos apesar do facto de muitos agricultores brancos só quererem vender a preços «demasiado elevados e irrealistas» na opinião de um ministro do país (John Mbango, Ministry of Lands, declaração feita em 1997). Até agora, houve poucos excessos.

H.G. ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; África do Sul; Namíbia; Zimbabué; Darfur; Sudão; Costa do Marfim; Burquina; Mali; Mauritània; terra.

As grandes obras da UNIÃO AFRICANA

Sob a iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento e da Comissão da União Africana, foram lançadas várias consultas regionais com vista a adoptar uma política fundiária válida para todo o continente. As primeiras conclusões que emergem não são do agrado de todos.



Saheal Twareg e pastores Pleu extraem água de um poço raro para o gado no Níger.
© Edward Parsons/IRIN

Em Julho de 2009, a União Africana terá de tomar uma decisão sobre um dos temas mais sensíveis, trazido à luz do dia pelo Caso Daewoo em Madagáscar, o qual parece ser apenas a ponta do icebergue (ver caixa em baixo). A carta em preparação preveria, entre outros, que toda a reforma agrária reconheça o direito de um Estado possuir terras em nome dos cidadãos. Um tema que não agrada a todos. Numa entrevista à Radio France International, Tidiane Ngaido, investigador do Instituto Internacional de investigação sobre as políticas alimentares, considera que «não é normal que o Estado se arrogue o direito de propriedade e distribua terra a sociedades vindas do estrangeiro. As populações necessitam imperativamente de uma segurança fundiária». Pelo seu lado, a potente rede de organizações camponesas e produtores agrícolas da África Ocidental (ROPPA) está preocupada com “as políticas fundiárias elaboradas sob pressão externa em nome de uma liberalização que valoriza o agro-business e as multinacionais, em detrimento dos nossos espaços comunitários, dos nossos mercados agrícolas e das nossas explorações familiares”. No comunicado adoptado em Abril de 2008, a ROPPA acrescenta: “O que nos preocupa é a tendência actual em pôr em causa a propriedade colectiva e comunitária da terra e os direitos de uso múltiplos de recursos naturais provenientes dessa terra. O argumento apresentado seria que estas formas de exploração são incapazes de dar origem a uma agricultura produtiva e competitiva. É, sem dúvida, ignorar a realidade económica e social dos nossos países para os quais as explorações familiares providenciam uma parte importante dos rendimentos de exportação e grande parte dos empregos.” **M.M.B. ■**

A APROPRIAÇÃO DAS TERRAS AFRICANAS

As tentativas de vários países para adquirir direitos sobre as terras africanas – para a produção de géneros alimentícios mas, sobretudo, de biocombustíveis – multiplicam-se. Entre elas, citaremos, para além do projecto malgaxe de Daewoo:

O “arrendamento” no período de um ano de 110.000 km² (11 milhões de ha, ou seja, um oitavo da superfície do país) em Moçambique;

O “arrendamento” pelo Egipto de 850.000 hectares de terras no Uganda (2,2 % da superfície do país), para o cultivo de trigo;

A aquisição pela companhia britânica Sun Biofuels de terrenos na Tanzânia, na Etiópia e em Moçambique para o cultivo de biocombustíveis;

A Bioenergy International (Suíça) está a planear a plantação de jatrofa (para a produção de biodiesel) numa área de 90.000 ha no Quênia;

A MagIndustries (Canadá) adquiriu uma plantação de 68.000 hectares de eucaliptos e está a construir uma fábrica de destocamento de madeira com uma capacidade de 500.000 toneladas por ano, perto da cidade portuária de Ponta Negra, na República do Congo.

Palavras-chave

União Africana; BAD; fundiário; Tidiane Ngaido; ROPPA; Marie-Martine Buckens.

Debra Percival

Acesso ao ensino primário e secundário gratuito, inclusivo e de qualidade em posição de igualdade com outros.
© CBM Siegfried Herrman

É necessário mudar a **POLÍTICA** da **UE** para os **DEFICIENTES** para atingir os objectivos da luta **CONTRA** a **POBREZA**

São muitas as pessoas, de responsáveis políticos ao público em geral, que ignoram que uma em cada cinco das pessoas mais pobres do mundo tem uma deficiência. O principal organismo internacional que tutela a área da deficiência, uma organização não governamental sediada em Bruxelas e designada "International Disability and Development Consortium (IDDC)", quer que os deputados europeus e os potenciais candidatos às eleições de 2009 para o Parlamento Europeu (PE) subscrevam uma petição apelando a uma mudança na política de desenvolvimento da CE, para que esta se centre mais nos direitos das pessoas com deficiência. A não ser que estes direitos sejam integrados na política internacional de desenvolvimento, os objectivos de redução da pobreza não serão atingidos.

'Eu defendo os direitos das pessoas com deficiência na Europa e fora dela' é uma campanha da IDDC para a aplicação pela UE dos direitos reconhecidos internacionalmente. Nela se lê: "As pessoas com deficiência constituem um dos maiores grupos de pessoas excluídas e persistentemente pobres no mundo. Se não incluirmos a deficiência nas medidas de luta contra a pobreza, os deficientes continuarão a viver na pobreza e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) não serão atingidos." Uma maior integração da deficiência nos programas de cooperação da CE e um

exame minucioso destas políticas pelo PE e por grupos da sociedade civil são acções vitais, refere Johannes Trimmel, Presidente da IDDC e Director da ONG 'Licht-Fuer-die-Welt'. Alguns passos neste sentido dados por instituições da UE são raros até ao momento, diz Trimmel. A IDDC agrupa 20 ONG que trabalham nos domínios do desenvolvimento e da deficiência, algumas das quais, como a 'World Vision UK', dirigem os seus próprios projectos em países em desenvolvimento.

Os Estados da UE são signatários da Convenção de 2006 das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que entrou em vigor em

2008. O artigo 32.º desta Convenção declara que a cooperação internacional deve ser acessível às pessoas com deficiência e o artigo 11.º refere que as pessoas com deficiência devem ser protegidas em situações humanitárias e de emergência. Catherine Naughton, Directora em Bruxelas da ONG 'Christian Blind Mission (CBM)', salienta que a aplicação desta Convenção dependerá da capacidade da sociedade civil para acompanhar estas situações e defender novas políticas, mas muitas ONG no domínio da deficiência não possuem recursos nem pessoal para o fazer. Em 2004, a UE publicou uma Nota de orientação em matéria de deficiência e de desenvolvimento

para as Delegações e Serviços da União Europeia, mas na prática os progressos foram desanimadores, diz Johannes Trimmel.

> Controlar os objectivos

Quanto mais fundos da CE vão para ajudas de carácter geral e sectorial nos Estados ACP, maior deve ser a exigência de objectivos sobre como os deficientes são incluídos nas políticas e o subsequente controlo por grupos que representam as pessoas com deficiência. Vejamos o sector da educação, diz Catherine Naughton, em que os progressos na realização dos ODM estão atrasados: “Não conseguimos dar uma atenção pormenorizada ao grau de inclusão das crianças com deficiência na educação”, diz ela, acrescentando: “Cabe à sociedade civil e ao Parlamento num determinado país escrutinar como é que este dinheiro é gasto. No Relatório mundial de acompanhamento de 2007 estimava-se que um terço das crianças não escolarizadas eram crianças com deficiência.” Ela sugere que sejam estabelecidos objectivos sobre a inclusão de crianças com deficiência nos documentos nacionais de estratégia dos Estados ACP para o planeamento do FED e que sejam igualmente incluídas metas quando forem planeados projectos específicos. “Será que estamos a formar professores para o ensino especial que sabem ensinar em Braille e em linguagem gestual?”, pergunta, acrescentando: “Quando foi concedido apoio sectorial durante algum tempo, em que medida é que isso melhorou a igualdade de acesso das raparigas, de comunidades tribais e de deficientes?” E o seu ponto de vista sobre se isto viola a autonomia dos países ACP para aplicarem os fundos como quiserem: “Queremos gerir um sistema educativo que se limita apenas a dar resposta às necessidades de um pequeno número de pessoas na sociedade? E nesse caso devemos apoiá-lo?”, pergunta Naughton. Ela refere que a CE já é exigente quanto à apresentação de relatórios financeiros, portanto porque é que não tem impacto nos grupos beneficiários? “Todos os governos, com excepção dos Estados Unidos e da Somália, assinaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, que estabelece que todas as crianças, independentemente da etnia, género ou deficiência, deviam poder ir à escola. Não se trata de uma exigência excessiva que todas as crianças tenham acesso ao ensino primário”, diz ela.

> Infra-estruturas acessíveis

E pergunta: “Faz algum sentido construir escolas que não são acessíveis?” Custa apenas mais 1,4 por cento equipar um edifício para ser utilizado por deficientes. Johannes Trimmel quer que a UE apoie a pessoa de contacto para a deficiência em cada Delegação da CE, uma proposta já apoiada, refere Trimmel, pelo Comissário da UE

Louis Michel a nível da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE.

Algumas delegações da CE já consultam grupos de deficiência na fase do planeamento. Aconteceu no Gana, onde a ONG local ‘Action on Disability and Development’ foi consultada sobre a elaboração do documento de estratégia nacional relativamente às despesas do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2008-2013). Ute Möhring, encarregada de missão na Delegação da CE no Gana, diz que a CE vai apoiar o fundo do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, ‘Rights and Voices Initiative’ (RAVI), no âmbito do 10.º FED. A RAVI patrocina pequenas organizações baseadas na comunidade para lhes permitir dialogar com o governo. Mas o exemplo do Gana, diz Trimmel, é uma excepção.

Alguns governos ACP são mais proactivos em matéria de deficiência. O Uganda reserva cinco lugares no Parlamento para pessoas com deficiência e as suas políticas em matéria de sensibilização, testes e tratamento de VIH-SIDA

integram pessoas com deficiência, diz Catherine Naughton. E um projecto apoiado pelos CBM, Callan Services, teve um efeito duradouro no sistema educativo da Papuásia-Nova Guiné. Em 1990 não havia ensino especial para alunos com deficiência. No final dos anos 90, os Christian Brothers dirigiam os ‘Callan Services’ – um diploma de três anos a nível do ensino primário para o Teacher College de St. Benedict, Wewak, onde se ministram cursos de formação para todos os alunos-professores saberem como ensinar alunos com deficiência em escolas normais. Foi apoiado pelo Conselho de Educação das Igrejas e pelo Conselho Nacional para as Pessoas com Deficiência e financiado pelos CBM, incluindo financiamento da CE, e em princípio foi passado a todas as faculdades de formação de professores.

Palavras-chave

Deficiência; IDDC; CBM; Licht-Fuer-die-Welt; Gana; Papuásia-Nova Guiné.



Direito à mobilidade.
© CBM Phil Lam



INTERLIGAR a Europa e a África

“Grand Sud” de Madagascar,
2008. © Marie-Martine Buckens

Uma rede euro-africana de transportes para amanhã? É pelo menos a ideia defendida por Antonio Tajani, Comissário Europeu para os Transportes, na Cimeira da União Africana (UA) consagrada às infra-estruturas, que se realizou de 1 a 4 de Fevereiro em Adis-Abeba, na Etiópia.

Esta nova “ponte” entre os dois continentes seria, aos olhos do Comissário Europeu, uma sequência lógica das grandes obras de infra-estruturas de transportes realizadas por todo o lado em África. Mas, reconheceu Antonio Tajani, por enquanto não passa de uma ideia: “trata-se, antes de mais, de um exercício de planificação destinado a identificar os pontos de conexões entre as nossas redes, de acordo com o modelo já aplicado no quadro da rede mediterrânica de transportes”. Uma ideia que tem origem na reunião realizada em Outubro último com a Comissária Dr^a El Ibrahim, por ocasião do encontro entre as Comissões da UE e da UA.

Entretanto, fazendo referência ao plano de acção 2008-2012 adoptado em Abril de 2008 pelos Ministros dos Transportes da UA, Antonio Tajani fez questão de expressar “as

suas ideias” relativamente aos eixos transafricanos. Com uma prioridade: o transporte rodoviário. E lembra os grandes eixos actualmente objecto de um programa pan-africano consolidado, a que a Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento (BEI) dão o seu apoio. São oito eixos: Dacar-N’djamena; Nouakchott-Lagos; Cartum-Jibuti; Lagos-Mombaça; Cairo-Gaborone; N’djamena-Windhoek; Beira-Lobito; Dar Es Salam-Quigali.

➤ Oito eixos prioritários

“O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) já reservou mais de 3 mil milhões de euros para estes oito eixos”, salientou o Comissário Europeu, “e estão programados 3 mil milhões adicionais a título do 10.º FED”. São “meios consideráveis”, acrescentou, que

“catalisam os financiamentos das grandes instituições financeiras europeias, sob a égide do BEI”. Valores igualmente máximos para o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que nos últimos três anos investiu mais de 3,6 mil milhões de dólares nos transportes. “Tenho imenso prazer em anunciar que devemos duplicar os nossos compromissos daqui a três anos”, declarou em Adis-Abeba Donald Kabureka, Governador do BAD. Os compromissos dos doadores, acrescentou o Governador do BAD, quase duplicaram num ano, passando de 7,7 mil milhões de dólares em 2006 para 12,4 mil milhões em 2007. Um aumento que se explica em parte pela contribuição dos países emergentes, como o Brasil, a Índia e a China, que se comprometeram com cerca de 7,8 mil milhões de dólares desde 2007, em especial nos domínios ferroviário e hidráulico.

> Crise de financiamento

A questão estava debaixo de todas as línguas: nestes períodos perturbados, será que os doadores poderão manter os seus compromissos? Antonio Tajani mostrou-se relativamente confiante: “Existe o risco de a actual crise económica ter consequências sobre os recursos necessários (...), mas ao mesmo tempo os planos de relançamento elaborados a todos os níveis fazem das infra-estruturas uma das prioridades. Com efeito, são elas que favorecem o comércio e a competitividade das nossas economias e que constituem portanto a resposta mais adequada à crise.” Donald Kabureka mostrou-se mais pessimista: “Em África corre-se o risco de um certo número de projectos de infra-estruturas serem anulados ou reduzidos ao mínimo”, e acrescentou ao

mesmo tempo: “os desafios a que a nossa infra-estrutura tem de fazer face não são apenas de natureza financeira, mas igualmente política e reguladora.”

Sobre este último ponto, o Comissário Europeu avançou o modelo criado na UE para facilitar em especial as secções transfronteiras das redes de transportes, nomeadamente o apuramento de projectos públicos e privados. “Os instrumentos utilizados poderão aplicar-se nos processos em que a Comissão da UA está empenhada, em apoio dos Estados e das comunidades económicas”, acrescentou.

> Um acordo aéreo para breve?

Antonio Tajani aproveitou a Cimeira para “esboçar” o novo quadro estratégico entre a UE e a África no sector aéreo. Um sector em

que os Estados europeus desempenham um papel predominante. Um sector, reconheceu, em que a UE é um actor relativamente jovem, mas cujo papel aumentou rapidamente, como testemunham os acordos assinados com os Estados Unidos, o Canadá ou a Índia. Qual será o perfil do futuro acordo aéreo entre a UE e a África? “Não tenho uma ideia preconcebida sobre a sua forma, é preciso elaborá-lo em conjunto”, assegurou o Comissário Europeu, insistindo igualmente em duas questões prévias: o reconhecimento da natureza comunitária das companhias aéreas europeias e o respeito da segurança aérea. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

UA; UE; BAD; BEI; Antonio Tajani; infra-estruturas; acordo aéreo; Donald Kabureka; Marie-Martine Buckens.

OS “ESTADOS UNIDOS DE ÁFRICA” de Muammar Gaddafi’s

Reunidos na Cimeira de Adis-Abeba (Etiópia), os Chefes de Estado e de Governo dos 53 países da União Africana (UA) elegeram em 2 de Fevereiro último o líbio Mouammar Kadhafi para presidir à sua organização durante um ano. Uma nomeação que permitiu ao “guia” líbio reabrir um dossiê que muito preza: a criação dos Estados Unidos de África.

A eleição do Chefe de Estado líbio não foi feita por aclamação, como é costume, mas à porta fechada. De facto, a presidência rotativa da organização acabia este ano a um Estado da África do Norte e

Mouammar Kadhafi era o único representante destes Estados na Cimeira. Jakaya Kikwete, da Tanzânia, Presidente cessante da UA, ignorou o seu sucessor, instando os seus pares a consagrarem mais tempo ao desenvolvimento das

suas economias do que à resolução dos conflitos “sobre a partilha de poderes entre os nossos políticos”. Por seu lado, o coronel líbio terá declarado, segundo Radio France International (RFI): “Sei que alguns de vós estão decepcionados e vou provocar-vos. Mas é no interesse de África.”

O Chefe de Estado líbio conseguiu fazer adoptar em Adis-Abeba um compromisso que prevê a transformação da Comissão da UA numa nova autoridade. Dotada de um mandato mais forte, esta nova autoridade será uma antecipação remota de um “governo da União Africana”. O Presidente senegalês Abdoulaye Wade afirmou-se preparado, numa declaração que fez à imprensa em 17 de Fevereiro, para apoiar um governo deste tipo. Segundo as suas declarações, este governo deve começar em Janeiro de 2010, enquanto os Estados Unidos de África devem ser proclamados em 2017. **M.M.B.** ■



Mouammar Kadhafi,
Presidente de Líbia.
© CE

Palavras-chave

Cimeira da UA; Mouammar Kadhafi; Jakaya Kikwete; Marie-Martine Buckens.



A ZÂMBIA, primeiro país beneficiário do novo instrumento ORÇAMENTAL da UE – o “Contrato ODM”

A Comissão Europeia decidiu atribuir um montante de 225 milhões de euros ao Governo zambiano para apoiá-lo na melhoria da eficácia dos seus programas de luta contra a pobreza e ajudá-lo a acelerar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

A Zâmbia é o primeiro país a beneficiar desta nova forma de apoio orçamental – designado “Contrato ODM” – que a Comissão decidiu conceder aos “bons alunos” beneficiários do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Seis outros países seguirão dentro em breve: Mali, Moçambique, Uganda, Burquina Faso, Gana e Ruanda. “No actual contexto de crise financeira e económica, é mais importante do que nunca fornecer aos países em desenvolvimento uma ajuda previsível que se encaixe numa perspec-

tiva de longo prazo e respeite os seus próprios procedimentos e as suas prioridades estratégicas”, declarou, em 5 de Março, Louis Michel, Comissário responsável pelo desenvolvimento e ajuda humanitária, aquando da assinatura do contrato em Lusaca, capital da Zâmbia.

O contrato ODM constitui um elemento da estratégia adoptada pela UE para respeitar o seu compromisso político de melhorar a eficácia e a previsibilidade da ajuda, compromisso este que será mais previsível e abrangerá um período de seis anos, ou seja, um período duas vezes

superior ao previsto nos acordos clássicos de apoio orçamental. Prevê igualmente uma ajuda mínima anual, praticamente garantida, assim como pagamentos anuais fiáveis efectuados segundo um calendário preestabelecido.

M.M.B. ■

Louis Michel, Comissário Europeu do Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária, durante a sua visita à Zâmbia em Março de 2009. © CE

Palavras-chave

Zâmbia; Contrato ODM; eficácia; FED; Louis Michel; Marie-Martine Buckens.

AS ILHAS SALOMÃO assumem a direcção do Grupo ACP

O Embaixador das Ilhas Salomão junto da União Europeia e do Reino Unido, Joseph Ma’ahanua, assumiu a direcção do Grupo ACP, sucedendo em 6 de Fevereiro de 2009 ao Burquina Faso. A Presidência do Grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) é rotativa, sendo assegurada em cada semestre por uma das seis regiões ACP. Depois da África Ocidental, a Presidência cabia a um país da região do Pacífico.

“Conto com todos nós, porque a tarefa que nos espera é enorme”, declarou o Embaixador no acto de investidura. As negociações sobre os Acordos de Parceria Económica (APE) entre o Grupo e a UE representam o dossiê prioritário que deve ocupar os seis meses da Presidência das Ilhas Salomão. Outro dossiê importante: a revisão do Acordo de Cotonu entre os ACP e a UE. Adoptado em 2000, este Acordo é revisado quinquenalmente. Joseph Ma’ahanua deve portanto assegurar a Presidência do Comité

de Embaixadores dos 79 países membros do Grupo ACP. Este Comité toma as decisões ad-hoc entre cada sessão ministerial do Grupo.

M.M.B. ■

Palavras-chave

Ilhas Salomão; Grupo ACP; Joseph Ma’ahanua; Marie-Martine Buckens.

Andrea Marchesini Reggiani

FILANTROPIA e pobreza

A Conferência anual do Centro Europeu de Fundações (CEF), a realizar em Roma de 14 a 16 de Maio de 2009, vai debater como as fundações podem lutar contra a pobreza criando oportunidades por intermédio da educação e do reforço de capacidades. Perguntámos a Rui Vilar, Presidente do CEF, qual era a acção das fundações europeias no que se refere à ajuda ao desenvolvimento e tendo igualmente em conta a difícil situação económica.



As fundações estão a aparecer como doadores na luta contra a pobreza. Qual é, neste contexto, a actividade do CEF?

Somos uma associação de aderentes e o nosso papel consiste em apoiar o trabalho dos nossos membros que desenvolvem actividades nos seus domínios de interesse, que em relação a muitos inclui a pobreza.

Uma ideia central do trabalho do Centro é permitir o contributo e o envolvimento das fundações no processo de elaboração e execução das polí-

ticas da UE, bem como conferir maior visibilidade à investigação e às práticas das fundações que contribuem para o progresso das questões europeias em áreas como a integração socioeconómica, a liberdade da comunicação social, o diálogo intercultural e a saúde mundial.

As fundações estão interessadas no diálogo com os doadores públicos ou consideram-no uma restrição da liberdade que lhes advém da gestão dos seus patrimónios?

O CEF considera que é muito importante para as fundações a instituição de um diálogo aberto com as autoridades públicas (locais, regionais, nacionais e supranacionais), embora mantendo a sua independência. Esta cooperação tem uma longa tradição histórica: algumas das antigas fundações medievais foram criadas ou administradas por entidades que na terminologia actual seriam autoridades locais ou órgãos executivos. Hoje em dia a independência financeira e a flexibilidade das fundações permite-lhes desempenhar um papel catalisador e associar recursos e conhecimentos para fazer face às necessidades críticas.

Permita-me que aponte alguns exemplos de iniciativas recentes em que o CEF esteve envolvido:

- Cooperação entre o Grupo de Financiadores Europeus contra o VIH/SIDA e a ONU-SIDA;
- Fundo Mundial para Fundações Comunitárias, concebido em conjunto com o Banco Mundial e Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS);
- Fórum Europeu de Filantropia e Financiamento

da Investigação, apoiado pela Comissão Europeia;

- Consórcio Europeu de Fundações sobre Direitos Humanos e Deficiência para a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008).

Individualmente, os membros do CEF também estão a desenvolver importantes parcerias:

- Consórcio de Genómica Estrutural – uma colaboração internacional apoiada pelo Wellcome Trust (UK), por financiadores públicos do Canadá e da Suécia e por empresas farmacêuticas – que está a proceder à caracterização em grande escala das estruturas das proteínas;
- Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal), que está a criar um centro de investigação em Angola sobre Saúde e Doenças Tropicais;
- Fundação Luis Vives (Espanha), que desenvolveu em 2007 campanhas nacionais de sensibilização para a inclusão social em parceria com a UE, o Governo espanhol, o sector do voluntariado, a Caixa Galicia e 15 governos regionais;
- Fundação Rei Balduino (Bélgica), que trabalha com organismos governamentais, ONG, centros de investigação e empresas em áreas como as migrações, a pobreza e a justiça social.

Pode falar-nos da reunião de Roma?

Numa questão de meses, os efeitos da contracção económica mundial foram sentidos por todas as camadas da sociedade e não apenas pelos grupos mais vulneráveis, que inquestionavelmente foram os mais atingidos. É portanto o momento oportuno para as fundações – que têm

dado boas provas na defesa dos mais desfavorecidos – debaterem o seu papel no combate aos desafios que enfrentamos. A conferência voltará aos elementos de base da filantropia, examinando o tema da pobreza e considerando a criação de oportunidades através da educação, da capacitação e do reforço de competências.

Foi calculado o montante da ajuda anual das fundações aos países em desenvolvimento?

Um inquérito realizado pelo CEF ao financiamento concedido pelos seus membros para o desenvolvimento mundial, baseado em dados de 2004 e 2005, revela uma tendência positiva: a despesa com o desenvolvimento aumentou, tendo passado de aproximadamente 163 milhões de euros em 2004 para quase 332 milhões de euros. Este montante representa 15,67 por cento da despesa total destas fundações para 2004 e 2005. O inquérito debruçou-se igualmente sobre a posição dos membros em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) da ONU. Embora a maior parte dos inquiridos tenha actividades no domínio das áreas abrangidas pelos ODM, não se identificam com esta agenda mundial. Entre as razões incluem-se: um forte cepticismo em relação aos ODM como enquadramento e dificuldade de harmonizar a missão e as abordagens das fundações com a agenda dos ODM. No entanto, algumas fundações indicaram que embora considerem arriscado prever para além de 2015, é importante ter em conta os ODM uma vez que influenciam as agências de doadores e as ONG.

As despesas e as acções irão diminuir devido à crise financeira?

Em Outubro de 2008, o CEF lançou um inquérito aos seus membros para compreender melhor os efeitos da instabilidade económica. Um pouco mais de metade respondeu que a crise financeira não estava a afectar a sua organização. A maioria referiu poder continuar a cumprir todos os compromissos de subvenções para 2009. Contudo, um pouco menos de metade dos inquiridos esperava que os seus orçamentos para subvenções e/ou programas operacionais diminuíssem nos próximos dois anos, embora dois terços tenham referido que estavam a ponderar alterações importantes nas respectivas estratégias de investimento. Trata-se de estatísticas cautelosas. No entanto, continuamos confiantes em que as fundações, com as provas dadas em matéria de resistência, de capacidade de adaptação e de criatividade, conseguirão singrar por estas águas agitadas.

O Acordo de Cotonu tem uma abordagem inovadora que inclui a negociação, entre o doador e o beneficiário, do tipo e dos sectores de intervenção. A vossa acção pauta-se pelo mesmo princípio?

FUNDAÇÕES ACTIVAS NO DESENVOLVIMENTO

As fundações com actividades na ajuda ao desenvolvimento são:

Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal), Fundo em Memória da Princesa de Gales Diana (Reino Unido),

Fundação Mériex (França), Fundação Nuffield (Reino Unido), Unidea Unicredit (Itália), Volkswagen Stiftung (Alemanha), Wellcome Trust (Reino Unido).

Muitas apoiam também o desenvolvimento comunitário, como a Fundação Bernard van Leer (Países Baixos), Cera (Bélgica), Fundação Rei Balduíno (Bélgica), um consórcio de fundações italianas – Compagnia di San Paolo, Fondazione Cariplo e Monte Paschi di Siena –, Fundação Rabobank (Países Baixos) e Fundação Shell (Reino Unido).

Outras concentram-se na capacitação política da sociedade civil: Joseph Rowntree Charitable Trust, Sigrid Rausing Trust (Reino Unido), Fundação Oak (Suíça).

A questão do diálogo e da escuta das necessidades dos beneficiários está no cerne das preocupações das fundações. Contudo, é uma área complexa, especialmente quando se opera a nível internacional – uma vez que isto exige um conhecimento profundo dos contextos culturais, sociais e políticos. Reconhecendo este desafio, o CEF, em colaboração com o Conselho das Fundações, elaborou os “Princípios de Responsabilização de Filantropia Internacional”.

Palavras-chave

Centro Europeu de Fundações (CEF); Rui Vilar; filantropia.

Página 26:

Rui Vilar, Presidente de EFC. © EFC

Abaixo:

Annabelle, O Palhaço, Paris, vencedor da Fotografia EFC em 2008. Apresentado pela Fundação de França.

© Francesco Acerbis

Defesa das Minorias na Europa do Sudeste, Berovo, Macedónia. Apresentação da Fundação Rei Balduíno.

© T. Predescu



Annabelle-the-Clown

Submitted by Fondation de France
© Francesco Acerbis

Annabelle-the-Clown comes to visit elderly patients with advanced progressive diseases, or in a terminal phase. By her face and jokes, she performs to relight a flame of life in the eyes of the patients. She relieves deep anxiety, and prompts exhilarating exchanges.

Paris, France

2008 EFC photo competition
"Every picture tells a story"



Defending Minorities in South-East Europe

Submitted by King Baudouin Foundation
© T. Predescu

Through its regional initiative, "Minority Rights in Practice in South-East Europe", the King Baudouin Foundation aims to take common action for policy change at local, national and international levels, to overcome discrimination and address for effective implementation of treaties. The photo is taken of the project entitled "The Dignity Hands of the Blacksmiths."

Berovo, Macedonia

2008 EFC photo competition
"Every picture tells a story"

PRIMERIO PLANO

| © Hegel Goutier

Um dia na vida de **CHEIK OUMAR SISSOKO**

Homem dinâmico, no corpo e no espírito. Calmo, mas como em projecção, o corpo em pronação, o espírito sempre a elaborar, a construir, a aperfeiçoar projectos e estratégias para o cinema, a cultura e África. Recorda com aplicação mas sem a menor pretensão o seu percurso nas suas duas carreiras, a de cineasta e de homem político, ou melhor dizendo, de homem político cineasta. Como para equilibrar a sua aura de grande realizador maliano ou africano que eclipsa fora das fronteiras da sua região os seus êxitos como ministro da Cultura.

Pouco importa! Para Sissoko, o cinema é uma ferramenta ao serviço das ideias e da política. Longe do martelar dos slogans, utiliza esta ferramenta com extremo requinte. Ora para descrever o Império do Mali no século XIX, como no “Guimba”, criando um drama shakespeariano intenso, misturando todos os ingredientes de um filme policial histórico e de um fresco grandioso com decorações e indumentárias sofisticadas e legiões de figurantes. Ora para esclarecer, à luz da realidade africana, uma vertente da herança mundial, o Génesis, e transportar-nos para um conto onde se entrelaçam proezas, fascínios e sensualidades.

Nesse dia, segunda-feira, 2 de Março, o nosso entrevistado analisa minuciosamente duas das suas obras perante um auditório encantado e preso às suas palavras como as cordas ao instrumento. Fala essencialmente aos jovens,

aos estudantes da famosa escola de cinema da África Ocidental, a ISIS, de Uagadugu. Estes últimos não perderão nada do filme Guimba, que viram ou reviram ao abrir o pano, nem das palavras do mestre da manhã à noite. As suas perguntas seriam de uma acuidade e pertinência raras. Sissoko ficou emocionado com a experiência. Os convidados estrangeiros, professores, directores e estagiários de escolas de cinema de Bruxelas ou de Dijon, nomeadamente parceiros da ISIS, estavam encantados.

A lição do mestre falava da “Decoração cinematográfica e património cultural”. Ao lado do aspecto técnico do assunto, Sissoko insistiu repetidas vezes na sua escolha de realizar co-produções Sul-Sul. No seu caso preciso, a escolha fez-se muitas vezes entre o Mali, o Burquina e o Níger, mas também com países da África do Norte, nomeadamente Marrocos. Ele falou sobretudo da forma como destaca as magníficas

idades imperiais do Mali, como Djenné, Ségou, Tombuctu. Prestou homenagens calorosas aos figurinistas, decoradores e outros mágicos do cinema da região. Um grande figurinista do Burquina, um ás do vestuário e das pedras preciosas, originário do Mali. Vai fazer uma demonstração da capacidade de auto-suficiência do cinema africano. Quem sabia na sala que entre o Mali, o Níger e o Burquina, era possível realizar um fresco, como o Génesis, sem recorrer ao estrangeiro? Quem sabia que, em 2008, a Nigéria produziu 1700 longas metragens e que o cinema deste país já é auto-suficiente?

Para esta auto-suficiência, há que utilizar primeiro as línguas locais africanas e o arquétipo de histórias e lendas de factos do continente. O cinema africano só será viável se for apoiado por um grande público africano. Se não, os filmes do continente continuarão a ser relegados na Europa para pequenas salas de cinema sem

terem a possibilidade de ser vistos por um grande público. “Não acredito na existência de um cinema universal.” Para o mestre, se um filme americano ou japonês tem um êxito universal, é porque é universal, está enraizado na cultura local. É o seu sucesso no seu mundo que lhe permite conquistar outros mundos. “No dia em que um filme africano realizar 10 milhões de entradas em África, não faltarão produtores estrangeiros que se porão de joelhos para comprar os direitos de distribuição.”

Simultaneamente afável e reservado, com um calor abrasador mas à distância para não queimar, por cortesia ou elegância. Assim é Cheik Oumar Sissoko a conversar com outrem.

A lição dos tiranos. Para estimular a ver o que é bom, mostra-nos o que está mal. Como no Guimba, mostrou o mal para concluir que se vislumbra um raio de esperança. Ou estou a resumir mal?

Não posso dizer que resumiu mal. O que quero dizer, com toda a certeza, é que isso depende das situações. Estas podem prestar-se ao que me disse sobre os tiranos: pegar no que está muito mal, segundo a composição do realizador, e fazer disso uma construção dramática utilizan-

do do cómico para apresentar as coisas. Isto foi muito triste no “Nyamanton”. Já no Guimba, onde as cores eram belas, o que era triste era a situação em que ocorreu. É por isso que gosto muito desta bela metáfora.

Dirigiu-se aos jovens como "caros colegas". Eles ficaram emocionados. Considera-os maduros ou considera-se jovem sempre a aprender?

É porque eles são maduros. O facto de aceitarem vir para esta escola de cinema em detrimento das grandes escolas de economia ou de gestão, é uma situação de maturidade porque a profissão é extremamente difícil, que ainda não é aceite pela sociedade onde vivemos. O facto de os estudantes terem que superar muitas dificuldades e aceitá-las só os honra. É por isso que lhes chamei “meus caros colegas”, porque é minha convicção que eles estão dispostos ao desafio.

Porque a cultura está a passar um mau bocado?

Absolutamente, a cultura está a passar um mau bocado porque não é aceite pelas altas autoridades nos nossos países. O Burquina é um caso isolado, porque sempre reconheceu a cultura em geral e o cinema em particular. Para

prová-lo, recorde-se o papel desempenhado pelo FESPACO, a cinemateca africana e a Isis.

Sr. Sissoko, o que leva os artistas como você, Raoul Peck e Gilberto Gil, a entrar num governo. É para se aperceberem do perigo e depois saírem?

Não creio. Penso que o meu caso é diferente do de Raoul Peck e de Gilberto Gil, mesmo se estes têm verdadeiramente uma concepção política das lutas a travar e das exigências de desenvolvimento dos seus países. Eu sou político e foi a política que me levou ao cinema. Sou presidente de um partido “Solidariedade Africana para a Democracia e a Independência”. Trabalhei (ndr: como ministro) para alterar as coisas positivamente. Creio termos tomado medidas verdadeiramente irreversíveis... Sim, fizemo-lo ao mesmo tempo que fazemos compreender às pessoas a cultura como um factor de desenvolvimento económico, um factor de paz e de estabilidade. **H.G. ■**

Camera operator em famosa escola de cinema da África Ocidental, ISIS, em Uagadugu, durante a conferência de Cheik Oumar Sissoko, em 2009. Evento promovido pela Africalia (www.africalia.be) © Hegel Goutier



ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE)

“PRECISAMOS de um **mínimo** de protecção”

Uma delegação de parlamentares e de agricultores africanos, em digressão pelas grandes capitais europeias no mês de Março, denunciou o rumo que estão a seguir as negociações conduzidas pela União Europeia com os países africanos para a conclusão de novos acordos de parceria económica (APE), que correm o risco “de provocar um genocídio económico em África”.

Estes acordos vão fragilizar “os mercados agrícolas locais, expondo-os à concorrência das sobreproduções europeias”, alertou a delegação, na sua passagem por Bruxelas em 5 de Março. “Receamos que a União Europeia, que subvenciona fortemente os seus agricultores, inunde os nossos mercados”, explicou Kolyang Palebe, representante de uma organização de agricultores do Chade. Os APE vão igualmente provocar “uma queda drástica das receitas fiscais aduaneiras e portanto reduzir ainda mais as capacidades orçamentais dos Estados”, salientou por seu

lado a queniana Catherine Kimura, Presidente da Comissão do Comércio da Assembleia dos Estados da África Oriental (EALA). A delegação também denunciou o facto de a UE negociar actualmente estes acordos país por país, quando à partida deviam ser negociados com base em entidades regionais. “É reduzir a zero os nossos esforços de integração regional, que no entanto são preconizados pelo Acordo de Cotonu” (que liga a UE aos 79 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), NDR), declarou por seu lado Eric Ouedraogo, um representante dos pequenos países, oriundo do Burquina Faso. Para este últi-

mo, “a nossa solidariedade regional está a nascer e precisamos de um mínimo de protecção, sem a qual nos arriscamos a voltar ao ponto de partida”.

M.M.B. ■

Em baixo:
Mais oportunidades de exportação ao abrigo dos APE?
Porto, Kingstown, São Vicente e Granadinas. © Debra Percival

Palavras-chave

APE; delegação africana; pequenos agricultores; Marie-Martine Buckens.

Aumento das **EXPORTAÇÕES DAS CARAÍBAS** em resposta ao desafio do APE

A Agência para o Desenvolvimento das Exportações das Caraíbas (CEDA) é o único organismo de promoção das exportações a nível de uma região do grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). A assinatura em 2008 do Acordo de Parceria Económica (APE) entre os 15 Estados membros do CARIFORUM e a UE traduz-se em novos desafios.*



Criada em 1996 pelos Estados do CARIFORUM, a missão da CEDA consiste em reforçar a competitividade das empresas nos mercados internacionais e promover as exportações das Caraíbas a nível nacional e tem um quadro de pessoal de 14 pessoas nos Barbados e 3 pessoas no escritório sub-regional na República Dominicana, explica o director executivo, Philip Williams. Escipion Oliveira, gestor de projectos especiais, afirma que “é no agrupamento das empresas que reside a sua grande força”. Por exemplo, na recente ‘Fancy Food Fair’ em Nova Iorque, a exposição que a CEDA fez dos produtos de empresas mais conhecidas ao lado dos produtos de empresas recentes trouxe novos clientes para as marcas menos conhecidas. Os Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED) da UE têm financiado as actividades deste organismo e está previsto que o 10.º FED (2008-2013) assegure 7 milhões de euros até 2010 mas, diz Williams, há muito a fazer para responder ao desafio do APE. Entre as últimas iniciativas inclui-se a reunião de 15 a 20 artistas, incluindo grafistas e estilistas de moda em

Ochos Rios, Jamaica, em 17 e 18 de Fevereiro de 2009, para examinarem a ‘especificidade das Caraíbas’ e como fazer disso um ponto de vendas no mercado mundial. A CEDA procura promover em especial o artesanato no Haiti, tendo constituído inclusivamente um “pequeno conselho para o desenvolvimento das exportações”. Phillip Williams refere: “Há muita energia e criatividade no Haiti, mas eles não conseguem os bons materiais.”

Carlos Wharton, conselheiro da CEDA para o comércio, diz que o APE proporcionou oportunidades em áreas como os serviços, mas a região enfrenta agora o desafio de ter de permitir aberturas semelhantes a outros países, como o Canadá, no quadro do tratamento de Nação Mais Favorecida (MFN). Há apenas dez anos os Barbados tinham uma importante indústria do vestuário, que está a desaparecer gradualmente à medida que salários mais baixos tornam mais barato produzir têxteis noutros sítios. Wharton salienta as oportunidades no sector dos serviços e das tecnologias da informação, mas os serviços são uma “actividade em evolução”, refere. Não existem no sector, diz Williams,

“condições equitativas e por isso vamos precisar indefinidamente de assistência técnica e de assistência para o desenvolvimento”.

Oliveira diz que o organismo tenciona tornar-se num catalisador do desenvolvimento regional nos Países e Territórios Ultramarinos das Caraíbas (PTU) e na região ultraperiférica francesa das Caraíbas, que integra a Martinica e Guadalupe. No momento em que este artigo vai para a impressão, está planeado um seminário na Martinica – de 31 de Março a 2 de Abril de 2009 – para informar o sector privado da necessidade de maior investimento no sector das energias renováveis nas Caraíbas, com possibilidade de empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI). **D.P.** ■

* Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Haiti, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trindade e Tobago.

Palavras-chave

Agência para o Desenvolvimento das Exportações das Caraíbas; CARIFORUM; Philip Williams; Escipion Oliveira; Carlos Wharton; APE; PTU; BEI; Debra Percival.

Debra Percival and Malcolm Flanagan*

Fairtrade **ABRE CAMINHO** aos produtores de **BANANAS** nas Ilhas de Barlavento

"Se isso alguma vez acontecer, será pior do que um furacão para nós”, disse Cornelius Lynch. Lynch é produtor de bananas em Dennery, Santa Lúcia Oriental, e representante do rótulo “Fairtrade” (comércio justo) na ilha. Falava dos efeitos nefastos de uma iniciativa divulgada pela União Europeia (UE) tendente a reduzir os actuais direitos aduaneiros sobre as bananas importadas da América Central de 176 euros por tonelada no âmbito de um novo acordo com essa região, o qual inclui os grandes exportadores do Equador e da Colômbia. Com a ameaça de futuras reduções dos direitos aduaneiros sobre as bananas e os novos concorrentes que emergem no mercado, a produção da banana, só em Santa Lúcia, já deu uma queda enorme: 38.000 toneladas anuais hoje comparadas com as 75.000 toneladas no início da década de 90.

Os produtores de bananas das Ilhas de Barlavento (Santa Lúcia, Domínica e São Vicente e Granadinas) estão a sobreviver devido ao sucesso do comércio justo. Noventa por cento das exportações de Santa Lúcia são vendidas com o rótulo de comércio justo no Reino Unido e na Irlanda, o que representa um “prémio social” para os agricultores. As associações de agricultores locais nas Ilhas de Barlavento decidem

como atribuir este dinheiro, incluindo bolsas de estudo para os seus colegas produtores de bananas.

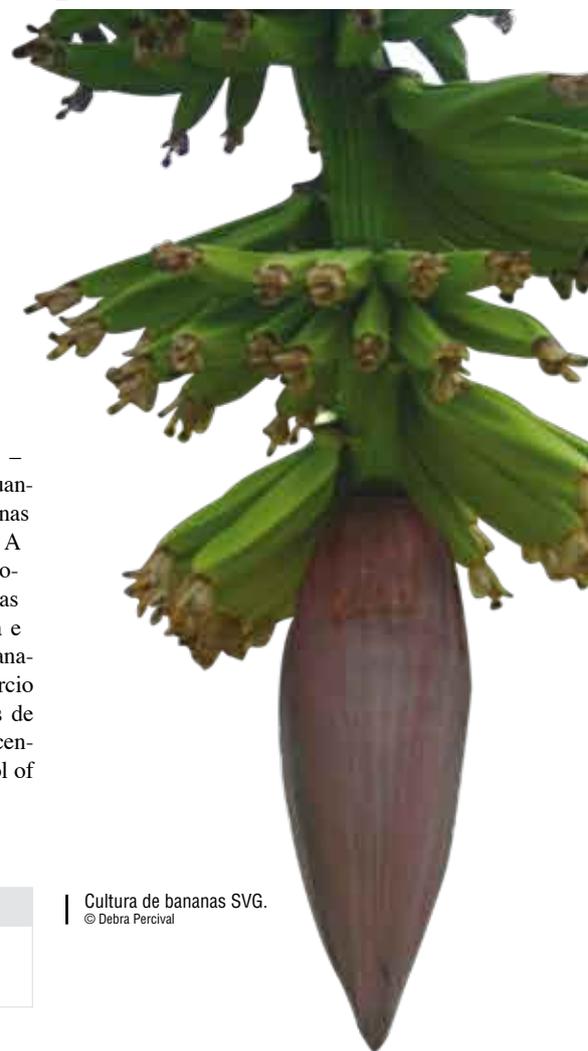
O Fairtrade foi criado há 16 anos por uma série de organizações conhecidas na área do desenvolvimento. O seu director, Harriet Lamb, celebrou no ano passado um contrato muito importante com uma grande cadeia de supermercados – Sainsbury – na Grã-Bretanha e na Irlanda, quando a empresa aceitou abastecer-se de bananas unicamente de fornecedores do Fairtrade. A Sainsbury colabora de perto com os produtores de bananas nas Ilhas de Barlavento, mas também da Costa Rica, Equador, Colômbia e República Dominicana. A transição para bananas 100 por cento provenientes do comércio justo criará um prémio social de 4 milhões de libras esterlinas** por ano, afirmou Lamb recentemente numa conferência na London School of Economics (LSE). ■

* Editor, “Agra Informa”, Reino Unido.

** 1 libra esterlina = 1,075 euros em 26/03/2009

Palavras-chave

Fairtrade; banana; St. Lucia; Dominica; St. Vincent; Grenadines; Caribbean; United Kingdom; Ireland.



Cultura de bananas SVG.
© Debra Percival



Algumas das medicações tradicionais utilizadas para curar várias doenças. Ukunda, Quênia, Julho de 2007. As tentativas de regulamentar o sector, incluindo o registo dos curandeiros tradicionais, têm sido afectadas pelas rivalidades acerbadas entre os médicos convencionais e os curandeiros tradicionais.
© Allan Gichigi/IRIN

Em baixo:
Professor Jean-Maurille Ouamba.
Cortesia de Jean-Christian Mboussou Mananga.

A MEDICINA TRADICIONAL ganha terreno

Entrevista com o Professor Jean-Maurille Ouamba, decano da Faculdade de Ciências da Universidade Ngouabi de Brazzaville.



Pôr à disposição das populações africanas medicamentos tradicionais melhorados: tal é o objectivo do programa “Farmacopeia e medicina tradicional africana” (PMTA), criado, em 1974, pelo Conselho Africano e Malgaxe do Ensino Superior. Depois da implantação de redes nos 17 países africanos de expressão francesa, o programa sofreu uma aceleração com a criação, em 1995, de formações universitárias.

Paradoxo. A África possui recursos vegetais dotados de múltiplas propriedades e terapeutas tradicionais detentores de saberes seculares, mas estas duas riquezas estão a cair no esquecimento. O programa PMTA foi lançado para

colmatar esta lacuna. Um programa, explica o Professor Jean-Maurille Ouamba, que deve “permitir resolver o problema crucial dos medicamentos e criar progressivamente as condições de implantação da futura indústria farmacêutica africana”. Um desafio colossal

num continente em que o acesso aos cuidados médicos e o custo dos produtos constituem verdadeiros problemas de saúde pública.

É, nomeadamente, coordenador do grupo de estudo e investigação sobre a farmacopeia e a medicina tradicional no Congo (Gerphametrac). Paralelamente às suas actividades de I&D, tem contactos regulares com terapeutas tradicionais?

Claro que sim, senão a nossa acção seria inútil. Os estudantes de doutoramento, por exemplo (diploma de especialização ou mestrado e doutoramento), trabalham em estreita ligação com os terapeutas tradicionais. Os contactos são frequentes. Tanto mais que a nossa metodologia exige que realizemos trabalhos de investigação e desenvolvimento dos remédios propostos, das plantas constituintes das receitas tradicionais. Organizamos encontros e participamos nos que são organizados. Por exemplo, em Agosto de cada ano, cada país celebra o dia da medicina tradicional em África, e nós participamos no evento... e, por vezes, asseguramos a coordenação científica no Congo. Por exemplo, fui o seu coordenador em Agosto de 2007, no que fui precedido por um dos meus colaboradores, o Professor Ange Antoine Abena, farmacólogo, actual decano da Faculdade de Ciências da Saúde da nossa universidade, coordenador adjunto do grupo. Os estudantes participam igualmente nesse dia. O evento serve para apresentação dos resultados dos estudos realizados, exposição de produtos de medicina tradicional, fórum, discussão sobre a propriedade intelectual, troca de pontos de vista, etc. Alguns terapeutas tradicionais estão em condições de explorar os resultados dos trabalhos a que, à partida, deram origem. Permite ainda o intercâmbio de experiências com os estudantes, etc.

Ainda há muitos terapeutas tradicionais?

Sim, ainda há muitos terapeutas tradicionais em África: organizados (Associação dos Terapeutas Tradicionais do Congo) ou isolados. Por exemplo, existe um Centro Nacional da Medicina Tradicional (CNMT), que procura articular a investigação e a tradição. Alguns países africanos dispõem de uma organização semelhante. A Organização Mundial da Saúde (OMS) também está envolvida, em particular a OMS África, que tem sede em Brazzaville, bem como os hospitais e o Laboratório Nacional de Saúde Pública.

Tem constatado uma perda dos saberes tradicionais?

A perda dos saberes tradicionais é evidente. Ambicionamos através das nossas acções reunir informações úteis e vitais para a comunidade no sector. Porque os conhecimentos estão presentes: extractos de plantas anti-hipertensivas, analgésicas, antipiréticas, anti-inflamatórias, antidiarreicas, afrodisíacas leves (sorrisos), muito eficazes... É necessário preservar as populações de riscos e intoxicações, quando cerca de 80% das pessoas recorrem à medicina tradicional. Há que conhecer as sinergias entre os efeitos químicos e biológicos. Importa descobrir novas moléculas, a grande biodisponibilidade das moléculas na flora africana. Mas impõe-se, ao mesmo tempo, desenvolver trabalhos de investigação avançada, aperfeiçoar os processos de fabrico de receitas tradicionais; há que pôr os medicamentos tradicionais melhorados à disposição das populações. Importa ainda quantificar o impacto socioeconómico da medicina tradicional. Actualmente, há doenças que são tratadas pela medicina tradicional mas ignoradas pela medicina moderna, convém, pois, conhecer a etiologia... Muito está ainda por fazer, muito está ainda por dizer... É, de resto, neste contexto que respondemos ao concurso do programa de cooperação ACP-UE no domínio da ciência e da tecnologia a fim de melhorar as nossas capacidades de acção (científicas, tecnológicas, projectos de formulação e política de formação, sensibilização, vulgarização), etc. São necessários, por exemplo, meios que nos aproximem dos terapeutas tradicionais, meios de acção no terreno...

Os vossos laboratórios estão a preparar um pedido de patente, quais têm sido as reacções dos terapeutas tradicionais à protecção intelectual? Quem serão os beneficiados pelos direitos de exploração?

As reacções não têm sido muito favoráveis. Onde os contactos permanentes, é preciso explicar, convencer. Não se pode proteger uma planta, pode-se proteger um processo... Alguns terapeutas estão persuadidos, já protegeram o seu processo e são titulares de uma patente. As normas são estabelecidas pela OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) ou pela OAPI (a congénere africana).

Por fim, os produtos já estão a ser valorizados, comercializados?

Sim, claro. Os países da África Ocidental estão muito avançados: o Mali, por exemplo, que já lançou no mercado medicamentos como o Malarial. No Congo, temos trabalhado muito para melhorar o Tetra, um medicamento tradicional congolês para o tratamento de problemas gástricos, do terapeuta tradicional Charles Mbemba. Esforçamo-nos por melhorar o Tetra. O produto é vendido nas farmácias com a homologação da Direcção de Saúde. **M.M.B.**

Palavras-chave

Farmacopeia e medicina tradicional africana (PMTA); Jean-Maurille Ouamba; Gerphametrac; terapeuta tradicional; Tetra; Malarial; Marie-Martine Buckens.



Conhecido como "Mzee Musa" pela população local, este médico tradicional expõe a sua medicina. Ukunda, Quênia, Julho de 2007. O Quênia está a desenvolver uma estratégia nacional para promover e regulamentar o uso da medicina tradicional e, igualmente, para proporcionar formas alternativas de tratamento da população pobre do país. © Allan Gichigi/IRIN

R *eportagem*



“A Marginal”, Luanda
© Debra Percival

ANGOLA. 2002: Ano Um

Uma reportagem de Debra Percival

Ano Zero: a simples inscrição num saco dizia tudo. Lembrava que Angola está a recomeçar após uma guerra civil que durou 28 anos e não é apenas reconstruir as infra-estruturas. Existe uma grande expectativa numa população cansada de guerra de 16-17 milhões de pessoas, das quais se calcula que 50 por cento terão menos de 26 anos.

Ávidos de beneficiar do boom provocado pelo petróleo, a China, a África do Sul, Portugal e o Brasil estão todos a aprofundar as suas relações com um país que desde 2002 regista um crescimento de dois dígitos. Há quem preveja que Angola pode imitar a África do Sul, tornando-se uma potência económica na região da África Austral. Mas existem ainda disparidades enormes no nível de vida dos Angolanos e receia-se que a actual queda dos preços do petróleo e a redução da

procura mundial de diamantes – o outro sustentáculo económico – possam contrariar os planos de investimento público.

Longe das novas estruturas espelhadas e dos engarrafamentos do trânsito que fazem perder a paciência no centro de Luanda, os cortes de energia são frequentes e a electricidade ainda não existe nalgumas zonas periféricas da capital. Uma das razões que se aponta para Angola estar no topo das listas mundiais das cidades mais caras para os expatriados é o elevado nível de importações, a falta de concorrência no sector da hotelaria e a enorme quantidade de divisas em circulação, que impulsiona o valor do quanza angolano, conduzindo a rendas astronómicas superiores a 7000 dólares por mês para um apartamento com dois quartos. São desafios para o governo quando procura investimentos para diversificar a economia.

UM CRESCIMENTO RÁPIDO após uma guerra prolongada

Pensa-se que os habitantes originais deste segundo maior país em dimensão a sul do Sahara falavam kho-sian, seguindo-se um grande número de falantes bantu no século X. Os Portugueses chegaram primeiro no final do século XV, estabelecendo relações com o Estado do Congo, que se estendia do actual Gabão, a norte, até ao rio Cuanza, a sul, e também com Lunda e Ndongo. O explorador português Paulo Dias de Novais fundou em 1575 a actual capital, Luanda, então chamada 'São Paulo de Loanda'. Foram implantadas várias colónias de portugueses na costa, que se tornaram postos importantes no comércio europeu com a Índia e com o Sudeste Asiático e serviam igualmente para vender escravos para o Brasil. Só na Conferência de Berlim, em 1885, é que foram fixadas as actuais fronteiras do país. Após cerca de 500 anos de domínio português, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) travaram uma longa luta (1961-1975) para conquistar a independência de Portugal em 11 de Novembro de 1975. Agostinho Neto (MPLA) foi o primeiro Presidente de Angola pós-colonial. Mas o MPLA e a UNITA (cuja aliança com a FNLA acabaria por se desagregar, tendo a UNITA absorvido os elementos da FNLA) rapidamente entraram em choque ideológico e militar, incentivado pelas dependências da Guerra Fria: a União Soviética e Cuba apoiavam o MPLA marxista, cujo apoio assentava sobretudo nas jazidas de petróleo e nas cidades, e os Estados Unidos e a África do Sul apoiavam a UNITA anticomunista, em grande parte pertencente ao grupo étnico Ovimbundo e cujo reduto principal se situava no Huambo e no planalto do Bié.

No final da Guerra Fria, cerca de 1989, Cuba acabou por retirar o apoio ao MPLA, enquanto os EUA começaram a pôr em questão o seu apoio à UNITA, dirigida pelo Dr. Jonas Savimbi. Os EUA apelaram à realização de eleições livres e justas. Um acordo sobre a retirada das tropas estrangeiras de Angola, em troca da independência da Namíbia da África do Sul, levou às eleições de 1992 mediadas pela ONU, com Savimbi e o líder do MPLA, Eduardo dos Santos, candidatos à Presidência. Mas sem uma maioria clara à primeira volta, os combates recomeçaram. Só em 22 de Fevereiro de 2002, após a emboscada feita pelo exército angolano ao Dr. Savimbi é que a guerra acabou,

Espectáculo de luzes nocturno na nova sede da China em África, Luanda, Angola 2009.
© Debra Percival



tendo custado entre meio milhão e um milhão de vidas. O cessar-fogo de 22 de Abril de 2002 lançou um “Programa de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e das Pessoas Deslocadas pela Guerra”. O líder do MPLA, Eduardo dos Santos, tornou-se Presidente. O seu partido tem actualmente uma grande maioria no Parlamento, na sequência das eleições legislativas de Setembro de 2008 (ver artigo sobre estas eleições). Em 2009 devem realizar-se eleições presidenciais e municipais, embora devido a uma revisão em curso da Constituição as datas ainda estejam por anunciar.

> Quartel-general da China em África

A paz desencadeou uma corrida por parte de investidores estrangeiros, nomeadamente a China, que procuram partilhar o boom do pós-guerra induzido pelo petróleo. Angola é agora o maior parceiro deste país em África, simbolizado pela criação em Luanda do seu novo quartel-general para África. A China concede empréstimos principalmente para construir as infra-estruturas do país, em troca de minerais. Embora os números oficiais sobre a dimensão desta cooperação sejam difíceis de conseguir, diplomatas em Luanda estimam que desde 2002 Angola obteve entre 12 e 14 mil milhões de dólares de crédito dos chineses. Isto inclui um empréstimo de 5 mil milhões de dólares concedido em Dezembro de 2008, a que foram acrescentados mil milhões de dólares em Fevereiro de 2009 para fazer face à queda das receitas do petróleo que afectou as reservas de divisas do país. O Brasil, a África do Sul e Portugal são outros parceiros importantes.

Para o responsável do Banco Mundial para Angola, Alberto Cheuca Mora, houve uma “gestão macroeconómica relativamente saudável da economia desde 2002”, embora a educação, a saúde e a agricultura revelem atrasos. Pela primeira vez desde o fim da guerra não haverá um crescimento de dois dígitos em 2009, predizem os economistas. “Não haverá recessão em Angola nem o país terá uma taxa de crescimento inferior à taxa de crescimento da população, que é de três por cento”, disse o Ministro da Economia, Manuel Nunes, em Fevereiro de 2009. O Ministro referiu que o país estava agora a pensar numa nova estratégia de comercialização dos diamantes para impulsionar a procura. Antes do abrandamento económico mundial, o país procurava aumentar a produção para 17-19 milhões em 2010. Angola pode também ter de rever a sua estratégia de investimento público de 42 mil milhões de dólares para 2008, deu ele a entender. Na reunião de Fevereiro de 2009 da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), actualmente presidida por Angola, foi acordado que o país devia reduzir a sua quota de produção de petróleo para 1,65 milhões de barris por dia a fim de consolidar os preços.

Próximo, mas longe dos prédios de Luanda, os habitantes de Roque Santeiro (um bairro de lata situado num penhasco face ao porto de Luanda e que tem este nome por causa de uma telenovela brasileira) ou de Cazenga, onde vivem em habitações miseráveis 2 dos 5-6 milhões de habitantes de Luanda, têm esperança de que o boom económico irá em princípio melhorar as suas vidas. O acesso à água, ao saneamento e à electricidade nestas zonas são esporádicos. Os fundos de doadores como o BM e a CE estão a ser canalizados para domínios como a água e saneamento (ver artigo do FED). Angola é um dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que até agora mostraram pouco interesse num Acordo de Parceria Económica (APE) – um acordo de comércio livre com a UE – diz João Gabriel de Ferreira, Embaixador da CE em Angola. Ferreira refere que o seu entendimento é que o país está actualmente a definir novas prioridades em diferentes sectores e que está preocupado com as dificuldades de desenvolvimento das suas jovens indústrias. Mas o Embaixador Ferreira sugere que um APE poderia “ajudar a definir melhor como é que os angolanos querem desenvolver o comércio, como por exemplo a área da pauta aduaneira, e ajudar a diversificar a economia”.

D.P. ■

Palavras-chave

MPLA; UNITA; Eduardo dos Santos; Dr Jonas Savimbi; Rosa Cruz e Silva; CE; Banco Mundial; Chá de Caxinde; Debra Percival.



© Debra Percival

MANTER VIVO O PATRIMÓNIO

“Não queremos que Luanda se torne Xangai ou Hong Kong”, diz Rui M. Nobre Guapo Garção, Director do grupo de concepção RGG Creative Solutions, olhando fixamente para os blocos de torres que despontam em Luanda. Jacques dos Santos, Director da organização cultural Chá de Caxinde, partilha a mesma opinião de que o governo devia ter uma política mais decidida para preservar alguns dos velhos edifícios coloniais dentro e fora de Luanda. A Ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, disse-nos que também era importante manter vivo o património através da renovação de museus, da formação do pessoal e da catalogação dos seus conteúdos.

INVESTIGAÇÃO METICULOSA SOBRE ANGOLA

Guerra e paz sem democratização e Sociologia política de uma oleocracia são os dois volumes da obra Angola pós-colonial de Christine Messiant (1947-2006), que descrevem a história recente do país para alcançar a “paz sem democracia”, defende a autora. Publicado recentemente a título póstumo pelas Edições Karthala, o Volume I examina como a guerra civil alimentou as divisões étnicas, enquanto o Volume II examina como o papel estratégico de Angola passou da prevenção do expansionismo soviético para o fornecimento de petróleo. Messiant era antiga investigadora do “Centre d’Études Africaines de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)” de França, co-fundadora da revista Lusotopie e fazia parte do comité de redacção de Politique Africaine. Vol. I, 413 pp.; Vol. II, 429 pp., Edições Karthala, Paris 2008

Tomates transportados pelo Rio Cuanza.
© Massimo Pronio



Acção de **DIVERSIFICAÇÃO**

Angola não tem falta de prospectores de negócios de todos os cantos do globo à procura de oportunidades, desde a transformação de produtos alimentares até à venda de materiais de construção. O petróleo, que é o seu grande pilar, pode render 40 mil milhões de dólares por ano (2008), mas emprega apenas um por cento da mão-de-obra do país, de acordo com as estatísticas governamentais. A concentração no estímulo aos sectores criadores de emprego está a ser acelerada pelos preços de petróleo mais baixos e pela depressão económica mundial, que provocou uma queda da procura mundial de diamantes, outro dos pilares de Angola.

Agricultura, construção, hidroelectricidade, desenvolvimento de infra-estruturas, turismo e hotéis são todas actividades com potencial para aumentar os sectores produtivos do país, segundo a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) de Angola. Antes da guerra civil, o sector industrial representava 16 por cento do PIB (1973), incluindo géneros alimentícios e outros bens de consumo. Em 1997 tinha diminuído para 4,4 por cento do PIB (refinação de petróleo, bebidas e cimento). Entretanto as importações dispararam, de acordo com valores da empresa de auditoria KPMG, provenientes especialmente da África do Sul, do Brasil e de Portugal. O número de navios de carga que aguardam para descarregar no porto de Luanda – ultrapassa muitas vezes 30 permanentemente – constitui um símbolo da dependência do país das importações.

A ANIP introduziu um novo Código de Investimentos para simplificar os procedimentos e conceder incentivos a fim de atrair investimento estrangeiro entre 100.000 a 5 milhões de dólares. Também foi anunciado um empréstimo

de 1000 milhões de dólares do Banco Mundial em Janeiro de 2008 para a diversificação.

➤ **À espera de serem desenvolvidos**

A segurança alimentar é um dos elementos do Plano Nacional para 2009, de acordo com a Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, que salienta mais investimentos nas pescas, mais campos irrigados, centros de investigação, melhoramentos na agricultura e na qualidade das sementes para aumentar a produção agrícola em 20 por cento em 2009. Antes do conflito, Angola exportava café Robusta, sisal e bananas. As suas principais zonas agrícolas, Luanda, Bengo, Benguela, Huíla, Cabinda e Cuanza Sul têm potencialidade para produzir cereais, tubérculos, feijão, frutos, vegetais, oleaginosas, criação de gado e transformação de carne e criação de porcos e aves de capoeira, refere a ANIP.

Mas segundo um especialista agrícola português do Banco Mundial entrevistado em Luanda, o aumento da produção não acontece do dia para a noite. O país tem de começar do nada, criar

um banco de sementes e instalações de armazenagem nas zonas rurais, onde possam ser colocados os excedentes de produção que aguardam transporte para o mercado. E os dois milhões de agricultores de subsistência do país têm de aprender novas técnicas de produção, diz ele.

Outros minerais, minério de ferro, ouro, fosfatos, manganês, cobre, chumbo, zinco, granito, mármore e tungsténio, bem como o potencial hidroeléctrico e de gás natural, ferro e aço, tudo tem potencialidades, refere a ANIP, incluindo a reabertura das minas de ferro de Cassinga e Cassala e o projecto siderúrgico em Namibe. O projecto BIOCUM que associa a empresa brasileira Odebrecht em parceria com a sociedade nacional de petróleo Sonangol para produzir açúcar, etanol e 160.000 megawatts de energia a partir de resíduos, é apenas um exemplo dos projectos de grande dimensão que vão arrancar para a diversificação. **D.P.** ■

Palavras-chave

Angola; diversificação; agricultura; Ana Dias Lourenço; ANIP; Debra Percival.

A AJUDA DA CE desde operações de emergência ao reforço de capacidades

Entrevista de João Gabriel Ferreira, Chefe da Delegação da CE em Angola

João Gabriel Ferreira é Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Angola. Em Bruxelas trabalhou na Direcção-Geral do Desenvolvimento (antiga DG 8), nas relações com Cabo Verde, Mauritânia, Sahel, África Austral, Zimbabué, Zâmbia, Oceano Índico e Madagáscar e foi durante quatro anos o funcionário responsável por Angola. Foi número dois na Delegação da CE no Brasil e posteriormente Encarregado de Negócios, antes da sua nomeação para Luanda em Novembro de 2006, onde falámos com ele em Fevereiro de 2009.

Qual é o papel da CE em Angola atendendo ao elevado nível de crescimento do país?

O crescimento é uma coisa, o desenvolvimento é outra. Depois da guerra, Angola atingiu um crescimento económico de dois dígitos, mas os esforços de desenvolvimento vão a um ritmo mais lento. Isto pode ver-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*, em que Angola não ocupa uma posição muito boa. É possível melhorar muitas coisas.

Como é que a ajuda da CE evoluiu?

A Delegação abriu em 1995. Aplicámos a LRRD, que interliga as operações de emergência, reabilitação e desenvolvimento. Durante muitos anos trabalhámos essencialmente na ajuda de emergência, ajuda humanitária e ajuda alimentar. Embora a guerra só tenha acabado em 2002, houve momentos em que o conflito abrandou e foram assinados acordos de paz que trouxeram um raio de esperança. Durante esses momentos os doadores, e a CE em especial, fizeram alguma reabilitação onde foi possível.

Agora já não existe ajuda de emergência e em 2002 começámos a pensar como mudar da reabilitação para o desenvolvimento. Não havia pura e simplesmente acessos em muitas zonas do país. A reconstrução era necessária sobretudo para permitir algumas actividades centradas no sector social, na educação, na saúde e na formação, áreas de que estamos agora a ocupar-nos.

Quais são as novas prioridades no quadro do 10.º FED (2008-2013)?

São principalmente: apoiar a governação e as reformas económicas e institucionais, desenvolvimento social e humano e, em terceiro lugar, desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar. Temos de ajudar o país a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Como é que a ajuda maciça da China afecta o que a UE faz?

Os chineses oferecem linhas de crédito, nós damos subvenções. Por definição, as linhas de crédito são para reembolsar, as subvenções não. Não conheço plenamente o envolvimento dos chineses em Angola, mas é significativo; que eu saiba são vários milhares de milhões de dólares. Não existem condições. Tanto quanto sei, assinam contratos para qualquer coisa que seja necessária, essencialmente construção de infra-estruturas. Ainda estamos a reconstruir algumas infra-estruturas, mas não é esse o objectivo principal do nosso apoio directo bilateral. Angola é elegível para a facilidade de infra-estruturas para toda a África, mas até agora não foram apresentados quaisquer projectos e, tanto quanto sei, não existe qualquer interesse da parte



de Angola em aceder a esta facilidade – talvez devido aos acordos com a China, mas também a alguns com o Governo brasileiro no domínio das infra-estruturas, embora no caso dos brasileiros sejam mais diversificados. O 10.º FED vai concentrar-se no reforço de capacidades: no Ministério do Planeamento, na Justiça em sentido lato, no Instituto Nacional de Estatística e no Comércio.

Qual é a natureza do seu diálogo político com Angola?

Tivemos algumas reuniões oficiais, mas eu e outros Chefes de Missão de países da UE pensamos que há muito trabalho para fazer nesta área da cooperação. O diálogo político é referido no artigo 8.º do Acordo de Cotonu e a sua definição é muito lata. Não se trata de discutir a), b) ou c). Alguns consideram que estamos a tentar centrar-nos num pequeno número de questões, como a democracia, os direitos humanos e as questões de género. Estamos interessados nestas questões, mas mais em geral naquilo que o país tem para dizer sobre questões regionais, o conflito na República Democrática do Congo (RDC), o Sudão, as suas perspectivas sobre a Comunidade

Palavras-chave

João Gabriel Ferreira; Angola; Delegação da CE em Angola; ODM; China; 10.º FED; Debra Percival.

Em cima:
Embaixador João Gabriel Ferreira, 2009.
© Debra Percival

Uma das zonas mais pobres de Luanda,
Roque Santeiro, 2009.
© Debra Percival

de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a União Africana (UA) e a Comissão do Golfo da Guiné, cuja sede é em Luanda. Até aqui não fomos totalmente bem-sucedidos a este propósito, embora tenhamos debatido questões como a integração regional e políticas nacionais e regionais, as eleições em Angola e vistos de entrada e de saída para visitantes. Estamos a reflectir sobre como melhorar o diálogo.

Do ponto de vista pessoal e profissional, o que ganhou por cá estar?

Profissionalmente, é mais um nível de experiência e até certo ponto trata-se de um retorno, uma vez que trabalhei com Angola de 1994 a 1998. É extremamente interessante ver a evolução em Angola, que no seu conjunto é positiva. Tive oportunidade de visitar o país durante a guerra

e a diferença é extraordinária. Estou a enriquecer intelectualmente. Estou a aprender através de novos livros escritos por autores angolanos sobre questões sociais. **D.P.** ■

*Angola situa-se no 157.º lugar entre 179 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Desminador HALO utilizando um detector de metais para procurar minas num campo da província do Bié, onde os retornados construíram as suas casa. © The HALO Trust



SEM MINAS DENTRO DE 10 A 15 ANOS?

Juntamente com a Colômbia e o Afeganistão, Angola é um dos três países do mundo com maior número de minas, afirma Richard Grindle, gestor do programa para Angola do Halo Trust, a ONG britânica que está a limpar três quartos das minas do país. As minas antipessoais e antitanque continuam a matar ou a mutilar 100 pessoas por ano. Angola poderá ficar livre de minas dentro de 10 a 15 anos, desde que os doadores continuem a olhar para esta questão. A Comunidade Europeia (CE), o DFID e os governos da Irlanda, da Suíça, dos Estados Unidos e da Finlândia financiaram todos a Halo.

A forma mais eficaz de limpar este número estimado de minas é avançar cuidadosamente através da vegetação, limpar o terreno com detectores de metais manuais e desenterrar as minas. A Halo começou a trabalhar em Angola em 1994, durante uma suspensão inicial dos combates da guerra civil. Quando se encontra uma mina, a sua localização é registada por satélite. Os dados são conferidos pela Comissão Nacional Intersectorial de Angola para a Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), que também coordena o trabalho de todas as ONG, incluindo da Halo, que trabalha em seis províncias. Os 1000 trabalhadores da Halo recebem 220 dólares por mês, limpando cada um por dia um corredor de 30 metros de comprimento por 1 metro de largura. No ano passado foram limpos 250 hectares, o que corresponde a 280 campos de futebol, diz Grindle. A CE espera disponibilizar 4 milhões de euros no quadro do 10.º FED durante quatro anos para as ONG que procedem à desminagem em Angola. A desminagem é importante para aumentar a produção agrícola do país. Grindle chama a atenção para a importância da Convenção de Otava de 1997 que proíbe a produção e comércio de minas antipessoais. **D.P.** ■

10.º FED – PROGRAMA INDICATIVO NACIONAL PARA ANGOLA (2008–2013)

Governança	€42 milhões de euros
Desenvolvimento humano e social	€68,5 milhões de euros
Desenvolvimento rural	€68,5 milhões de euros
Outros programas, €35 milhões, dos quais:	
Água	€8 milhões de euros
Integração regional	€9 milhões de euros
Sector privado	€3 milhões de euros
Actores não-estatais	€3 milhões de euros
Facilidade de cooperação técnica	€3 milhões de euros
Gestão da biodiversidade	€2 milhões de euros
Iniciativa de governação nos PALOP	€7 milhões de euros

Está previsto um montante adicional de 13,9 milhões de euros num envelope 'B' separado, para rubricas como a ajuda de emergência. O país é igualmente um dos 15 beneficiários dos 116 milhões de euros do programa regional do 10.º FED para os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Mapa de Angola.
© Organização das Nações Unidas



Participação das comunidades na **GESTÃO** **DA ÁGUA**



Poço financiado pelo FED, Cazenga,
Luanda, Angola, 2009. © Debra Percival

Um projecto do 9.º FED vai assegurar o abastecimento fiável de água potável e melhorar o saneamento em Cazenga, um bairro na periferia urbana de Luanda, onde se calcula que habitam dois dos seis milhões de habitantes da cidade. Pretende-se assim ter água mais barata e uma maneira precursora de gerir este recurso. É apenas um dos projectos que a CE financiou neste sector desde o fim da guerra.

Antes deste projecto de 22 milhões de euros arrancar, as pessoas “tinham de usar os seus próprios mecanismos” para obter água em condições, diz Mauro di Veroli, o coordenador do projecto na Delegação da CE em Angola. A água era extremamente cara, apesar do preço de 32 quanzas por 1000 litros fixado pelo governo em 2004. A empresa belga “Techniques Spéciales à l’Export (TSE)” está a construir as infra-estruturas dos dois reservatórios de distribuição – um está completamente pronto – que levam a água às torneiras por gravidade e bombas propulsoras. Vai construir igualmente 400 chafarizes, cada um com 4 torneiras. Cento e oitenta já estão prontos, diz Mauro di Veroli, situados de 200 em 200 metros ao longo do labirinto de ruas de Cazenga.

Roberta Virgilio, da ONG italiana “Gruppo di Volontariato Civile (GVC)”, está a implantar sistemas de gestão para estes pontos de água, juntamente com outras duas ONG, cada uma delas cobrindo uma zona específica de Cazenga: Cazenga Popular, Talahadi e Hoji ya Henda. Quando estiverem a funcionar plenamente, Roberta Virgilio diz que todos os pontos de água serão controlados por um

‘zelador’ ou uma ‘zeladora’, ou seja, a pessoa que vai cuidar desse chafariz. Espera-se que a empresa que fornece água a Luanda, Empresa de Águas de Luanda (EPAL) – que já está a receber assistência técnica no âmbito do projecto da CE – faça contratos com as associações locais, ‘Associação de Moradores para a Gestão de Chafarizes’ (AMOGEC). Cada uma destas associações ficará responsável por 15 chafarizes e por assegurar as informações aos consumidores e pagará igualmente um salário mensal de 100 dólares ao zelador. Prevê-se que a EPAL introduza um sistema de cartões pré-pagos para a água aos preços fixados em 2004. Manuela Monteiro, da ONG portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), disse-nos que a sua ONG vai distribuir em breve gratuitamente 5000 recipientes no âmbito do projecto para transportar água higienicamente. Outras ONG, incluindo a Development Workshop (DW) e a OXFAM, estão envolvidas na construção de latrinas, na gestão dos resíduos domésticos e também no reforço da capacidade de pedreiros locais e em equipamentos para melhorar o saneamento do ambiente e a higiene pessoal. Grupos de teatro de Cazenga também estão envolvidos no pro-

jecto para fazer passar a mensagem aos residentes sobre o sistema de cartões pré-pagos. O projecto desencadeou igualmente ideias dos clientes sobre outras questões, por exemplo como gerir as águas usadas.

► O 10.º FED centra-se no reforço de capacidades

O 10.º FED vai procurar dar mais apoio institucional para a gestão do abastecimento de água, em vez da construção de novas infra-estruturas no sector da água e do saneamento. Serão atribuídos cerca de 17 milhões de euros do 10.º FED para projectos destinados a aumentar o número de trabalhadores qualificados e modernizar a prestação de serviços. Também serão atribuídos fundos para elaborar uma estratégia destinada a melhorar a qualidade da água doméstica, apoiar as instituições do sector da água e dar ajuda para delinear um programa nacional de saneamento. **D.P.** ■

Palavras-chave

Cazenga; água; saneamento; reforço de capacidade; 9.º FED; 10.º FED; GVC; TSE; IMVF; DW; OXFAM; Debra Percival.

A OPOSIÇÃO CONTESTA

o poder do governo na Assembleia Nacional

Entrevista com o Presidente da UNITA, Isaias Samakuva



Isaias Samakuva é Presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Fundada em 1966, participou, juntamente com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na luta pela independência e posteriormente combateu o MPLA na guerra civil entre 1975 e 2002, altura em que a UNITA foi apoiada pela China e mais tarde pelos Estados Unidos e pela África do Sul.

A UNITA é o principal partido da oposição na Assembleia Nacional, com 16 dos 220 deputados. Durante a guerra os seus redutos situavam-se nas províncias do Huambo e do Bié, na região central de Angola, e agora, em tempo de paz, Samakuva alega que a UNITA tem apoios em todos os 550 municípios de Angola. Falámos com ele nos arredores de Luanda, sobre a direcção de um partido político na oposição e as políticas para aumentar o seu apoio.

Samakuva aderiu à UNITA em 1974 como simpatizante. Depois permaneceu doze anos na mata, de 1976 a 1988, tendo atingido o posto de brigadeiro. A seguir foi designado representante da UNITA no Reino Unido durante quatro anos e em 1994 integrou a delegação da UNITA às conversações de paz. Quando a guerra recomeçou em 1998, foi para Paris, onde permaneceu durante quatro anos como coordenador das missões externas da UNITA. Com a morte do anterior líder da UNITA, Dr.

Jonas Savimbi, em 2002, regressou a Angola e foi eleito Presidente da UNITA em 2003.

Porque é que a UNITA não tem muito apoio em tempo de paz?

Não se pode acreditar nos resultados das últimas eleições. Queremos saber quantos somos. Tal como a União Europeia (ver introdução), elaborámos um relatório na sequência das eleições. A partir dos próprios dados da Comissão

Em cima:
Presidente da UNITA, Isaias Samakuva, 2009.
© Debra Percival

Em baixo:
Luena, onde foi assinado o acordo de paz em 2002. © Massimo Pronio



Nacional Eleitoral percebemos que apareceram 12.200 cadernos ‘fantasmas’ (ninguém sabe de onde vieram). Um cálculo mínimo dos eleitores em cada caderno acrescenta três milhões de votantes ‘fantasmas’. De acordo com o plano nacional de eleições, supunha-se que existiam 37.750 cadernos, mas no final do dia apareceram 50.900. A intimidação durante as eleições foi grande, não apenas em Luanda, mas em todo o país, por isso os resultados não expressam a vontade do povo.

Do ponto de vista político quais são os seus planos para aumentar o apoio à UNITA?

A população deste país precisa de uma mudança de direcção. A economia precisa de ser diversificada. Está tudo concentrado no petróleo e nos diamantes. É necessário dar atenção à agricultura. Não existem ferramentas e as pessoas precisam de ajuda quanto à utilização dos adubos. O país precisa de formar pessoas que possam ir para as zonas rurais ensinar os agricultores a usarem adubos e a venderem e diversificarem a sua produção: há zonas que são boas para milho, enquanto outras podem ser boas para fruta. Alguns cidadãos estão a fazer um esforço neste sentido, sem ajuda de ninguém. Também temos outros minérios, muito boas jazidas de ouro, mas ninguém toca

no ouro. Os japoneses estavam muito interessados no nosso ferro. Possuímos igualmente cobre, níquel e fosfatos.

O que faria para assegurar que os benefícios chegam ao cidadão comum?

As empresas deviam ser obrigadas por lei a olhar pelo domínio social. Os empregados deviam beneficiar dos lucros das empresas. Se for à Lunda Norte e à Lunda Sul (províncias de exploração de diamantes), a estrada de Lunda Sul para Lunda Norte é muito má. Algumas pessoas das regiões que produzem petróleo vivem na miséria: não têm electricidade nem escolas. Estão a ser feitos alguns esforços, mas não é suficiente. Algumas empresas petrolíferas têm projectos, outras absolutamente nada.

Qual é a sua opinião sobre a influência chinesa no país?

É bom ter relações com um país que é muito dinâmico, mas deve ser de acordo com as regras internacionais. Deve haver transparência. Ninguém neste país, exceptuando aqueles que negociam directamente com a China, sabe quanto é que estamos a obter. A Assembleia Nacional (AN) não sabe, mas a Constituição do país estabelece que quaisquer créditos devem

passar pela AN, bem como a responsabilização do governo. Vemos estradas, hospitais e escolas a serem construídos com crédito da China e de outros, mas o que é que se passa? Vemos muitos chineses a trabalhar, enquanto os angolanos procuram trabalho e aquilo que os chineses estão a fazer não é trabalho qualificado.

Qual é a filosofia da UNITA e a sua visão em tempo de paz?

O cidadão constitui o ponto de partida e de chegada de qualquer acção do governo. Temos de dialogar, de consultar e de ouvir os cidadãos. Pensamos que a formação, a alimentação e a saúde são as coisas que têm de ser resolvidas em primeiro lugar. Antevejo uma Angola próspera onde estão presentes os valores da justiça social, da solidariedade, do respeito dos direitos humanos e da democracia. **D.P.** ■

Cartazes do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por todo o lado em Luanda, 2009. © Debra Percival

Em baixo:
MPLA com grande maioria na Assembleia Nacional.
Sinais de rua, Luanda 2009. © Debra Percival

Palavras-chave

Isaias Samakuva; UNITA; MPLA;
Dr. Jonas Savimbi; China; Debra Percival.



A UE AVALIA ELEIÇÕES QUE CONSTITUÍRAM UM MARCO

Em 5 de Setembro de 2008 realizaram-se eleições legislativas – as segundas que se realizaram em Angola desde a independência de Portugal, em 1975: as primeiras foram em 1992 e conduziram a uma nova guerra civil que durou até 2002. Convidada pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE) de Angola, a Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Luisa Morgantini (Deputada italiana pertencente ao Grupo da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde), dirigiu uma equipa de 108 observadores de 21 Estados da UE, mais a Noruega e a Suíça e 7 membros do Parlamento Europeu. Os observadores controlaram 405 assembleias de voto em 18 províncias. O seu relatório final concluiu, numa nota positiva, que as eleições constituíram um passo para o reforço da democracia. Uma elevada afluência de eleitores (mais de 80 por cento em muitas províncias) assinalou um empenhamento claro no processo democrático, deixando para trás décadas de guerra e de conflito civil. Outro marco: 39 por cento dos membros da Assembleia Nacional de Angola são mulheres. Mas a missão apontou debilidades na organização das eleições, designadamente alguma desigualdade durante a campanha quanto à cobertura da oposição por parte dos meios de comunicação controlados pelo Estado, tendo a Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional de Angola (RNA) e o diário Jornal de Angola dado mais espaço e tempo ao vencedor MPLA.

Para consultar o relatório completo: www.eueomangola.org

OS ANGOLANOS têm de estar mais cientes dos seus direitos, afirmam as ONG

As organizações angolanas de direitos humanos desejam reforçar os direitos dos cidadãos do país para consolidar a reconciliação nacional, que tem progredido desde o fim da guerra em 2002. Muitas ONG também aguardam o reconhecimento do Governo.

Responsável pelos Direitos Humanos,
Francisco Tonga, preocupado com
desenvolvimento invasor, 2009. © Debra Percival



“Nós (Angolanos) ainda não nos encontramos”, diz João Castro ‘Liberdade’, Secretário-Geral da Liga Internacional de Defesa dos Direitos Humanos e Ambiente Internacional (LIDDHA) criada em 1999. Uma retrospectiva pela história de Angola explica como a falta de respeito pelos direitos dos cidadãos é a herança secular da influência estrangeira no país: quatrocentos anos de regime colonial português, durante os quais as pretensões dos Angolanos eram rejeitadas, conduziram ao conflito armado. Seguiu-se o conflito em solo angolano, opondo o Leste contra o Oeste para dominar a África durante a Guerra Fria. Um exemplo da falta de unidade entre grupos nas 18 províncias do país, afirma João Castro ‘Liberdade’, é o facto de ainda não serem aceites casamentos entre grupos étnicos. Desde 2002, tanto o regresso à paz como o rápido desenvolvimento económico elevaram o país a um nível metafórico cinco, mas sem passar pelos níveis um, dois, três e quatro, afirma João Castro ‘Liberdade’, e prossegue: “Entrámos em órbita, mas não sabemos para onde vamos.”

“Muitas pessoas desconhecem os seus direitos”, prossegue Simão Yakitenge Ngola Lutumba, Presidente do Conselho Multisectorial para o Desenvolvimento Integral (CMDI, independentemente de se tratar de prisioneiros, mulheres ou pobres. Reunindo-se connosco em Luanda, em Fevereiro último, os grupos de direitos humanos disseram que a situação tem melhorado desde o final da guerra civil, há sete anos, mas todos apresentaram exemplos de leis que estão a ser contornadas. Salvador Freire dos Santos, da associação Mãos Livres, explica a necessidade de uma investigação total e imparcial de incidentes como os que deram origem às mortes sumárias imputadas à polícia [citando um caso particular, em Dezembro de 2008, que envolvia “bandidos”]. Quanto ao direito à informação, embora estejam a emergir novos órgãos, ainda predominam jornais financiados pelo Governo, como o Jornal de Angola, e a televisão pública. A falta de financiamento torna difícil a sobrevivência de órgãos de comunicação social independentes e nenhuma rádio local independente pode difundir para além de um raio de 60 km, afirma Salvador dos Santos. E a informação independente faz muita falta, principalmente nas províncias. Este vazio permite a intervenção dos doadores, afirma ainda (ver Caixa).

► Residências privadas em risco

Yakitenge, cuja ONG opera no domínio da saúde e da educação, afirma num relatório recente, elaborado pela sua ONG, que encontrou a maior incidência de pobreza em Lunda Norte e Lunda Sul, províncias

do Nordeste de Angola onde as pessoas estão proibidas de trabalhar nos campos, devido às minas de diamante. É necessário intensificar o diálogo com o Governo: “Temos de examinar outras formas de acção”, afirma. Segundo o CMDI, prisões construídas para 300 reclusos albergam 1800 e estão repletas de jovens, muitos dos quais estão detidos sem julgamento. Francisco Tonga do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos/Angola, um grupo de 25 ONG que promovem os direitos humanos, estabelece uma relação directa entre a falta de respeito por certas áreas e a pobreza persistente de muitos angolanos. A sua ONG recebeu 80.000 euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para informar os cidadãos sobre os seus direitos. Olhando do telhado do seu escritório, perto do aeroporto, há uma questão que se depara aos Angolanos que vivem na periferia mais pobre de Luanda: enormes edifícios comerciais que invadem as áreas de habitações privadas e

forçam algumas pessoas a abandonar a região para cederem o lugar ao desenvolvimento económico moderno. Tonga afirma que os grupos dos direitos humanos também devem ter uma palavra a dizer na actual reforma constitucional.

Todas as ONG solicitaram que os fundos do Governo, das entidades privadas e do fundo social, criado pelas companhias petrolíferas fossem atribuídos de forma mais transparente. João Castro ‘Liberdade’ afirmou que foi quase impossível a uma ONG angolana candidatar-se a um projecto financiado pela UE: “Isto não é nada bom no Terceiro Milénio”, disse-nos. **D.P.** ■

Palavras-chave

Angola; direitos humanos; João Castro ‘Liberdade’; Francisco Tonga; Simão Yakitenge Ngola Lutumba; Debra Percival.

A UE APOIA RÁDIO INDEPENDENTE

A CE está a participar com 800.000 euros num projecto de 1,13 milhões de euros para viabilizar a reportagem objectiva da estação de rádio popular, e única politicamente independente, de Luanda, a ‘Radio Ecclesia’. O World Service Trust da BBC formará jornalistas para aumentar as reportagens capazes de “cobrir os processos democráticos locais de uma forma equilibrada, objectiva e estimulante”. Os programas serão realizados por agentes não estatais e autoridades locais segundo a reacção dos ouvintes. O projecto também inclui programação de rua, com 20 eventos planeados fora do estúdio.

País do **IMBONDEIRO**

O turismo é uma actividade quase desconhecida em Angola e continuará a ser um sonho para a maior parte – pelo menos por enquanto. Falámos com Massimo Pronio, que trabalhou para a Delegação da CE em Angola entre 2004 e 2007 e aproveitou os tempos livres para descobrir as belezas ocultas do país. A assinatura do Acordo de Paz de Luena em 2002, anunciando uma nova era de reconciliação, paz e estabilidade nacionais, apostava no desenvolvimento do potencial turístico para diversificar a economia. Tendo em conta que a infra-estrutura turística do país é pobre e que a manutenção das principais estradas é um imperativo devido às minas terrestres ainda enterradas, o sector começa apenas a desenvolver-se.

Para Pronio, quer se circule ao longo da costa ou nas planícies do interior, no Planalto, o Imbondeiro (ou Mukua, em quimbundo) domina a paisagem.

Angola tem uma miríade de belezas naturais: litorais impressionantes, mares ricos em peixe, colinas, montanhas e áreas de planície, rios (povoados de crocodilos) e quedas de água esplêndidas. O seu clima varia entre tropical no Norte, junto à fronteira com a RDC, e o quase deserto no Sul confinando com as costas da Namíbia, descreve Pronio. Nas zonas mais remotas, o tempo parou praticamente em 1974, no fim da governação colonial portuguesa, a que se seguiu uma guerra civil que durou 28 anos.

O Delegado diz que a Palanca Negra Gigante, um tipo de antílope magnífico que se pensava extinto, foi vista nos últimos cinco anos na Reserva do Parque Cangandala, perto de Malanje, mas esta espécie simbólica para Angola ainda está na lista mundial das espécies gravemente ameaçadas de extinção. As Quedas do Calandula, perto de Malanje, ficam a poucas horas de carro de Luanda. Vá por Pungo Andongo para ver as magníficas Pedras Negras, que são enormes rochedos arredondados.

A capital, Luanda, foi planeada na era colonial como uma pequena cidade rural perto do mar com um grande porto e uma extensa baía, com passeio ('A Marginal'). Hoje, está superlotada, paralisada pelo tráfego e não é especialmente acolhedora. Se ficar em Luanda, diz Pronio, visite o monumento a Agostinho Neto, a Fortaleza e a "Ilha", uma magnífica península com praia.

► Maravilhas naturais de Angola

Para pequenas viagens de um dia a partir de Luanda, Pronio recomenda a Barra do Dande, o Forte de Mushima, as Fortalezas de Massangano, a Reserva de Quissama, o Rio Longa e duas aldeias piscatórias a cerca de duas a três horas a sul de Luanda: Cabo Ledo e Cabo São Brás. Um ponto obrigatório do trajecto é o Miradouro da Lua, uma das maravilhas geológicas de Angola. Se tiver mais tempo disponível, passe pela magnífica cidade costeira de Benguela e admire o famoso curso de água do mesmo nome. Seguidamente, prossiga na direcção de Catumbela e Lobito até à península (Ilha).

A sudoeste de Benguela há a Baía Azul, Caota e outras áreas, Baía Farta, onde falésias arenosas se debruçam sobre o oceano de cristal. Lubango é uma belíssima cidade numa zona agrícola, famosa pelos seus morangos. Arranje tempo para visitar o Canhão de Tundavala, aconselha Pronio. A estrada sinuosa em direcção à Namíbia, a duas horas de Lubango, através de maravilhosas montanhas da Serra da Leba, é uma façanha de engenharia. A estrada tem sete camadas de asfalto e foi financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). À medida que desce, há a probabilidade de encontrar membros do grupo étnico de Mukuwuila trajando roupas tradicionais altamente coloridas. Namibe é uma magnífica cidade costeira ladeada pelo deserto com uma esplanada e palmeiras. Continue o seu percurso rumo à cidade de Tombwa, mais a sul, outrora conhecida pela sua indústria pesqueira, mas hoje pouco povoada devido ao avanço do deserto e à penúria de água.

Um primeiro encontro com o Deserto de Namibe dá-se entre Namibe e Tombwa em forma de "Oásis do Arco", uma lagoa formada pelo Rio Curoca, que tira o seu nome de uma rocha em forma de arco, diz Pronio. Dirigindo-se para sul através do deserto, chega ao estuário do Rio Cunene (Foz do Cunene), que, sendo embora um posto fronteiriço, é um excelente local para pescar e observar focas, tartarugas marinhas e golfinhos.

Chegar ali é parte da aventura. Pode-se lá chegar atravessando o Parque Iona e acampando no deserto (descubra a Welwitschia Mirabilis, uma planta do deserto) ou faça uma viagem de dois dias ao longo da costa e acampe nas dunas de areia. A viagem só pode ser feita em determinados dias e quando a maré estiver baixa. Completamente imune aos humanos, a zona é terra de focas e de tartarugas marinhas. Na costa, admire os flamingos locais e, no horizonte, observe os saltos dos golfinhos no mar. Em terra, próximo do oceano, antílopes Oryx sobem às dunas de areia. E descer até à costa, onde o deserto beija o oceano, passando pela Baía dos Tigres, é uma experiência única em si mesma. Vá a Angola, nem que seja só para isso, aconselha Pronio. **D.P.** ■

Página 44:

A "Árvore Sagrada Baobab" vista do chão.
© iStockphoto.com /Marco Simontacchi

Em baixo:

O Miradouro da Lua, uma das maravilhas geológicas de Angola, 2009. © Debra Percival

Palavras-chave

Massimo Pronio; Turismo; Angola; Namíbia; Lubango; Benguela; Luanda; Imbondeiro; Palanca Negra Gigante; Debra Percival.

Jerónimo Belo*

A cantora angolana
Afrikhanita.
© Divaldo Gregório

ANGOLA reencontra o seu lugar na História



A vibração de Angola e os esforços envidados por milhões de pessoas do povo na reconstrução do país, após um conflito armado longo e sangrento, que permite reunificar as famílias e iniciar o desenvolvimento do país, não suscitaram muita curiosidade do exterior em comparação com a observação dos preços do petróleo e as oportunidades de negócios neste país potencialmente rico. Para melhor se compreender este país em reconstrução constante, é essencial proceder a uma apreciação da cultura angolana.

Angola está viva e recomenda-se na altura de abraçar esse longo sonho há muito esperado: um regresso à História através de uma afirmação da cultura que permita descobrir o seu verdadeiro lugar no tempo através dos mais variados eventos: cinema, teatro, publicação de livros e de discos, concertos de música por artistas locais, declamações de poesia, conferências e debates.

Angola transborda de esperança.
A importância do petróleo definhará.

Caladas as armas em 2002, Angola iniciou o que talvez se revelou ser a sua tarefa mais difícil: forjar uma identidade, a “Angolanidade”. Isto implica, por um lado, reconhecer a sua realidade nacional actual e a herança do passado e, por outro, as contribuições positivas vindas do exterior.

Este fenómeno, que tem vindo a afirmar-se cada vez mais na sociedade angolana, não é inteiramente novo. Repare-se, por exemplo, na história das lutas e aspirações dos Afroamericanos a partir da segunda metade dos anos 40. Vejamos

também o primeiro Presidente da República Popular da Angola, Agostinho Neto (médico, poeta e Presidente da República Popular de Angola, 1975-1979), Viriato da Cruz e António Jacinto, os arautos da nova arte poética da “Angolanidade”. Este grupo capitalizou o momento histórico e criou o etos e a referência estética da vanguarda.

> As origens do Jazz

A recorrência de poemas alusivos à escravatura – a hemorragia dolorosa do nosso potencial humano – e o Blues – a maior expressão da música americana de raiz africana – constituem as origens da música de Jazz, que estão associadas ao sofrimento dos africanos levados para o Novo Mundo, assim como com os piores aspectos do capitalismo: a escravatura e o racismo.

As lutas e aspirações do Afroamericano – desde o escravo ao cidadão – tiveram a maior influência no despertar das elites africanas para a consciência. Hoje, o espírito de abertura que caracteriza os Angolanos reflecte-se na música.

A música é um dos melhores meios de conhecer Luanda, a capital angolana. Os cantores e os músicos exprimem-se cada vez mais através do Semba, a principal música de Angola, combinada com a liberdade e a improvisação do Jazz. O resultado é o Semba Jazz, uma música recheada de sabores e aromas. É executada por artistas que conhecem bem o seu passado e acreditam que as suas raízes não serão obstáculo ao crescimento, ao contrário ajudá-los-ão a crescer ainda mais, como Mário Garnacho (piano), Hélio Cruz (bateria), Wando Moreira (baixo), Dalú Roger (percussão) ou ainda, o cantor Afrikhanita. O Oceano Atlântico aproximou esta música – cujo principal objectivo é levar as pessoas a reunirem-se e a dançar –, cumprindo assim um velho sonho: o regresso à África. ■

* Jerónimo Belo é um jornalista da área cultural radicado em Angola.

Palavras-chave

Angola; Agostinho Neto; Semba Jazz; Afrikhanita.

Uma Boémia checa

Uma reportagem de Marie-Martine Buckens

Ruas de Praga, 2009
© Marie-Martine Buckens

O utrotra centro nevrálgico da Europa central, Praga é hoje catapultada para a cena europeia. Assumindo pela primeira vez a presidência da União Europeia desde a sua entrada na UE em 2004, é com determinação, mas não sem uma certa apreensão, que conduz as negociações entre os vinte e sete. Negociações tornadas mais difíceis com o espectro da crise económica generalizada. Mas o checos aprenderam com a sua história – rica e abundante, dura por vezes mas sempre apaixonante – a não baixar os braços. E a defender contra ventos e marés os direitos humanos. ■

A BOÉMIA, no cruzamento entre o ORIENTE e o OCIDENTE



Ponte em Praga, 2009
© Marie-Martine Buckens

Representando cerca dos dois terços da superfície e da população da República Checa, sendo que a Moldávia ocupa o resto do território e não esquecendo uma pequena fracção da Silésia, a Boémia permanece o “melting pot” do que veio a ser mais tarde a Checoslováquia e, a seguir, a República Checa.



Estátua de Jan Hus, reformador e primeiro decano da Universidade Charles, Praga, 2009.
© Marie-Martine Buckens

As fronteiras da Boémia estão delimitadas por cadeias de montanhas, nomeadamente os montes Metalíferos ou os montes Gigantes, separando-a da Alemanha a Oeste, da Polónia a Nordeste, da província de Morávia a Este e da Áustria a Sul. Posição central que irá atrair a cobiça de monarcas e de outros imperadores.

Após a dinastia dos Premyslidas iniciada por Libuse, a qual, instalada em Praga, deu origem ao primeiro estado checo, a Boémia, integrada a partir do século X no Sacro-Império Germânico, conhece uma verdadeira idade de ouro na Idade Média. O Imperador Carlos IV – cujo nome foi dado à célebre ponte em pedra ornamentada de estátuas que atravessa o rio Vltava – transforma a Boémia na cidade mais importante da Europa, criando aí a primeira universidade da Europa central. Seguir-se-á, no início do século XV, a primeira fronda dos camponeses e dos nobres checos contra o

Império católico, a qual terminou, vinte anos mais tarde, com a derrota dos revoltados. Um século mais tarde, os Habsburgos austríacos apoderam-se da coroa da Boémia, dando início a um reinado de 400 anos. Apesar de Rodolfo II, um imperador particularmente iluminado no seio da família dos Habsburgos, trazer para Praga o espírito do Renascimento, a revolta protestante ganha cada vez mais força no início do século XVII, conduzindo à guerra dos Trinta Anos.

> Nascimento

Foi necessário esperar pelo século XIX para que, estando o domínio austríaco mais enfraquecido, os checos redescubram a sua cultura e a língua checa seja novamente autorizada. A primeira guerra mundial avizinha-se no horizonte. O seu epílogo assistirá ao fim do império Austro-Húngaro e ao nascimento de um novo país. A Checoslováquia nasce em 1918. Vinte anos após o seu nascimento, a República é uma das primeiras vítimas das manobras políticas que antecedem o domínio nazi na Europa. Apesar de Praga sair da segunda guerra sem

rasto de destruição, a comunidade judaica – cerca de um terço da população de Praga – paga um tributo pesado à ocupação nazi, com a perda de cerca de três quartos dos seus membros. A libertação ocorre com a chegada das tropas soviéticas, que entram em Praga em Maio de 1945, após a sublevação da cidade.

Uma libertação envenenada. Após três anos no poder, o governo de coabitação, reunindo todos os partidos criados na resistência, radicaliza-se. Em 1948, a Checoslováquia afunda-se num regime estalinista liberticida que irá durar mais de 40 anos. Os Judeus, os intelectuais e até os comunistas checos são vítimas de purgas. Em 1952, 14 comunistas são presos, sendo 11 condenados à morte após os “processos de Praga”. Descobrir-se-á mais tarde que as provas e confissões tinham sido forjadas. Três são condenados à prisão perpétua, entre os quais Artur London, judeu comunista, nomeado em 1949 vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Reabilitado em 1956, deixa a Checoslováquia em 1963 e muda-se para França. Três anos mais tarde, publica «A Confissão», adaptada em filme pelo realizador grego Costa Gavras.

> A Carta 77

O ano de 1968 ficou gravado na memória de todos os checos, dos europeus: os tanques do Pacto de Varsóvia esmagam a tentativa de resistência dos praguenses. Um núcleo de intelectuais resiste. Em 1976, em protesto contra a atitude repressiva do governo, intelectuais fazem circular uma petição, a “Carta 77”, lançando um apelo ao governo para o respeito da Carta dos Direitos Humanos assinada um ano antes em Helsínquia. Entre eles, encontra-se um certo Václav Havel, dramaturgo que, em 1989, será nomeado presidente na sequência da «revolução de veludo». Quatro anos mais tarde, torna-se presidente da República Checa, após a sua partição com a Eslováquia.

Após 13 anos na presidência do seu país, Václav Havel cede o seu lugar, na Primavera de 2003, ao ultraliberal Vaclav Klaus, primeiro-ministro na altura. Será ele, apesar de europessimista, a presidir a entrada, em Maio de 2004, da República Checa na União Europeia. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Boémia; Imperador Carlos IV; Václav Havel; Vaclav Kraus; Artur London; Marie-Martine Buckens.

LÁGRIMAS DE CRISTAL

Em Setembro do ano passado, a fábrica Sklo Bohemia, situada na cidade de Svetlanad-Sazavou, a 80 km a sudeste de Praga, apagava os seus fornos onde era fundido o célebre cristal da Boémia. Algumas semanas mais tarde, a empresa fechava a sua segunda maior fábrica, em Podebrady, a cerca de 50 km a leste de Svelta. Sacrificadas no altar da crise.

Longe vai o tempo em que o cristal de chumbo – jóia da Boémia e principal produto de exportação e de emprego – era essencialmente fundido nas vidreiras artesanais, espalhadas pelas montanhas da região, desde o século XVII. Com o passar do tempo, as fundições adquiriram uma dimensão industrial. Deste modo, a fábrica de Svelta será primeiro nacionalizada pelo regime comunista e privatizada nos anos 90, aquando da passagem à economia de mercado. A população da cidade acompanhou a evolução industrial, passando dos 2500 habitantes em 1970 aos 6000 actualmente. A sociedade-mãe Bohemia Crystalex Trading (BCT) e a sua sociedade parceira Porcela Plus (PP), especialista em porcelanas, que empregam em conjunto cerca de 7000 pessoas, numa de-

na de locais diferentes, davam início no final de 2008 a um processo de insolvência.

Quais as razões desta debandada? Para o chefe dos sindicatos da fábrica de Svetla, um dos principais erros foi o abandono voluntário, pouco depois da queda do comunismo em 1989, do mercado tradicional russo, imediatamente tomado pela concorrência e pela orientação para o mercado dos Estados Unidos, fatal devido à queda da nota verde e do reforço da moeda checa. Acresce-se ainda o aumento do preço das matérias-primas – potássio, mínio mas também da electricidade – e a concorrência cada vez mais agressiva, principalmente asiática. Resultado: outrora próspera, a fábrica acumulou dívidas num montante de 4 mil milhões de coroas, ou seja, cerca de 160 milhões de euros. **M.M.B.** ■



© Marie-Martine Buckens

Palavras-chave

Cristal; Boémia; Svetla; Marie-Martine Buckens.

COOPERAÇÃO

Castelo de Praga. |
© Marie-Martine Buckens

Um VENTO FRESCO vindo da Europa central

Encontro com Petr Jelinek, responsável pela Agência de Desenvolvimento checa, recentemente criada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante os seis meses da sua Presidência da UE, a República Checa está empenhada em alargar a política europeia de desenvolvimento aos países da Europa oriental. Sem que isso signifique renegar os laços privilegiados estabelecidos entre a União Europeia e os Países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Os de África nomeadamente, para os quais a população checa está disposta a fazer sacrifícios. E com uma menção especial para Cuba.

“**A** nossa política de cooperação visa em primeiro lugar os países da Europa oriental», afirma desde já Petr Jelinek, prosseguindo: «depois, alguns países da Ásia e, finalmente, de África». Se analisarmos com atenção, a maioria dos países que beneficiam de financiamentos checos para a cooperação aderiram num ou noutro momento da sua história ao social-comunismo. Tal como, nos anos que seguiram a Segunda Guerra Mundial em que a cooperação para o desenvolvimento conheceu um grande impulso, a República Checa – a Checoslováquia na altura – integrada no Comecon*, cuja política externa era essencialmente ditada pelo “Grande Irmão” soviético.

As novas alianças com os países de Ultramar eram decididas em Moscovo. Alianças decididas em plena Guerra Fria de modo a contrabalançar a influência dos ocidentais – nomeadamente e sobretudo nas suas antigas colónias de Ásia ou de África. Não é então de estranhar que entre os oito países considerados prioritários pelo governo para beneficiar da ajuda pública ao desenvolvimento para o período 2004/2010 encontremos países como o Vietname, a Sérvia, a Bósnia e Herzegovina e o Montenegro, mas também Angola e a Zâmbia em África, assim como a Mongólia, a Moldávia e o Iémen, devido aos laços estabelecidos em 1970 entre a União Soviética, Cuba e a China com o Iémen do Sul. «Sem esquecer [sublinha Petr Jelinek] o Afeganistão e o Iraque, para os quais a ajuda é essencialmente de natureza humanitária.» Uma cooperação que beneficia de um orçamento que equivale a 0,12 % do PNB da República Checa. “O objectivo consiste em atingir os 0,17 % em 2010, o que não vamos conseguir. Podemos dar-nos por felizes se conseguirmos um aumento de 0,01 % do PNB todos os anos”, sublinha Petr Jelinek. Com o consentimento da população: 50 % das pessoas entrevistadas no ano passado estavam dispostas a aceitar um aumento das taxas para ajudar os países desfavorecidos.

➤ A aventura angolana

“As nossas relações de cooperação privilegiadas com países como Angola, mas também com a Etiópia, não se limitaram apenas a actividades no terreno.

Desta forma, no âmbito da cooperação científica e técnica com Angola, uma centena de angolanos vieram estudar na antiga Checoslováquia, sendo que um é membro do actual governo angolano. A nossa cooperação foi intensa entre 1975 e 1980; conheceu uma paragem depois de uma centena de Checoslovacos terem sido raptados pelos rebeldes da Unita.

Após a guerra civil em Angola, as necessidades de reconstrução do país eram enormes. Decidimos retomar a cooperação em 2004. E depois de analisar a situação: é verdade que o país conhece um crescimento espectacular graças ao seu petróleo, é verdade que beneficia de recursos financeiros provenientes da China. Contudo, ao mesmo tempo, tem de enfrentar presentemente a queda do preço do barril, e cerca de três quartos da população vive ainda abaixo do limiar da pobreza. Desta forma, a nossa cooperação concentra-se actualmente na educação ou na agricultura.” Outro país de África onde a República Checa está presente, a Zâmbia, “onde as nossas actividades não são tão intensas” sublinha Petr Jelinek, acrescentando: “em contrapartida, é muito provável que a nossa cooperação com a Etiópia seja reforçada; as suas necessidades, sobretudo na sequência dos problemas encontrados após as eleições de 2005, são enormes.”

➤ Pele nova

Para levar a bom termo a sua política de cooperação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros decidiu centralizar, no seio de uma única agência, projectos que, antes de 2008, eram geridos por nove ministérios diferentes (saúde, agricultura, etc.). “Resta-nos agora poder conceder donativos, nomeadamente a ONG que estão



! © Marie-Martine Buckens

a trabalhar no terreno; por enquanto, apenas concedemos financiamentos com base em contratos públicos”, acrescenta Petr Jelinek.

M.M.B. ■

* O Conselho de assistência económica mútua ou CAEM (também designado pelo acrónimo inglês Comecon) era uma organização de entajuda económica entre diferentes países do bloco comunista. Criado por Estaline em 1949, dissolveu-se com a queda do império soviético em Junho de 1991, no final da Guerra Fria. Ao lado da União Soviética, os seus membros eram compostos em primeiro lugar por países comunistas da Europa de Leste: Checoslováquia, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, República Democrática Alemã e Albânia (tendo esta última abandonado o círculo após a ruptura das relações entre Moscovo e Tirana em 1961). A Jugoslávia tinha o estatuto de membro associado. Outros países não europeus aderiram a seguir: a Mongólia a partir de 1962, Cuba a partir de 1972 e o Vietname a partir de 1978.

Palavras-chave

Praga; República Checa; cooperação; Comecon; CAEM; Petr Jelinek; Angola; Etiópia; Marie-Martine Buckens.

OS DIREITOS HUMANOS, UMA PRIORIDADE PARA PRAGA

No decorrer da sua presidência europeia, a República Checa não pretende revolucionar a política levada a cabo até agora em matéria de cooperação. “Nada de mudanças”, confirma Petr Jelinek, “iremos contudo tentar dar continuidade às discussões com os outros grandes doadores internacionais com vista a aumentar a eficácia da ajuda”. Existe, todavia, um domínio no qual Praga – o seu passado assim o exige – quer fazer ouvir a sua voz, o dos direitos humanos. “Dispomos de um instrumento especial, destinado a apoiar a sociedade civil e a imprensa independente”, sublinha o director da Agência de Desenvolvimento checa. Esta rubrica orçamental especial é dirigida directamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. As acções de apoio destinam-se a quatro países: Cuba, a Birmânia, a Moldávia e a Bielorrússia.

PRAGA.

Boémia

e

independente

© Marie-Martine Buckens

Praga, onde cada pedra da calçada da cidade velha lembra a história agitada e exaltante da Boémia.

A cabados de chegar a Praga, qual guarda-jóias no centro da Boémia, os habitantes da cidade lembramos a profecia da princesa Libuse, chefe das tribos eslavas instaladas cerca do ano 500 no vale do Vltava (Moldava): *Vejo um grande Castelo, cuja glória atinge as estrelas. O rio Vltava abre caminho a seus pés. É aí que tendes de ir. No centro da floresta encontrareis um homem a esculpir a soleira da sua casa. É aí que edificareis um castelo a que dareis o nome de Praha (Praga), palavra que significa soleira. E como todos os grandes senhores baixam a cabeça para passar a soleira de uma casa, assim os maiores deste mundo baixarão a cabeça diante deste Castelo.* É inútil acrescentar – precisa o cronista de Rádio Praga, Václav Richter - que a profecia da princesa foi levada a sério: meteram-se a caminho, encontraram o homem a esculpir a soleira da sua casa e ergueram aí, na margem esquerda do Vltava, um castelo em madeira mais vasto e mais sumptuoso que Vysehrad, residência do Príncipe Premysl e da sua esposa Libuse. «Prah», a soleira, a posição avançada de uma cidade dividida entre o Oriente e o Ocidente, o antigo e o moderno, o ouro dos mitos e a

monotonia cinzenta do real. Como quer que seja, prossegue Václav Richter, Praga carrega a hereditariedade da sacerdotisa lendária, tornando-se, como tinha sido profetizado, a ‘cidade de ouro’, ‘cidade das cem torres’ e mais tarde ‘mãe das cidades’ ou simplesmente ‘mãezinha’.

Praga que ao longo do tempo e de batalhas sangrentas, da construção do seu castelo que domina a cidade e das suas pontes, igrejas e casas senhoriais que rivalizam em beleza, passará a ser o centro nevrálgico não apenas do Reino da Boémia, mas de uma parte importante da Europa Central.

> Independência

Mas a história de Praga não se fez apenas de ouro e seda. Os seus habitantes tiveram frequentemente de pagar com sangue o desejo de independência profundamente arreigado.

E também com o fogo. Primeiro foi Jan Hus, o primeiro reitor checo da Universidade de Praga. Grande pensador religioso, denunciou as práticas corrompidas da Igreja, o que lhe valeu o apoio incondicional tanto dos nobres como dos camponeses checos, mas sobretudo

a fogueira, preparada às escondidas pelos organizadores do Concílio de Constança em 1415. A sua execução desencadeou as guerras hussitas, que duraram 20 anos. Dois séculos mais tarde, uma nova revolta, protestante, conduzirá à Guerra dos Trinta Anos.

Depois, apenas há 40 anos, houve outro Jan, Jan Palach. À maneira dos sacerdotes budistas no Vietname, este jovem estudante checo imolou-se pelo fogo para incitar o povo checoslovaco a continuar a luta e protestar contra a ocupação do seu país. Um gesto dramático que continua gravado na memória de todos. Ao entregar às autoridades checas uma estátua de bronze em sua honra, o Secretário de Estado francês para os Assuntos Europeus salientou em 19 de Janeiro último “os sacrifícios feitos pela República Checa para defender os valores mais nobres dos Europeus, para promover a sua liberdade e para abrir caminho à reunificação do continente”. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Libuse; Jan Hus; Jan Palach; Václav Richter; Praga; Boémia; Marie-Martine Buckens.

Uma ONG filha da “revolução de veludo”

Criada por um pequeno número de activistas, três anos após a queda do comunismo em 1992, “People in Need” é actualmente a principal ONG humanitária dos dez países da Europa de Leste que aderiram à União Europeia.

Simon Panek tinha 22 anos em 1989 quando a grande manifestação de 17 de Novembro conseguiu derrubar o regime comunista no poder. Fortalecido por esta experiência, o jovem estudante decide com um grupo de amigos criar uma ONG cujo objectivo consiste, simplesmente, em ajudar as populações em tempos de crise: crise causada pela guerra ou pelas catástrofes naturais.

“Esta diversidade de intervenções explica-se pelo facto de existir um deserto em matéria de cooperação no período pós-comunista e nós pusemos mãos à obra com o que tínhamos.” People in Need ajudou em primeiro lugar os seus próximos, começando com o Alto Carabaque, devastado pela guerra, e depois com a Bósnia. Prioridade: ajudar as pessoas a reconstruir, fornecendo-lhes material. “Os programas de desenvolvimento apenas foram lançados mais tarde”, acrescenta Simon Panek. Apesar de dedicar mais de 70 % do seu orça-

mento a projectos humanitários e de desenvolvimento, a ONG (www.peopleinneed.cz) não esquece as suas “raízes”: trabalhar para uma sociedade mais justa e tolerante, inclusive no interior das fronteiras da Chéquia onde foram implementados programas de integração social e de informação sobre a pobreza ou os direitos humanos. Actualmente, People in Need está presente numa quarentena de países – incluindo a África, sobretudo na Etiópia, Angola e na Namíbia. Apesar de possuir um pessoal importante – mais de 200 empregados – para uma ONG que já tem mais de 15 anos, e um orçamento que ronda os 15 milhões de euros, Simon Panek sabe que não consegue competir com as “maiores”. “Desejamos conservar a nossa diversidade, incluindo o aspecto relacionado com os direitos humanos e os programas democráticos em países não democráticos. O que, desde o início, constitui uma das nossas prioridades.” **M.M.B.** ■



© Marie-Martine Buckens

Palavras-chave

Simon Panek; People in Need; Marie-Martine Buckens.

MARTINA, filha da Europa

Estudante em Praga, Martina Chladova é vice-presidente de um grupo de voluntários que acolhe estudantes estrangeiros na República Checa, no âmbito do programa Erasmus. Pragmática, considera a Europa como um ponto de passagem obrigatório num mundo em constante desenvolvimento.

© Marie-Martine Buckens



Aerca de 20 anos separam Martina Chladova de Simon Panek. “A minha geração não conheceu o comunismo”, diz-nos logo Martina. Simon Panek, claro, conhece-lo de nome, como todos os checos. Confessa que aceitaria, depois dos estudos, trabalhar numa ONG. E criar uma? “Não, já existem em número suficiente. Contudo, consigo imaginar-me a organizar actividades em matéria de responsabilidade social das empresas”, acrescenta. Será que o pragmatismo se sobrepôs a um certo romantismo dos anos 90? Sem dúvida. “Há

cinco anos não tínhamos Internet, telemóveis; temos de aprender a reagir rapidamente se queremos sobreviver”. Trabalhar para Erasmus demonstra essa vontade: “Permite-me pôr à prova a minha personalidade”. Uma experiência que poucos checos partilham devido, segundo Martina, à falta de confiança: “Penso que é próprio dos checos: não sabemos vender as nossas competências...” **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Martina Chladova; Erasmus; universidade; Marie-Martine Buckens.

DESFRUTAR de uma incrível riqueza

Todos, ou quase todos, passaram por Praga. Smetana ou Dvorak no seu conservatório, Mucha no seu atelier, Franz Kafka em busca de inspiração literária nas proximidades do seu castelo, e, mais perto de nós, o romancista Milan Kundera. Alguns nomes, tão poucos, no florilégio exuberante dos artistas checos.

É impossível falar de todos. Deixar-nos então guiar pela subjectividade, por uma paixão à primeira vista. Antes de mais, paixão à primeira vista por um nome: Jan Neruda, a quem Praga prestou homenagem ao rebaptizar a rua que sobe até ao Castelo de Praga, Nerudova ulice, “a rua de Neruda”. Este poeta e jornalista, falecido em 1891, descreveu com um entusiasmo feroz os pequenos burgueses de Praga na sua famosa colectânea, *Os Contos de Mala Strana*. Fervente admirador da sua obra, o poeta chileno Neftali Ricardo Reyes Basoalto irá adoptar o seu nome como pseudónimo: assim nasceu Pablo Neruda, prémio Nobel da Literatura em 1971.

> A iconoclastia

Importa também mencionar o inclassificável Egon Bondy. De seu nome verdadeiro Zbynek Fiser. É com 19 anos, no ano de 1949, quando a Checoslováquia se torna comunista após o golpe de Praga em 1948, que decide falar da Shoah. Zbynek, que já pertencia a um grupo surrealista, adopta o nome judeu de Bondy em protesto contra o estalinismo anti-semita. Turbulento, apenas termina o ensino secundário com a idade de 27 anos, iniciando a seguir estudos na área da filosofia e da psicologia. Com 30 anos, tendo de trabalhar como guarda-nocturno no Museu Nacional, escreve os seus primeiros poemas, exaltando a sua própria corrente poética, o realismo total. As suas poesias serão transformadas em música pelo grupo “Plastic People of the Universe” cujos membros foram presos em 1976 pela polícia comunista, detenção que deu origem ao famoso manifesto, *Carta 77*, que critica o governo pela violação dos direitos humanos. Fazendo parte

dos primeiros dissidentes checoslovacos, manteve sempre uma certa distância com os seus “heróis”, começando por Vaclav Havel, futuro presidente do país. Em 1994, em protesto contra a partição da Checoslováquia, deixa Praga e muda-se para Bratislava, capital da Eslováquia, onde irá ensinar o marxismo e o budismo na universidade, duas doutrinas pelas quais este estranho ateu se afeiçoara particularmente.

> O Místico

Em Outubro de 2008, Praga prestava homenagem a um artista quase desconhecido para além das suas fronteiras. Artista único, Bohuslav Reynek, falecido em 1971, era ao mesmo tempo tradutor – nomeadamente de poetas franceses (Hugo, Claudel, Verlaine, entre outros, mas também da sua mulher) e alemães – poeta e gravador. Poeta secreto, fortemente ligado à sua Boémia das terras altas, místico e fraternal, o seu percurso é representativo de toda uma geração. Em 1926, casa-se com a poetisa francesa Suzanne Renaud com quem ele vive em França até à morte do seu pai, em 1936, quando lhe é confiada a gestão da quinta de Petrkov. Nunca mais deixará a Boémia. Sob a ocupação nazi, a propriedade familiar é requisitada. Após o golpe de Praga, a propriedade é-lhe novamente retirada e Reynek e os seus dois filhos tornam-se simples empregados na sua própria quinta. Proibida a sua publicação, o poeta continuará contudo a sua obra até à sua morte em 1971. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Neruda; Egon Bondy; Bohuslav Reynek; Marie-Martine Buckens.



A rua Neruda em Praga, 2009.

© Marie-Martine Buckens

Caixa: Egon Bondy.

A ÁFRICA DO SUL a preto e branco

A vida nos bairros residenciais para brancos e na Township negra, os êxitos musicais dos anos 50, personalidades extraordinárias como Miriam Makeba: estes são os temas das magníficas fotografias a preto e branco de Jürgen Schadeberg, que estiveram expostas na Ariete Gallery, em Bolonha, até 25 de Fevereiro de 2009.

Schadeberg nasceu em Berlim, em 1931, e trabalhou como fotógrafo aprendiz numa agência de imprensa alemã, em Hamburgo. Em 1950, emigrou para a África do Sul e tornou-se Director de fotografia, Editor de Imagem e Director de Arte na lendária "Drum Magazine". Foi durante esse período que fotografou momentos cruciais da vida dos sul-africanos nos anos 50. Estas fotografias representam a vida cultural e a luta dos sul-africanos durante o Apartheid e incluem personalidades históricas importantes tais como Nelson Mandela, Walter Sisulu, Yusuf Mohammed Dadoo, Father Trevor Huddleston... Schadeberg é considerado como um dos grandes nomes da fotografia internacional desde a segunda metade do século XX até aos nossos dias, testemunha de um período histórico único, documentado através de momentos-chave tais como a Defiance Campaign de 1952 e o massacre de Sharpeville, em 1960. Também documentou com fotografias trágicas o desaparecimento de Sophiatown, o bairro segregado de Joanesburgo conhecido como o centro simbólico da cultura negra (nas artes, política, religião

e divertimento) nos anos 40 e 50.

Em Fevereiro de 1955, os residentes foram realojados num novo local, situado a 21 km do centro da cidade, sendo a resistência pacífica. O governo mandou arrasar Sophiatown no final de 1963 e reconstruiu no local um bairro só para brancos, ao qual deram o nome de Triomf (triunfo em africânder).

Em 1964, Schadeberg deixou a África do Sul e mudou-se para Londres. Durante os anos 60 e 70, trabalhou como fotógrafo freelancer, na Europa e na América, em diversas revistas de prestígio. Antes de regressar à África do Sul em 1985, Jürgen viveu em Londres, Espanha, Nova Iorque e França. As fotografias desse período representam imagens abstractas, sendo ao mesmo tempo um documentário social e uma visão modernista.

"Quando cheguei à África do Sul, em 1950, vindo da Alemanha", escreve Schadeberg, "encontrei duas sociedades que viviam em mundos paralelos, sem qualquer tipo de comunicação".

"Havia um muro invisível entre estes dois mundos. O Mundo Negro, ou "Mundo não-europeu" como era descrito pela sociedade branca, era

cultural e economicamente rejeitado pelo Mundo Branco. Só os funcionários e os trabalhadores domésticos podiam entrar no Mundo Branco."

"Nos anos 50, o Mundo Negro tornou-se cultural e politicamente muito dinâmico, enquanto que o Mundo Branco parecia-me isolado, fechado sobre si, colonial e ignorante do Mundo Negro."

"Enquanto recém-chegado e estrangeiro, conseguia com alguma facilidade saltar de um mundo para o outro... por exemplo, à noite, podia fotografar um baile mascarado branco nos Paços do Concelho, e na manhã seguinte uma reunião do ANC Defiance Campaign..."

Schadeberg já expôs em museus e galerias no mundo inteiro e os seus trabalhos estão guardados em instituições de prestígio tais como La Maison Européenne de la Photographie, em Paris e o Victoria & Albert Museum, em Londres. ■

Palavras-chave

Jürgen Schadeberg; fotografia; África do Sul; Apartheid; Alemanha.

Elisabetta Degli Esposti Merli

A VITALIDADE da criação africana contemporânea

A companhia de dança Salia nĩ Seydou, *Poussières de sang*, Junho de 2008.
© Antoine Tempé



Nos últimos anos, aumentou o número de companhias contemporâneas de dança e de coreógrafos e artistas em África. Para traçar a história desta forma de arte, temos de começar pelas companhias nacionais de bailado, criadas na Guiné e no Senegal no despontar das suas independências, um período histórico durante o qual a arte foi utilizada para reivindicar os valores e a identidade dos novos estados africanos.

As danças eram muito tradicionais até à década de 80, altura em que se começou a sentir um interesse cada vez mais acentuado pelas formas artísticas africanas contemporâneas.

Em 1995, a associação francesa “Afrique en création” organizou, em Luanda (Angola), a primeira bienal “Rencontres de la création chorégraphique d’Afrique et de l’Océan Indien”, um concurso coreográfico africano e do Oceano Índico. A partir de 1995, foram realizados seis concursos, o último dos quais na Tunísia em 2008.

Tem aumentado o número de companhias contemporâneas de produção africana e a sua abordagem tem mudado imenso. Algumas mantêm a tradição, enquanto outras, muito embora reconheçam os valores tradicionais, tendem a propor algo de novo, moderno e experimental. Mas esta vontade de dialogar entre dois mundos é refutada por um terceiro movimento artístico, oposto a qualquer coisa definida como “tradição”, por outras palavras, algo estagnado.

Irène Tassemedo, coreógrafa e dançarina que expressa a sua criatividade através de actuações que combinam dança, teatro e música, é uma artista muito ambiciosa do Burquina Faso. As suas produções têm a marca de um método original de investigação artística que integra a energia explosiva da dança africana e a força emocional e comunicativa do teatro. Em 1988, a coreógrafa fundou a companhia Ébène com a qual produziu várias peças de renome mundial.

Outra mulher que revolucionou o mundo da dança é Germaine Acogny, uma coreógrafa senegalesa que, em 1968, fundou o seu estúdio de dança africana, desenvolvendo ao mesmo tempo a sua própria técnica: uma mistura de danças africanas tradicionais e danças ocidentais clássicas e modernas. Em Dacar, também dirigiu Mudra Afrique, criada por Maurice Béjart e o Presidente L.S. Senghor.

Dois dos artistas mais originais são Salia Sanou e Seydou Boro, fundadores da Companhia Salia nĩ Seydou. Paralelamente ao seu espectáculo “Le Siècle des fous”, uma primeira produção que despertou muito interesse, “Figninto” e “Poussières de sang” prefiguram, à sua maneira, o que será a coreografia africana de amanhã. Depois, há Alphonse Tiérou, um investigador e coreógrafo da Costa do Marfim que se empenhou durante muito tempo em fornecer as bases teóricas que faltam à dança africana. Embora não negue que há vários tipos de dança no continente africano, Tiérou acredita que há movimentos básicos que unem estas danças. Considera que algumas pessoas falam sobre a preservação das danças tradicionais como se elas fossem sardinhas a conservar em óleo.

Como diria Tiérou, além das várias tendências que cruzam o continente africano, “si la danse bouge, l’Afrique bougera” (se a dança evoluir, a África evoluirá também). ■

Palavras-chave

África; dança contemporânea, dança tradicional; Irène Tassemedo; Germaine Acogny; Salia Sanou; Seydou Boro; Alphonse Tiérou.



FESPACO

40.º Aniversário.

Numa óptica de abertura e de excelência

A 21.ª edição do maior festival de cinema de África, o Fespaco de Uagadugu (Burquina Faso), teve lugar de 28 de Fevereiro a 7 de Março. O que surpreendeu em Uaga neste ano foi o nível alcançado pelo cinema africano, onde já não se vêem com compaixão as fraquezas e as carências técnicas do passado.

Quanto aos prémios, os mais prestigiosos foram atribuídos a países pouco habituados ao tapete vermelho de Uaga. Se o *Étalon d'Or* de Yenenga, que é a mais elevada recompensa, foi atribuído ao excelente, comovente e imaginativo filme *Teza* do Etíope Haile Gerima, os grandes vencedores do festival são, no entanto, a Argélia que ganha um terço dos prémios atribuídos, Marrocos e a África do Sul. A Argélia ganhou, entre outros, o *Poulain d'Or* (melhor curta-metragem de ficção) com o *Sektou* (Eles calaram-se) de Khaled Benaissa e também o *Étalon de Bronze* com a longa-metragem

Mascarade de Lyes Salem. A África do Sul ganhou o *Étalon d'Argent* com *Nothing but the truth* de John Kani e vários prémios para o filme *Jerusalem* de Rufth Ziman, entre os quais o da melhor interpretação masculina atribuído a Rapulana Seiphmo. O prémio da melhor interpretação feminina foi ganho pela Marroquina, Sana Mousiane, no filme *Les jardins de Smira* de Lahlou Latif.

O país anfitrião, Burquina Faso foi também galardoado com o prémio da União Europeia atribuído ao filme *Coeur de Lion* de Boubacar Diallo, entregue no Culture Colloquium (Bruxelas, 2-3 de Abril), e o prémio do melhor filme de ficção para a televisão foi ganho por Missa Ebié, que ganhou igualmente o prémio RT1 com o seu filme *Le fauteuil*.

O Fespaco registou um recorde este ano com os 374 filmes seleccionados para as diferentes competições. Alguns deles, excepcionais, não foram premiados, o que mostra por sua vez a

qualidade do festival. Por exemplo, o documentário *En attendant les hommes* de Katy Lena Ndiaye, que conta, com toques sensuais, a história das mulheres mauritanas que esperam os seus homens que trabalham no estrangeiro. Ou *Yandé Codou, la griote de Senghor* de Ângela Diabang Brener, sobre esta mulher ainda viva e forte que incarnou no espectáculo toda a arte do génio literário e político. Um excelente documentário que o assimila a uma ficção de mestre. Fespaco, o lugar onde se descobrem os grandes de amanhã! **H.G. ■**

Festa na cerimónia de abertura do Fespaco 2009.
© Hegel Goutier

Palavras-chave

Fespaco; Cinema; África; Uagadugu; Burquina Faso; Hegel Goutier.

BRUXELAS. PARA PROLONGAR UAGADUGU

Após o Fespaco, que neste ano foi colocado sob o auspício do profissionalismo, outra festa mundana foi o Culture Colloquium de Bruxelas, em 2 e 3 de Abril, onde actores da cultura da Europa e dos seus parceiros de outros continentes deviam elaborar uma plataforma e exprimir a sua opinião sobre a cooperação em matéria de cultura. Os políticos terão de utilizar este instrumento para refinar a sua política na matéria para os anos vindouros.

Foi um dos pontos importantes da conferência de imprensa do Director-Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia, Stefano Manservisi, no Fespaco, na qual participou igualmente o Ministro da Cultura de Burquina Faso, Philippe Sawadogo. Stefano Manservisi informou que a CE está a preparar, em colaboração com as autoridades burquinas, o balanço de tudo o que se fez na área da cooperação cultural com este país. Este balanço, elaborado com a colaboração de outros parceiros da União Europeia, deverá permitir uma melhor utilização dos recursos, que aliás são limitados.

“Para estabelecer este balanço, ver-se-á igualmente tudo o que se faz na Europa. Não queremos meras cópias. Vamos também falar da UE. Nós temos programas, como Eurimages, com grande potencial, mas devemos convertê-los em posição ofensiva. Em relação ao cinema americano, deveremos passar da defensiva para a ofensiva”, explica Stefano Manservisi. Na sua opinião, a produção cultural não pode privar-se da política estrutural. Há que ter em conta toda a cadeia, por tratar-se de um sector a montante e a jusante, sobre o qual é necessário tomar todas as decisões.

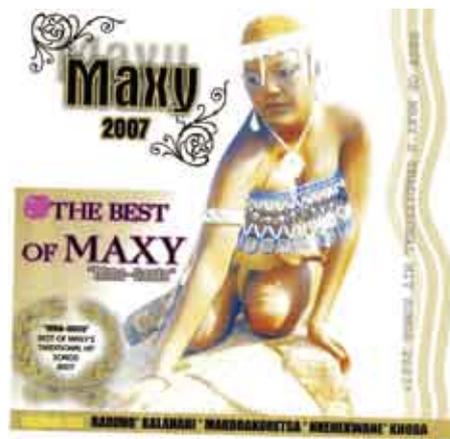
A plataforma e os desideratos dos participantes no colóquio de Bruxelas destinam-se aos ministros dos diferentes pelouros da economia, finanças, investimento e outros, e permitirão estabelecer uma carta para a utilização dos fundos europeus destinados ao desenvolvimento através da cultura.

Fogo de artifício no encerramento da cerimónia de abertura do Fespaco 2009.
© Hegel Goutier

MAXY. Queen of Sands and African ethos

O “best of» de Maxy (Olebile ‘Maxy’ Sedumedi) foi publicado em 2007. Talvez seja a obra certa a aconselhar aos ávidos por conhecer a diva do Botsuana, uma vez que compila os seus maiores sucessos desde os seus primeiros passos em 2001. Os jornais da região não se cansam de destacar, neste final de ano, até que ponto a criadora fértil se tornou num ícone. Maxy é uma

mulher de negócios sensata e, ao mesmo tempo, uma activista que apoia os doentes infectados com SIDA. É, sobretudo, uma artista fantástica cuja obra assenta na música tradicional, mas que adoptou as sensibilidades variadas do hip hop, do R&B, do rock, do pop e do gospel africano. E principalmente do jazz que recria. Delicie-se com o ritmo de Makorakoretsa, a 3.ª faixa deste álbum, para ficar a conhecer. **H.G.** ■



Marlene Holzner*

Louis Michel, Comissário Europeu do Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária, com os vencedores do Prémio Europeu de Desenvolvimento para Jovens atribuído pela UE durante a sua visita à Zâmbia, em Março de 2009. © EC

JOVENS Embaixadores da UE em África

O texto seguinte é uma comunicação da Comissão Europeia (Direcção-Geral do Desenvolvimento)

Os vencedores do Prémio “Desenvolvimento” para Jovens da UE visitaram projectos locais na Zâmbia, de 3 a 7 de Março de 2009. Através de visitas e reuniões, tornaram-se embaixadores da UE para o desenvolvimento, aptos a transmitir aos seus colegas o que aprenderam sobre questões ligadas à política de desenvolvimento.

Lara Likar da Eslovénia está rodeada de dezenas de crianças no Lar Infantil de Kasisi, o maior orfanato na Zâmbia. Dirigido por freiras polacas, alberga mais de 250 crianças, a maioria das quais perderam os pais devido à SIDA. Ela é um dos 27 vencedores da edição de 2007 do Prémio “Desenvolvimento” para Jovens, um concurso de cartazes para estudantes de idade compreendida entre os 16 e os 18 anos de cada Estado-Membro da UE. A viagem de grupo à Zâmbia permitiu-lhes falarem sobre os problemas que o continente enfrenta e a importância das políticas de desenvolvimento e as suas complexidades. “Tornaram-se em certa medida embaixadores do desenvolvimento”, afirmou Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária.

Na qualidade de antigo professor, Louis Michel tem um vivo interesse na sensibilização dos jovens para as questões em matéria de desenvolvimento. Tendo lançado o prémio em 2006, chefou a viagem à Zâmbia dos 27 estudantes

em conjunto com os seus professores, acompanhando-os nas visitas a alguns dos projectos, incluindo o orfanato, o museu David Livingston e um centro de formação profissional.

Uma das mais interessantes experiências para os estudantes europeus foi encontrar jovens da mesma idade no liceu David Kaunda em Lusaka, capital da Zâmbia. Os estudantes africanos mostraram as instalações e rapidamente juntaram-se em animadas trocas de impressões sobre os sistemas de ensino e o dia-a-dia. “A escola aqui é muito diferente, mas também há muitas semelhanças”, disse Helen Huges da Irlanda. O programa incluía ainda dois centros profissionais onde os zambianos aprendem ofícios, como carpintaria e canalização, um projecto destinado a crianças da rua que lhes permite, mesmo não tendo recebido educação formal, frequentar uma biblioteca, e um projecto para mulheres vítimas de violência doméstica.

Todos os projectos tinham uma forte dimensão humana, dando aos estudantes muitas oportunidades de dialogar, fazer perguntas e compreen-

der como vivem os seus colegas zambianos. O ponto culminante foi a reunião com o Presidente da Zâmbia – Rupiah Bwezani Banda. Com modos calorosos e acolhedores, falou durante mais de uma hora – mais tempo do que o habitual neste tipo de visita – respondendo a todas as perguntas. Para a maioria dos estudantes era a primeira vez que falavam com um Presidente e estavam, como é óbvio, um pouco nervosos.

Uma viagem à Zâmbia não estaria completa, contudo, sem visitar a maior atracção turística do país – as Cataratas de Victoria. Realizada durante a estação chuvosa foi uma experiência inesquecível com água a cair de todo o lado – todo o grupo ficou completamente ensoado. ■

Para participar no Prémio “Desenvolvimento” para os Jovens – 2008/09 – consulte o sítio web: www.dyp2008.org.

Data limite para envio dos trabalhos: 31 de Maio de 2009.

* Assessora de imprensa.

A palavra aos leitores!

Estamos interessados na sua opinião e nas suas reacções aos artigos desta edição. Sendo assim, diga-nos o que pensa deles.

Gostaria de agradecer a *O Correio* o facto de ter dado conta do dinamismo, do património e da história da minha região, Aragão. Trata-se de uma região, de uma comunidade autónoma que merece ser mais conhecida. Espero que este seja o primeiro artigo de uma longa série que nos dê oportunidade de nos conhecermos melhor, ultrapassando os estereótipos.

Antonio LÓPEZ PEÑA
Chefe adjunto de unidade

Comissão Europeia
DG DESENVOLVIMENTO (Bruxelas, Bélgica)

Sou um fiel leitor de *O Correio*, que, para mim, é mais do que uma publicação oficial; é uma "enciclopédia viva", capaz de oferecer uma multiplicidade de informações. No número 9, apreciei sobretudo a contribuição de Jacques Attali sobre a crise financeira mundial e as suas consequências em África. Perfilho totalmente

o seu ponto de vista. Com efeito, aponta que podemos ser optimistas quanto ao continente africano no que se refere à crise financeira (não pondo, porém, de lado os efeitos colaterais), não só porque as economias africanas não estão integradas na economia global, mas também graças às suas vantagens comparativas como, por exemplo, a diminuição do crescimento demográfico.

Brian Melle (Camarões)

Contacto: *O Correio* - 45, Rue de Trèves 1040 Bruxelas (Bélgica)
email: info@acp-eucourier.info - **website:** www.acp-eucourier.info

Agenda

Maio - Junho de 2009

Maio de 2009

- 4-9 Sustainable Development in Africa: The Role of Higher Education (Desenvolvimento sustentável em África: O papel do ensino superior) Abuja, Nigéria. www.aau.org
- 6-8 IST-Africa 2009: Conferência e Exposição. Kampala, Uganda. www.ist-africa.org/Conference2009
- 14-16 20ª Assembleia-Geral Anual (AGA) e Conferência "Fighting Poverty. Creating Opportunities" (Erradicação da Pobreza. Criação de Oportunidades) Roma, Itália. www.efc.be
- 27-29 eLearning Africa 2009 (Aprendizagem em linha em África 2009). Dacar, Senegal. www.elearning-africa.com

Junho de 2009

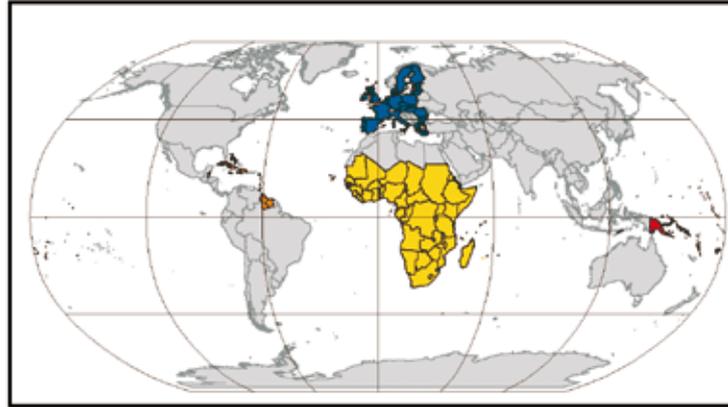
- 14-17 EMRC AgriBusiness Forum 2009 (Fórum sobre Comércio Agrícola – 2009, promovido por EMRC International). Em parceria com a Agricultural Business Chamber of South Africa (Câmara de Comércio Agrícola da África do Sul), a Food and Agriculture Organisation of the United Nations (FAO) (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e a Fundação Rabobank. Cidade do Cabo, África do Sul. www.emrc.be
- 22-26 Campus Euro-Africano de Cooperação Cultural. Maputo, Moçambique. <http://ocpa.irmo.hr/activities/meetingst>
- 23-24 10º Fórum da OCDE Beyond the Crisis: For a stronger, cleaner, fairer economy (Da crise à recuperação: Por uma economia mais forte, mais sã e mais justa). Paris, França
- 29-30 Conference on African Transnational and Return Migration for Homeland Development from the Perspectives of Euro-African Relations and Latin American Experience.

(Conferência sobre Migração Transnacional e Circular Africana para o Desenvolvimento dos Países de Origem na Perspectiva das Relações Euro-Africanas e das Experiências Latino-Americanas) Universidade de Warwick, Inglaterra <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/crer/events/african/>

Julho de 2009

- 6-8 World Conference on Higher Education (WCHE+10) (Conferência Mundial sobre Ensino Superior). A UNESCO organizará a "World Conference on Higher Education (WCHE+10)" a fim de fazer o inventário dos progressos realizados desde a primeira conferência em 1998. Paris, França. www.cepes.ro/forum/welcome.htm
- 22-2 30th Durban International Film Festival Festival Internacional de Cinema de Durban). O festival apresentará cerca de 200 exposições de filmes de todo o mundo, centrando-se em filmes da África, em geral, e da África austral, em especial. <http://www.cca.ukzn.ac.za>

ÁFRICA – CARAÍBAS – PACÍFICO e UNIÃO EUROPEIA



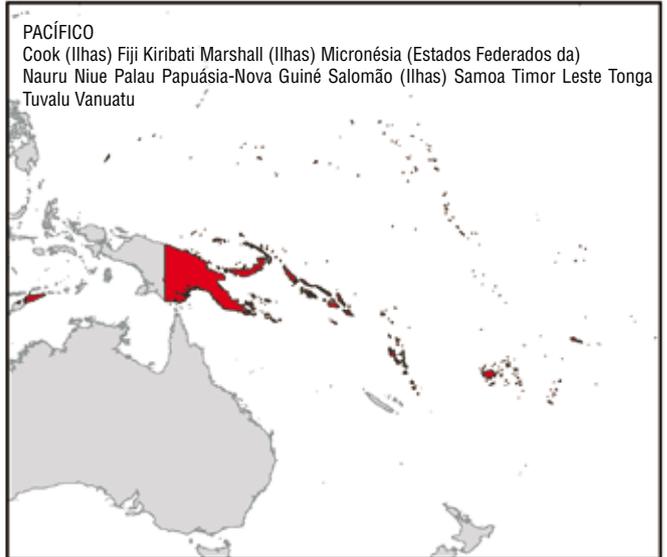
CARAÍBAS

Antígua e Barbuda Bahamas Barbados Belize Cuba Dominica Granada Guiana Haiti Jamaica República Dominicana São Cristóvão e Nevis Santa Lucía São Vicente e Granadinas Suriname Trindade e Tobago



PACÍFICO

Cook (Ilhas) Fiji Kiribati Marshall (Ilhas) Micronésia (Estados Federados da) Nauru Niue Palau Papuásia-Nova Guiné Salomão (Ilhas) Samoa Timor Leste Tonga Tuvalu Vanuatu



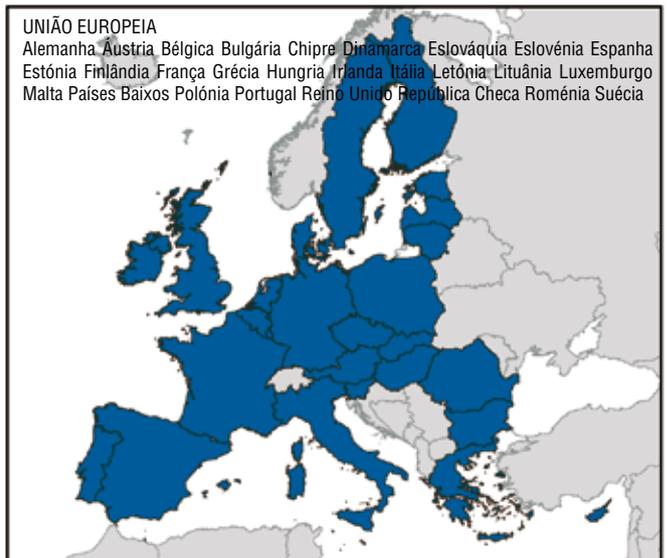
ÁFRICA

África do Sul Angola Benim Botsuana Burkina Faso Burundi Cabo Verde Camarões Chade Comores Congo (República Democrática) Congo (Brazzaville) Costa do Marfim Djibouti Eritreia Etiópia Gabão Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Guiné Equatorial Lesoto Libéria Madagascar Malawi Mali Mauritânia Maurícia (Ilha) Moçambique Namíbia Níger Nigéria Quênia República Centro-Africana Ruanda São Tomé e Príncipe Senegal Seicheles Serra Leoa Somália Suazilândia Sudão Tanzânia Togo Uganda Zâmbia Zimbábue



UNIÃO EUROPEIA

Alemanha Áustria Bélgica Bulgária Chipre Dinamarca Eslováquia Eslovénia Espanha Estónia Finlândia França Grécia Hungria Irlanda Itália Letónia Lituânia Luxemburgo Malta Países Baixos Polónia Portugal Reino Unido República Checa Roménia Suécia



As listas dos países publicadas pelo **Correio** não prejudgam o estatuto dos mesmos e dos seus territórios, actualmente ou no futuro. **O Correio** utiliza mapas de inúmeras fontes. O seu uso não implica o reconhecimento de nenhuma fronteira em particular e tampouco prejudica o estatuto do Estado ou território.

